

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARCELO RABELO HENRIQUE

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ENSINO DE PERÍCIA CONTÁBIL EM
CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA GRANDE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias

São Paulo

2008

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

Reitor: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Pró-reitor de Graduação: Prof. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Claudio Parisi

FICHA CATALOGRÁFICA

H519ar

Henrique, Marcelo Rabelo

Análise das condições de ensino de perícia contábil em cursos de ciências contábeis na grande São Paulo / Marcelo Rabelo Henrique. - - São Paulo, 2008. 106 f.

Orientador: Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias

Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.

1. Perícia contábil – Estudo e ensino (Superior)

CDD 657.45

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCELO RABELO HENRIQUE

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ENSINO DE PERÍCIA CONTÁBIL EM CURSOS
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA GRANDE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Martinho Maurício Gomes de Ornelas
De Ornelas e Associados – Perícias Contábeis e Arbitragem

Prof. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP

Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
Professor Orientador – Presidente da Banca

São Paulo, 24 de Outubro de 2008.

DEDICATÓRIA

Deus por permitir a minha existência.

Aos meus pais Geraldo e Luzia
pelo amor, exemplo de vida, luta e preces para que eu
pudesse chegar a este nível de qualificação.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias, exemplo de ética e competência acadêmica, pela confiança e generosidade com que permitiu me beneficiar dos seus conhecimentos.

Ao Prof. Dr. Martinho Maurício Gomes de Ornelas e a Prof. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort , membros da banca do exame de qualificação, cujas observações sobre a versão apresentada permitiram preencher algumas lacunas que me levaram a escrever um texto mais objetivo.

Aos coordenadores das faculdades, por viabilizarem efetuar a pesquisa com seus professores da disciplina de perícia contábil na região da Grande São Paulo.

Aos amigos do curso de mestrado, em especial aos Professores Maria Aparecida Campos Silva, Sérgio Roberto da Silva e a amiga Alexandra Fontes Euzébio pelo incentivo e ajuda com inestimáveis críticas e sugestões, principalmente por me ajudar a ingressar no curso de mestrado.

Aos meus pais, Geraldo Henrique Filho e Luzia Godoi Rabelo que sempre me ajudaram quando estava precisando de orientações, sempre me cercaram de carinho, apoio e estímulo, e me ensinaram que nunca devemos deixar os sonhos para trás, mesmo que eles pareçam distantes, temos que percorrer o caminho necessário para alcançá-los.

Enfim, aos momentos de certezas e incertezas, que puderam ser vividos como oportunidade de crescimento em virtude do apoio daqueles que se importaram e se dispuseram a fazer parte, ao longo da minha vida, mesmo que por uma fração de tempo, desta conquista. Na impossibilidade de agradecer-lhes como gostaria e deveria, compartilho e dedico esta vitória a todas essas pessoas.

EPÍGRAFE

“A felicidade é salutar para o corpo, mas a adversidade desenvolve o poder da mente.”

Marcel Proust, escritor francês

RESUMO

A perícia contábil é uma opção de atuação profissional para os futuros contadores. A resolução CNE/CES N. 10/2004 determinou que os cursos de Ciências Contábeis devem formar profissionais aptos a interagir com o contexto atual, o que requer boas condições de ensino e professores qualificados nas disciplinas e conteúdos, inclusive perícia contábil. Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar e analisar as condições de ensino de perícia contábil em cursos de Ciências Contábeis na grande São Paulo. Foram analisadas as condições de ensino e obtidas as percepções de coordenadores de cursos e professores de Perícia Contábil em dois grupos de cursos: o 1º. com 7 dos 10 melhores classificados pelo ENADE de 2006, e o 2º. com 10 cursos escolhidos por acessibilidade. Foram aplicadas técnicas de pesquisa bibliográfica, documental, análise de conteúdo para avaliação dos programas de disciplina obtidos, além de estatística descritiva combinada com escalonamento multidimensional para os dados coletados com os questionários. A análise dos programas revelou maiores preocupações e cuidados do grupo das melhores IES em relação à: completude do programa, variação nas estratégias de ensino, ênfase em determinados grupos de conteúdos e variedade nos critérios de avaliação. A análise das percepções dos respondentes das demais IES indicou: maior rotatividade dos coordenadores dos cursos e maior concordância de que os conteúdos oferecidos estão relacionados aos objetivos do curso. Os resultados obtidos com as assertivas indicaram que os sujeitos de três das melhores IES e três das demais IES têm, ao nível de cada uma, opiniões semelhantes quanto às dimensões denominadas “aspectos gerais da disciplina” e “atividades complementares”, embora não haja concordância ao nível dos grupos de IES e das dimensões. Os sujeitos das IES restantes separados nas categorias “professor” e “coordenador” revelaram ter opiniões distintas em relação aos mesmos “aspectos gerais da disciplina” e às “atividades complementares”.

Palavras-chaves: Perícia contábil. Estudo e ensino (Superior).

ABSTRACT

Forensic Accounting is an option of professional career for future Accountants. It was determined by the Brazilian Resolution CNE/ CES N. 10/2004 that the accounting students should be able to interact with the real context. Therefore, the courses should offer qualified professors to teach all the disciplines from the Accounting Course, and Forensic Accounting is also included. Considering this context, the aim of this research was to identify and analyze the teaching conditions of how the discipline Forensic Accounting is taught in Accounting Courses in São Paulo city. It was analyzed the teaching conditions and obtained the perceptions from coordinators of the courses concerning Forensic Accounting in two different groups: the first grouped 7 out of the 10 best ranked Accounting courses, according to ENADE 2006 - a Brazilian test that aims to analyze the teaching conditions at Brazilian Universities – and the second grouped 10 random courses, chosen because of accessibility. Some research techniques were applied in this work, as the bibliographical, documental, the analysis of content to evaluate the obtained description of the disciplines, as well as the combination of descriptive statistics and multidimensional scaling for the data collected through questionnaires. The analysis of the descriptions showed that the best ranked courses give more attention to all the content in the description, to the variation in the teaching strategies, to specific blocks of content and to the range of evaluation criteria. The analysis of the coordinators from the other universities indicated that, in such universities, there is a more constant change of course coordinators and an agreement that the offered contents are related to the aims of the course. The results obtained from the questionnaires showed that, within each university, the subjects from 3 of the best ranked universities and from 3 of the other random universities have similar views relating the dimensions “general aspects of the disciplines” and “extra activities”. However, there is no agreement between the 2 distinct groups and the dimensions. It was also verified that the subjects classified into the categories “professor” and “coordinator” have different views concerning the already mentioned “general aspects of the disciplines” and “extra activities”.

Key words: Forensic accounting. Study and teaching (Higher).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Mapa perceptual - IES	78
FIGURA 02 – Dendrograma - professores.....	80
FIGURA 03 – Mapa perceptual – professores.....	84
FIGURA 04 – Dendrograma - professores.....	85
FIGURA 05 – Mapa perceptual – coordenadores	89
FIGURA 06 – Dendrograma coordenadores	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Grade curricular do curso de perito contador Decreto nº 20.158.....	29
QUADRO 02 – Cronologia da legislação sobre o ensino de contabilidade	31
QUADRO 03 – Livros produzidos sobre perícia contábil	33
QUADRO 04 – Normas brasileiras sobre perícia contábil promulgadas pelo CFC	33
QUADRO 05 – Proposta de conteúdo para a disciplina perícia contábil	40
QUADRO 06 – Instituições pesquisadas	49
QUADRO 07 – Elementos essenciais de um plano de ensino	57
QUADRO 08 – Elementos que a perícia contábil deve possuir no programa	58
QUADRO 09 – Análise da estrutura dos programas de perícia contábil do grupo 01	60
QUADRO 10 – Análise da estrutura dos programas de perícia contábil do grupo 02	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Artigos de revistas por fonte	26
TABELA 02 – Seqüência das questões	54
TABELA 03 – Conteúdos aplicados na disciplina de perícia contábil - grupo 01.....	63
TABELA 04 – Conteúdos aplicados na disciplina de perícia contábil - grupo 02.....	63
TABELA 05 – Bibliografia adotada em perícia contábil do grupo 01 – por freqüência	65
TABELA 06 – Bibliografia adotada em perícia contábil do grupo 02 – por freqüência	66
TABELA 07 – Carga horária para a disciplina de perícia contábil grupo 01	68
TABELA 08 – Carga horária para a disciplina de perícia contábil grupo 02.....	68
TABELA 09 – Estratégia de ensino grupo 01	69
TABELA 10 – Estratégia de ensino grupo 02	69
TABELA 11 – Critérios de avaliação grupo 01	70
TABELA 12 – Critérios de avaliação grupo 02	70
TABELA 13 – Correlação V de Cramer	72
TABELA 14 – Comparação entre grupos na questão 4.....	72
TABELA 15 – Distribuição por idade	74
TABELA 16 – Tempo de magistério no ensino superior	74
TABELA 17 – Teste de Mann-Whitney - IES.....	75
TABELA 18 – Comparação entre as melhores e as demais faculdade.....	76
TABELA 19 – Codificação realizada no tratamento estatístico.....	77
TABELA 20 – Relação de homogeneidade	79
TABELA 21 – Matriz de similaridades - IES	82
TABELA 22 – Teste de Mann-Whitney - professores.....	83
TABELA 23 – Matriz de similaridades - professores	87
TABELA 24 – Teste de Mann-Whitney - coordenadores	88
TABELA 25 – Matriz de similaridades - coordenadores.....	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACFE:	<i>Association of Certified Fraud Examiners</i>
AICIPA:	<i>American Institute of Certified Public Accountants</i>
CES:	Câmara de Educação Superior
CFE:	Conselho Federal de Educação
CFC:	Conselho Federal de Contabilidade
CNE:	Conselho Nacional de Educação
CLT:	Consolidação das Leis do Trabalho
CRS-SP:	Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo
DER:	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo
ENAD:	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EMD:	Escalonamento Multidimensional
FAMATER:	Faculdade Famater
FASUP:	Faculdade Sudoeste Paulistano
FECAP:	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
IES:	Instituição de Ensino Superior
INEPE:	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MDS:	<i>Multidimensional Scaling</i>
NBCP2:	Normas Brasileiras de Contabilidade Profissional do Perito Contador
NBCT 13:	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Perícia Contábil
PUC:	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
UNICASTELO:	Universidade Camilo Castelo Branco
UNICSUL:	Universidade Cruzeiro do Sul
UNIFAI:	Centro Universitário Assunção
UNINOVE:	Universidade Nove de Julho
UNIP:	Universidade Paulista
UNISA:	Universidade de Santo Amaro
UMC:	Universidade de Mogi das Cruzes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização	14
1.2 Objetivos.....	20
1.3 Justificativas	20
1.4 Problema.....	22
1.5 Estrutura do trabalho	24
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	25
2.1 A divulgação de perícia contábil nos periódicos de órgãos de classe	25
2.2 Evolução histórica do ensino de perícia contábil no Brasil: legislação, livros e normas ...	26
2.3 Pesquisa sobre o ensino de perícia contábil.....	34
2.3.1 Visão dos professores de Ciências Contábeis de Salvador sobre a perícia contábil.....	35
2.3.2 Uma contribuição para o ensino de perícia contábil.....	35
2.3.4 Perícia contábil: conteúdo programático e propostas metodológicas.....	39
2.3.5 Perícia contábil judicial: conhecimento no contexto brasileiro.....	41
2.4 O cenário internacional.....	42
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	47
3.1 Motivação	47
3.2 Métodos e procedimentos de coleta de dados	47
3.3 População e amostra	48
3.4 Questionário aplicado nos professores e coordenadores	49
3.5 Análise dos dados obtidos com o questionário.....	55
3.6 Aplicação do questionário	55
3.7 Procedimentos de coleta e análise dos programas da disciplina perícia contábil.....	56
3.8 Considerações éticas.....	58
4 RESULTADOS	59
4.1 Análise dos programas das IES	59
4.1.1 Análise de conteúdo dos planos de ensino objeto da amostra.....	61
4.1.2 Conteúdos aplicados na disciplina de perícia contábil	63
4.2 Bibliografia utilizada na disciplina.....	64
4.3 Carga horária das disciplinas	67
4.4 Estratégia de ensino	68
4.5 Critérios de avaliação	70
4.6 Análise de percepção dos sujeitos	71
4.6.1 Análise descritiva.....	71
4.6.2 Comparação entre as IES.....	74
4.6.2.1 Escalonamento multidimensional.....	76
4.6.2.2 Análise de cluster e escores.....	79
4.6.3 Comparação entre professores.....	83
4.6.3.1 Escalonamento multidimensional.....	84
4.6.3.2 Análise de cluster e escores.....	85
4.6.4 Comparação entre os coordenadores.....	87
4.6.4.1 Escalonamento multidimensional.....	89
4.6.4.2 Análise de cluster e escores.....	90

REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A – Artigos de Perícia Contábil – Revista Paulista de Contabilidade	104
APÊNDICE B – Artigos de Perícia Contábil – Revista Brasileira de Contabilidade ...	105
APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A perícia contábil é um meio de prova técnica disponível para magistrados na esfera judicial e juizes arbitrais e particulares na esfera extra-judicial, que visa a ajudar na solução de indagações em áreas alheias ao Direito. Uma área de conhecimento que requer Perícia é a Contabilidade. Trata-se de um serviço prestado pelo contador na função de perito, com vistas a auxiliar os tomadores de decisões acima citados.

“A perícia contábil judicial visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígios que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio aziendal ou de pessoas”. (SÁ, 2004, p. 63). “A perícia extrajudicial independe de tramitação judicial, e sua sua necessidade se define pela exigência de uma opinião técnica especializada acerca de fato controverso”. (SANTANA, 1999, p. 50).

A realização da perícia contábil requer a existência dos elementos de prova necessários, encontrados no sistema contábil das organizações. Quanto mais organizada e atualizada a contabilidade de uma empresa, melhores serão os resultados apresentados pelo trabalho pericial.

Sobre isso, Ornelas (2003, p. 15) afirma que:

O estudo da Perícia contábil permite avaliar a própria ciência contábil, à medida que se entende o sistema contábil como o melhor banco de dados sobre as atividades das organizações. Conseqüentemente, o sistema contábil seria um dos melhores instrumentos de prova de fatos econômico-financeiros, quantificáveis monetariamente.

A perícia contábil deve conter certos requisitos, a serem conhecidos e seguidos por quem a realizar. Esses requisitos constituem o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais (NBCT 13.2) e a legislação específica no que for pertinente. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2005).

Verifica-se, para os litigantes em um processo judicial ou arbitral, a importância e a utilidade da perícia, materializada na prova pericial, que prova a favor ou contra uma das partes.

Nesse sentido, Ornelas (2003, p. 19) atesta que:

A prova pericial contábil é um dos meios que as pessoas naturais e jurídicas têm a sua disposição, garantido constitucionalmente, de se defenderem ou exigirem direitos nas mais variadas situações econômicas e sociais. Trata-se do direito de o cidadão defender-se, e uma das formas de exercitá-lo é por meio da prova técnica, ou seja, a pericial que, em nossa área científica, é a contábil.

Conforme Fernandes (2004, p. 19), “historicamente, perícia é termo utilizado quando existe a necessidade dos conhecimentos advindos de especialistas, com a finalidade de dirimir dúvidas sobre questões controversas”.

A prova pericial contribui, juntamente com outras provas, tais como a testemunhal e a documental, para trazer a certeza jurídica positiva ou negativa sobre determinado litígio. Quando o juiz público ou arbitral ou os contratantes no campo extrajudicial precisam de elementos contábeis para esclarecer certas questões, surge a necessidade da prova pericial contábil.

Santana (1999, p. 2) define a função da prova pericial perante o judiciário, ao apontar que:

O julgador, por mais sábio, não raro lhe falta conhecimento técnico em área específica. Em face disso é que a Lei outorgou aos julgadores o direito de recorrer a pessoa de elevado e reconhecido conceito profissional – o *expert* – para auxiliá-lo na busca da verdade dos fatos que compõem a lide.

A perícia contábil é uma modalidade de prova definida no Código de Processo Civil (BRASIL, 1973), distinta das demais provas pela robustez dos elementos que a cercam. O Código de Processo Civil (1973) destaca a prova pericial e direciona os procedimentos do magistrado e do perito nomeado para os trabalhos periciais (artigos 420 à 439). Nascimento e Nascimento (2003, p. 72) indicam as diversas etapas de realização da perícia contábil, o que poderia ser denominado como “rito da prova pericial”.

Ornelas (2003) aponta dois momentos para apresentação de provas periciais durante o processo judicial: as fases de instrução e de liquidação. A instrução ocorre na 1ª. instância, em que se deve trazer aos autos a prova técnica necessária à convalidação das alegações oferecidas, transformando-as ou não em certeza jurídica. Nessa fase, o juiz forma o

convencimento sobre a matéria técnica em discussão, subsidiando seu processo decisório. A liquidação é um momento posterior da decisão à sentença.

A liquidação de sentença ocorre por arbitramento ou por artigos, cujas condições foram estabelecidas nos artigos 603 a 608 do Código de Processo Civil (1973). Ornelas (2003) e Santos, J. D., Schmidt e Gomes (2006) oferecem esclarecimentos sobre as condições de liquidação por arbitramento e por artigos. Tanto na instrução quanto na liquidação de sentença, uma característica da perícia contábil é sua requisição formal, visto que decorre de um conflito de interesses com relação a um direito pleiteado pelas partes. (ORNELAS, 2003).

Identificada a necessidade e a relevância da perícia contábil, espera-se do trabalho a ser realizado a qualidade necessária para subsidiar o processo decisório. O perito deve ser tecnicamente qualificado, conhecer os aspectos legais e as normas contábeis relativas à perícia contábil e dominar a matéria objeto da lide.

A prestação do serviço materializa-se com a entrega do laudo pericial contábil (SANTOS, C. M.; MELLO, 2004). Os ritos processual e arbitral pressupõem que as partes manifestem-se sobre o laudo; assim, o perito pode oferecer esclarecimentos sobre seu trabalho. Para Ornelas (2003, p. 93) “o laudo é a materialização do trabalho realizado pelo perito, sendo a própria prova pericial.”, e complementa (2003, p. 94): “como trabalho técnico juntado aos autos do processo, o laudo pericial contábil é a própria prova pericial sobre a qual as partes irão oferecer seus comentários, aceitando-o, criticando-o”.

O laudo pericial deve ter determinados requisitos e cumprir um papel específico no processo judicial. Nesse sentido, Santos, J. D., Schmidt e Gomes (2006, p. 65) apontam que:

O laudo deve ser escrito, assinado e rubricado, pois se trata de peça formal juntada aos autos do processo. Em relação aos seus objetivos, a perícia em si mesma é um fim; todavia, no aspecto processual, é um meio utilizado pelo julgador para nortear suas convicções. Assim, o laudo pericial é uma peça do processo esclarecedora sobre fatos científicos sobre os quais o juiz não domina a matéria.

A extensão daquilo que é apresentado permite inferir que a realização da perícia contábil deve seguir um ciclo, desde o deferimento de sua realização até a entrega do laudo e/ou oferta de esclarecimentos pelo perito. Esse ciclo foi apresentado por Santos e Mello (2004).

A atuação do contador está prevista no Decreto Lei 9.295/46 e do perito está prevista na Resolução CFC N^o 560/1983, promulgada pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essa Resolução dispõe sobre as prerrogativas do contabilista, e seu artigo 2 menciona que:

Art. 2º O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor. (grifo nosso). (BRASIL,1983)

Neste ponto, é oportuno apresentar duas ofertas de oportunidades de trabalho para contadores aptos a realizar perícias contábeis, recentemente veiculadas em informativos eletrônicos do CRC-SP, a seguir apresentadas:

- a primeira, no Boletim de 07 de fevereiro de 2008, informando a chamada para cadastramento de peritos junto ao Juizado Especial Federal Cível de Campinas, para a formação de um cadastro permanente de contadores na área de Perícia contábil;
- a segunda, no Boletim de 04 de março, informando a existência de um Edital, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER, com o objetivo de cadastrar profissionais, dentre os quais contadores, para atuarem como assistentes técnicos em processo judiciais e administrativos envolvendo o DER.

De acordo com Marion (2001, p. 14), “a educação para futuros contadores deve produzir profissionais com *expertise* contábil, e que dominem certas habilidades, dentre as quais as de comunicação e conhecimentos gerais.” A partir disso, pode-se refletir acerca da importância e da utilidade da perícia contábil e das condições necessárias ao seu exercício profissional, situação que requer a aquisição e o desenvolvimento de habilidades técnicas contábeis, de comunicação e de conhecimentos gerais em um curso de graduação.

No Brasil, diferentemente do que se constata na revisão da literatura internacional, a ser apresentada no capítulo 2, o marco para a definição e efetivação das condições de oferta para o ensino de perícia em cursos de Ciências Contábeis é o comando legal, e não o mercado de trabalho. O artigo 4º. da Resolução CNE/CES Nº. 10/2004 descreve as condições mínimas que o curso de Ciências Contábeis deve fornecer para a formação do futuro contador: visão sistêmica, interdisciplinariedade da atividade contábil, aplicação adequada da legislação inerente às funções contábeis, dentre outras.

Depreende-se, na Resolução CNE/CES Nº. 10/2004, que o curso deve formar um profissional apto a interagir com o contexto atual, adequando-se às necessidades do mercado

globalizado. Os programas devem ser bem delineados, voltados à prática contábil contemporânea, além de ter referencial bibliográfico atualizado. Os professores devem ser qualificados nas disciplinas e nos conteúdos, como por exemplo, perícia contábil, para que se obtenha bom desempenho nas atividades do ensino.

Segundo Franco (1999, p. 93), no que se refere aos cursos, “os contadores que desejarem ter sucesso internacional precisarão desenvolver um amplo portfólio de habilidades, além da competência técnica”, tais como:

- Uma perspectiva cultural que deveria abranger política, história, leis e religiões;
- A habilidade de acompanhar negociações em diferentes ambientes culturais;
- A capacidade de entender as orientações de valor de diferentes países;
- A habilidade de adaptar o estilo de administração, o sistema de recompensa e ética do trabalho que se ajustem às condições locais; e
- Um razoável nível de habilidades em idiomas.

A análise conjunta das proposições da Resolução CNE/CES N^o 10/2004 e de Franco (1999) permite constituir um conjunto de atitudes e conhecimentos de compreensão, que contemplam habilidades de aprender e de adaptar-se a uma perspectiva globalizada. (HOFER, 2004).

Nesse contexto, Hofer, Peleias e Weffort (2005, p. 119) atestam que:

Os avanços tecnológicos e a economia globalizada demandam melhor qualificação para o profissional contábil. Essas melhorias se referem a habilidades e perfis adequados às exigências do mercado atual. Nesse sentido, o papel da Universidade é significativo, para detectar os aspectos inerentes às necessidades de contínuo aprimoramento teórico e prático do contador.

Para Vasconcelos (2002, p. 46), “dentre os objetivos do ensino superior, destaca-se na opinião de muitos, o preparo profissional. Preparo profissional este que objetiva atender à demanda de mercado, consubstanciando a relação homem-meio”. A Instituição de Ensino Superior (IES) tem como um objetivo a formação sociocultural e profissional do aluno, e deve contribuir na preparação de profissionais para o futuro. Como aponta Hofer (2004, p. 19), “a universidade busca desenvolver os currículos dos programas de contabilidade para fomentar mudanças na formação acadêmica dos futuros contadores, visando maior sucesso profissional na carreira”.

A autora (2002) define a universidade como um instrumento facilitador da difusão do conhecimento entre as pessoas, seja aguçando a consciência crítica no entendimento da realidade, seja catalisando reações diversas e necessárias, oriundas da relação entre homem/ agente transformador e seu meio. Consiste, então, em um centro de investigação/pesquisa.

A Lei 9.394/1996, em seu Capítulo IV, artigo 43, determina, nos itens I a VII, que a educação superior atinja um conjunto de finalidades, que permitam aos discentes adquirir determinadas habilidades e competências. A IES é o local onde o ser humano adquire tais conhecimentos, o educador interage com o aluno para que os conteúdos sejam transmitidos e, juntamente com outras atividades, o graduando pode adquirir conhecimentos, em aulas consistentes e bem preparadas. Não se pode conceber o aluno apenas recebendo informações, mas interagindo com o professor, tendo como resultado um cidadão preparado para a atividade profissional, consciente de seus direitos e deveres com a sociedade.

Vasconcelos (2002, p. 48) lista medidas fundamentais ao sucesso da atuação do educador perante o aluno:

Estimular a criatividade e a expressão; aguçar a sensibilidade do educando por meio de sua própria experiência; encorajar a elaboração de idéias sobre o objeto em análise /estudo; valorizar o externo destas idéias; desenvolver no aluno potencialidades; orientar os esforços do aluno para algo objetivo / real / concreto.

Um aspecto a ser destacado na oferta da disciplina é o trabalho pioneiro realizado pelo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, que desde 1978, vem oferecendo a disciplina Perícia Contábil no curso de Ciências Contábeis. As condições de realização desse trabalho pioneiro foram descritas por Ornelas. (1996, 2003, p. 3).

A disciplina perícia contábil requer conhecimentos acadêmicos obtidos ao longo do curso de graduação em Ciências Contábeis, que poderiam ser mais bem estudados quando atrelados à vivência prática do professor. Essa situação poderia contribuir para uma melhor aprendizagem dos alunos e auxiliar para que sejam profissionais qualificados a exercerem a função de perito contador. Algumas razões para a oferta de conteúdos de Perícia contábil ao final do curso são:

- o discente já foi exposto aos diversos conteúdos e disciplinas do curso, e pode estabelecer as interrelações necessárias ao entendimento do que seja Perícia contábil;
- muitos alunos já estão atuando profissionalmente, situação que também potencializa o aprendizado da disciplina.

Em função do exposto, pretende-se estudar as condições de ensino de Perícia contábil nos cursos de Ciências Contábeis da cidade de São Paulo.

1.2 Objetivos

Objetivos são metas a serem atingidas. Nas palavras de Cooper e Schindler (2003, p. 96) “os objetivos são definidos em função do problema de pesquisa, fornecendo metas específicas, concretas e possíveis de serem atingidas. Além disso, é indicada a descrição dos objetivos em gerais e específicos ou em ordem de importância”.

O objetivo geral permite demonstrar uma visão ampla/macro da pesquisa. Revela a relevância do assunto, a temática proposta na pesquisa e sua contribuição ao estado da arte em relação ao tema. O objetivo específico é o ponto primordial da pesquisa. Significa que, dentro da idéia geral do trabalho, deve-se ressaltar a idéia específica a ser desenvolvida.

O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar as condições de ensino da disciplina de Perícia contábil em cursos de Ciências Contábeis na grande São Paulo. Os objetivos específicos são:

- a) identificar os conteúdos ministrados, a carga horária, a bibliografia básica e complementar, ofertados nos programas de disciplina;
- b) verificar, com os coordenadores e professores de cursos de Ciências Contábeis da região pesquisada, a importância dos conteúdos de Perícia contábil ministrados para a formação dos futuros contadores;
- c) pesquisar a qualificação acadêmica dos docentes que ministram a disciplina de Perícia contábil.

1.3 Justificativas

Várias razões justificam a realização de uma pesquisa. Para este trabalho, destacam-se as seguintes:

- a possibilidade de contribuir para a continuidade e o aprimoramento de pesquisas já realizadas sobre as condições de oferta de conteúdos e disciplinas em cursos de Ciências Contábeis (FAVERO, 1987; HOFER, 2004; NOSSA, 1999; PELEIAS et al., 2008; VIEIRA, 2007), visando a enriquecer as propostas desses trabalhos e, assim, ampliar o estudo para as condições de ensino;
- explorar outros aspectos que foram identificados ou mesmo não explorados por trabalhos de mesma natureza anteriormente realizados;
- contribuir no desenvolvimento de uma metodologia e um instrumento de pesquisa que permitam a outros interessados identificar e estudar as condições de oferta de conteúdos e/ou disciplinas em cursos de Graduação em Ciências Contábeis;
- a possibilidade de que professores, coordenadores de cursos, órgãos de classe e demais interessados envolvidos com o ensino superior da Contabilidade obtenham subsídios extraídos da observação sistemática da realidade, que lhes ajudem a melhorar a formação dos atuais e futuros contadores, o aprimoramento e a aplicação das condições de oferta.

Outras justificativas relativas à ligação entre a formação acadêmica e o exercício profissional são:

- a atividade pericial é uma opção de atuação profissional para o futuro contador;
- ela requer conhecimento técnico contábil e o domínio de outras áreas e conteúdos, tais como Economia, Administração, Finanças e Legislação, dentre outras;
- ela é de importância social na soluções de questões controversas.

Outra justificativa para esta pesquisa pode ser dada através de Neves e Brito (2007, p. 1), ao afirmarem que:

Tendo em vista o caráter técnico e legal de que é dotada a atividade pericial, o graduando deve buscar a capacitação técnica, hábil e de conhecimento específico para emitir laudos e pareceres contábeis com maior grau de confiabilidade, fidedignidade e qualidade, que irão auxiliar na instância decisória judicial ou extrajudicial. A busca dessa conquista começa através de uma Instituição de Ensino Superior, que fornecerá o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias, transformando o discente em um competente profissional.

1.4 Problema

A definição e a proposição do problema de pesquisa são estudadas por autores e pesquisadores (ASTI VERA, 1989; PELEIAS, 2006; VERGARA, 2003). Os elementos relevantes apontados pelos estudiosos são: formular e apresentar uma questão a ser respondida pela pesquisa, delimitar o objeto a ser investigado, permitir o estudo e a constatação empírica, revelar o esforço para solucionar o problema de pesquisa ou se não for possível permitir a melhor identificação e análise do problema estudado.

A observação atenta da delimitação do objeto a ser investigado, a necessidade de estudo e constatação empírica, o esforço para a solução do problema proposto ou a melhor identificação e análise da situação problema requerem a discussão das funções das IES, em especial aquela referente à inserção no mercado de trabalho. Essa condição foi prevista na LDB no artigo 43, inciso II: “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua” (BRASIL, 1996). Para o curso de Ciências Contábeis, tal condição encontra-se na Resolução N^o 10/2004, artigo 3:

O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o contabilista esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras em âmbito nacional e internacional nos diferentes modelos de organização, assegurando o pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, domínio atuarial e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (grifo nosso). (BRASIL,2004)

A preocupação com o curso superior permitir a inserção do egresso no mercado de trabalho, identificada e apontada na legislação do ensino superior, é compartilhada por pesquisadores contábeis.

Desse modo, Sinatora (2004, p. 16) atesta que:

A função de uma IES (Instituição de Ensino Superior) é formar profissionais para atuar no mercado de trabalho. Portanto, seria essencial que houvesse a formação de profissionais que atendam às exigências desse mercado, tornando possível ao formando iniciar a sua carreira profissional.

No mesmo sentido, Hofer (2004, p. 25) assinala que:

Entende-se que o primeiro contacto que o estudante tem com uma disciplina específica da profissão que escolheu, esta deve ser trabalhada com muita habilidade para desenvolver nele gosto e paixão pela profissão. Portanto deve-se desenvolver uma perspectiva motivadora em relação à profissão contábil, inclusive sobre as oportunidades de trabalho que a contabilidade propicia nas diferentes especialidades.

Se os cursos de graduação contribuem para a inserção dos discentes e egressos no mercado de trabalho, é de supor que os *currricula* e as disciplinas ofereçam condições objetivas para tanto. Ainda que, para certas alternativas de atuação, a inserção profissional não ocorra durante ou imediatamente após o curso superior, como em muitas circunstâncias ocorre na atividade pericial contábil, é de se esperar que o curso superior desperte no estudante a curiosidade e o desejo de atuar em outras áreas da profissão contábil.

Outro papel relevante da universidade é a sua função de produção e disseminação do conhecimento. Assim, caberiam à universidade a transmissão da cultura, a investigação científica, a educação dos novos homens de ciência e de cultura, o ensino das profissões e, finalmente, a prestação de serviços à sociedade, mediante o desenvolvimento de atividades denominadas de extensão. (ROSELLA et al., 2006).

Em determinadas circunstâncias, a formulação do problema de pesquisa pode ser abrangente e requerer esforço adicional do pesquisador para explicitar a problemática a ser estudada. Nesses casos, pode ser necessário o desdobramento do problema em duas ou mais perguntas, para facilitar e melhor orientar o trabalho do pesquisador. Nesse contexto, Luna (2007, p. 30) destaca que:

Um dos recursos úteis no detalhamento do problema de pesquisa é o destrinchar da formulação inicial, buscando destacar as respostas que o pesquisador gostaria de obter ou, pelo menos indicar que aspectos do fenômeno a estudar ele julga necessário cercar.

A observação dos elementos identificados, constantes na legislação educacional e nos autores pesquisados, permitiu formular o seguinte problema de pesquisa: **“Quais são as condições de ensino de perícia contábil nos cursos pesquisados?”**

A questão formulada remete a outra, a ser respondida pela pesquisa: **“Qual é a percepção de professores e coordenadores de cursos de Ciências Contábeis na grande São Paulo sobre as condições de ensino de perícia contábil?”**

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado como se segue:.

Capítulo 1: introdução do assunto contextualizando o tema, apresentação da situação problema da pesquisa, definição da questão de pesquisa, apresentação dos objetivos geral e específicos, das justificativas para a pesquisa, de um breve esboço sobre os procedimentos metodológicos adotados, da caracterização das delimitações da pesquisa e da estruturação do trabalho.

Capítulo 2: apresentação do referencial teórico para sustentar esta pesquisa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre divulgação de perícia contábil nos periódicos de órgãos de classe, evolução histórica do ensino de perícia contábil no Brasil: legislação, livros e normas, pesquisa sobre o ensino de perícia contábil e cenário internacional.

Capítulo 3: apresentação dos métodos e das técnicas para a realização da pesquisa, como: motivação, métodos e procedimentos de coleta de dados, população e amostra, questionário aplicado aos professores e coordenadores, análise dos dados obtidos com o questionário, procedimentos de coleta, análise dos programas da disciplina perícia contábil e considerações éticas.

Capítulo 4: apresentação e discussão dos resultados como análise dos programas da disciplina, bibliografia utilizada na disciplina, carga horária das disciplinas, estratégia de ensino, critérios de avaliação e pesquisa de campo.

Por fim, considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura considerou a definição de temas relacionados à perícia contábil, seguida da identificação, localização e análise de trabalhos nacionais e internacionais. Na sequência, foi estudado o material localizado, o que revelou maior ênfase nas questões técnicas, em comparação às condições de ensino de perícia contábil. Como resultado, foi possível agrupar e analisar o material coletado em quatro subtópicos, a seguir apresentados:

- artigos sobre perícia contábil nos periódicos de órgãos de classe;
- evolução histórica do ensino de perícia contábil no Brasil: a legislação, a edição de livros e as normas contábeis aplicáveis;
- pesquisas sobre o ensino de perícia contábil;
- o cenário internacional.

A seguir, será apresentado o trabalho realizado para cada sub-tópico.

2.1 A divulgação de perícia contábil nos periódicos de órgãos de classe

Para este subtópico, considera-se como marco da produção de artigos sobre o ensino da Contabilidade e perícia contábil no Brasil a década de 40 do século XX. Isso se deve a duas razões: a disponibilidade de acesso às obras pesquisadas, em sua maioria no Sindicato dos Contabilistas do Estado de São Paulo, e pelo fato de que o 1º artigo sobre Perícia Contábil localizado na Revista Paulista de Contabilidade encontra-se na edição 247, de abril de 1945 (BRASIL, 1945). Adicionalmente, foram pesquisados periódicos classificados no Qualis CAPES, e os trabalhos encontrados nesses periódicos, quando de interesse para esta pesquisa, foram tratados no sub-tópico 2.3.

A grande maioria dos artigos publicados sobre perícia contábil encontra-se em periódicos de órgãos de classe da profissão contábil. A análise preliminar dos trabalhos publicados consta da Tabela 01.

TABELA 01 – Artigos de revistas por fonte

Fonte	Ensino	Perícia contábil	Totais
Revista Paulista de Contabilidade	26	15	41
Revista Brasileira de Contabilidade	25	19	44
Totais	51	34	85

Fonte: Autor

Dos 85 artigos localizados, é possível atestar que não foram publicados nos periódicos e períodos analisados trabalhos sobre o ensino de Perícia contábil. A relação dos artigos localizados consta dos apêndices A (Revista Paulista de Contabilidade) e B (Revista Brasileira de Contabilidade). Uma análise mais detalhada dos 34 artigos sobre Perícia contábil revelou que:

- a maioria dos trabalhos publicados entre 1956 a 1977 refletem, em maior ou menor grau, opiniões e juízos de valores de seus autores;
- os artigos publicados entre 1978 e 1997, principalmente nos periódicos da Revista Paulista de Contabilidade e Revista Brasileira de Contabilidade, não têm requisitos acadêmicos e/ou científicos e referências bibliográficas, na forma atualmente encontrada.

Os artigos sobre perícia contábil localizados foram analisados, com vistas a obter subsídios para a realização deste trabalho. Não foram encontradas referências sobre o ensino da disciplina, e os artigos localizados foram classificados em cinco grandes categorias: a pessoa do perito, função pericial, relatórios periciais, honorários periciais, importância e utilidade da prova técnica. Os apêndices A e B apresentam a relação dos artigos classificados nessas categorias, para as publicações analisadas. Essas cinco categorias foram usadas na análise dos planos de ensino, apresentada no capítulo 4.

2.2 Evolução histórica do ensino de perícia contábil no Brasil: legislação, livros e normas

Para Peleias et al. (2007, p. 20):

A evolução das sociedades apresenta características que demandam identificação, estudo e compreensão, e o progresso econômico requer profissionais mais qualificados para atuarem nas organizações. Como consequência, são necessárias

condições de ensino para a formação desses profissionais. Tais acontecimentos colaboram para o desenvolvimento político e social, pois esses profissionais poderão se tornar cidadãos mais cômnicos de seus direitos e deveres. O estudo desse processo evolutivo requer a realização da pesquisa histórica.

Considerada a citação acima, foi realizado um levantamento nas leis brasileiras que regulamentam o ensino comercial ou de contabilidade, objetivando identificar a primeira menção ao termo “perícia contábil” ou a outras formas, e apresentar a evolução histórica da regulamentação do ensino e das condições de oferta. O resultado desse levantamento é apresentado a seguir.

A primeira menção em lei com fins educacionais ao termo “Perito Judicial” consta do Decreto N^o. 1.339, de 9 de janeiro de 1905 (BRASIL, 1905). Esse normativo declara de utilidade pública a *Academia de Commercio do Rio de Janeiro*, e trata de outras providências sobre o ensino comercial no Brasil. Dentre as providências tratadas, uma cuida dos cursos oferecidos, conforme apontado por Rosella et al. (2006, p. 27) e Peleias et al. (2007, p. 26):

Um formação geral, essencialmente prático, que habilitava para as funções de guarda-livros, perito judicial (grifo do autor) e empregos da área da Fazenda. Esse curso possuía as disciplinas de português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, história, ciências naturais (incluído o reconhecimento de drogas, tecidos e outras mercadorias), noções de direito civil e comercial, legislação de fazenda e aduaneira, prática jurídico-comercial, caligrafia, estenografia, desenho e escrituração mercantil;

Outro de nível superior, cujo ingresso considerava o curso geral como preparatório, habilitava os candidatos para exercer cargos de agentes-consultores, funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, atuários das companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e de grandes empresas comerciais.

O Decreto N^o. 17.329, de 28 de maio de 1926, aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino *técnico commercial reconhecido oficialmente* pelo governo Federal. No § único do artigo 3^o, consta que esses estabelecimentos poderiam manter cursos de especialização, destinados a profissões determinadas, como por exemplo, Perito Contábil. (BRASIL, 1926).

O Decreto N^o. 20.158, de 30 de junho de 1931, promove duas importantes mudanças: regulamenta a profissão de contador e reorganiza o ensino comercial, dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. Esse normativo classifica o curso de Perito Contador como técnico, com duração de três anos. O artigo 6^o contém a grade curricular do curso de perito contador, a seguir apresentada, no Quadro 01 (BRASIL, 1931).

1º. Ano	
Disciplinas	Ementas
Contabilidade (noções Preliminares)	Ensino teórico e prático. Exercícios de escrituração de um estabelecimento comercial, desenvolvendo-se tanto nos livros principais como nos auxiliares, como aberturas, movimento e encerramento das respectivas operações. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.
Matemática Comercial	Compra e venda, percentagens, câmbio, juros e descontos simples.
Noções de Direito Constitucional e Civil	Principais disposições da Constituição Federal, conhecimento geral das matérias do direito civil de mais importância para a vida prática.
Legislação Fiscal	Estudo especializado das leis e regulamentos fiscais, principalmente das tarifas aduaneiras, leis do selo, do imposto de consumo e sobre a renda e vendas mercantis. Exercícios práticos sobre a incidência das taxas, execução da escrita fiscal, declarações de rendas e manejo dos principais formulários. Será estudada em cada Estado e município a respectiva legislação fiscal.
Estenografia	Visa preparar o aluno a fazer, com facilidade, o apanhado de notas e ditados necessários à correspondência comercial, contratos, petições, etc.
Mecanografia	a) datilografia, em máquinas dotadas de teclado universal. O aluno deverá ficar em condições de escrever corretamente e com agilidade, sem olhar para o teclado; b) conhecimento e manejo das máquinas de calcular, dos mimeógrafos, duplicadores, máquinas de registrar, tabular, colecionar e quaisquer outras de uso corrente.
2º. Ano	
Disciplinas	Ementas
Contabilidade Mercantil	Estudo do inventário e do balanço; idem de casas com sucursais, tendo contabilidade centralizada na matriz ou contabilidade independente; idem de operações especiais, comissões e consignações, participações, regimes aduaneiros, cálculo de faturas estrangeiras; idem das sociedades comerciais, de capital fixo e variável.
Matemática financeira	Juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. Noções de cálculo diferencial e integral. Cálculo das diferenças finitas.
Noções de Direito Comercial Terreste	Ato de comércio e sociedades mercantis. Contratos e obrigações em geral. Noções de direito industrial.
Merceologia e tecnologia merceológica	Principais matérias primas utilizadas pela indústria. Nomenclatura e origem dos diversos produtos minerais, vegetais e animais e respectiva utilização; mercados principais, estatística dos negócios realizados anualmente e preços correntes. Aspectos gerais e locais.
Técnica comercial e processo de propaganda	a) generalidades sobre o comércio; pessoas que nele interveem. Operações comerciais. Circulação de mercadorias. Centros de negócios: mercados, bolsas de feiras livres; caixas de liquidação e garantias; valores mobiliários; bancos e operações bancárias. Depósitos de mercadorias; armazens, trapiches, entrepostos; armazens das docas e armazens gerais; documentos que emitem cláusulas contratuais de compra e venda; b) meios correntes de publicidade.
Economia Política e Finanças	Leis fundamentais: descrição das instituições e relações comerciais, industriais e agrícolas.
3º. Ano	
Disciplinas	Ementas
Contabilidade industrial e agrícola	a) evolução indústria. Organização das aziendas industriais. Elementos do "custo industrial". A mão de obra e os gastos gerais de fabricação. Métodos de contabilização e verificação do custo industrial; b) estudo teórico e prático da contabilidade agrícola, conforme já esboçado em outras ramificações da contabilidade. Monografias sobre a contabilidade industrial e agrícola.
Contabilidade bancária	Orientação idêntica à de outros ramos da contabilidade, mas em relação a um estabelecimento bancário. Organização, arquivo e modelos de documentos de caixa.
História do comércio, indústria e agricultura	Estudo sucinto das diversas transformações por que passaram o comércio, a indústria e agricultura desde os tempos antigos até os dias nossos dias.

Prática do processo civil e comercial	Instituições e repartições comerciais. Feitura de escritos e documentos públicos e particulares. Contratos em geral. Procuраções. Locação de serviços e de prédios. Certidões, translados e públicas formas. <u>Petições em geral. Perícia contábil. Concordatas e falências: exames dentro e fora delas. Quesitos complementares e suplementares. Laudo Pericial. Noções gerais do juízo e do processo comercial e arbitral.</u> Execução, sequestro, penhora e arrematação; adjudicação e remissão. Cobrança em inventário e em concurso de credores.
Seminário econômico	Complemento dos estudos de economia e política e finanças, com monografias obrigatórias sobre temas correlatos.
Estatística	Generalidades. Bases de estatística. Métodos empregados. Valor dos algarismos. Do absoluto e do relativo. Média. Curva de frequência. Utilidade dos gráficos. Cartogramas.

QUADRO 01 – Grade curricular do curso de perito contador Decreto nº 20.158

Fonte: Autor

A partir do exposto, percebe-se maior preocupação com o detalhamento dos conteúdos de Perícia contábil, ao analisar a ementa da disciplina “Prática do Processo Civil e Comercial”, oferecida no 3º ano. Esses conteúdos estão grifados no quadro acima, na linha da referida disciplina. Outro aspecto que merece atenção é o momento de oferta, ao final do curso.

O Decreto-lei Nº 1.535, de 23 de agosto de 1939, altera a denominação do curso de perito-contador para curso de contador, e não faz menção à oferta de disciplinas ou de conteúdo sobre Perícia contábil (BRASIL, 1939).

O Decreto-lei Nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, institui o curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais, e estabelece que o curso teria duração de quatro anos, considerando-se que, no último ano, seria oferecida a disciplina “Revisões e Perícia contábil”.

A Lei Nº 1.401, de 31 de julho de 1951, desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais em outros dois: o de Bacharel em Ciências Contábeis e de Bacharel em Ciências Atuariais, mantendo prevista em lei a oferta da disciplina “Revisões e Perícia contábil”. (BRASIL,1951)

Observa-se, na legislação até então analisada, a menção explícita à oferta de conteúdos de Perícia contábil, ainda que a disciplina tivesse nomes distintos ao longo do tempo. Novas mudanças ocorrem nos anos 1960, dentre as quais verifica-se, nos normativos analisados (parecer CFE Nº 397/62 e Resolução CFE s/n, de 08 de fevereiro de 1963), não constar menção à disciplina “Perícia contábil”, com essa ou outras denominações.

A menção explícita à oferta de conteúdos de Perícia contábil volta a ocorrer a partir da Súmula CFE Nº 03, de novembro de 1992, que fixa os conteúdos mínimos e a duração do curso de Ciências Contábeis. Nesse normativo, consta que o curso deve englobar 2.700 horas-aula, integralizadas no máximo em sete e no mínimo em quatro anos. As disciplinas seriam

distribuídas em três categorias de conhecimentos, e Perícia contábil foi classificada na categoria II – conhecimentos obrigatórios de formação profissional específica. (BRASIL,1992)

O Parecer CNE/CES N^o. 67/2003, de 11 de março de 2003, revoga o Parecer CNE/CES N^o. 146/2002, de 03 de abril de 2004, e ambos tratam das diretrizes curriculares de cursos de graduação (BRASIL, 2003). O item 3.2.4 do Parecer CNE/CES N^o. 146/2002 aborda o curso de graduação em Ciências Contábeis, propondo que os conteúdos curriculares deveriam ser distribuídos em três grupos de conteúdos, sem menção explícita à oferta de conteúdos de Perícia contábil. (BRASIL, 2002)

O Parecer CNE/CES N^o. 0289, de 06 de novembro de 2003, acolhe grande parte das contribuições oferecidas às diretrizes curriculares do Curso de Ciências Contábeis, dentre as quais aquelas relativas à atividade pericial e de arbitragem. Nos conteúdos curriculares constantes desse parecer, o de número II, denominado “conteúdos de formação profissional”, menciona a necessidade de domínio das atividades de perícias e arbitragens. (BRASIL, 2003)

A Resolução N^o. 06, de 10 de março de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Ciências Contábeis. Esse normativo mantém inalterado o grupo II de conteúdos, denominado “conteúdos de formação profissional”, que afirma a necessidade de domínio das atividades de perícias e arbitragens. Tal situação é mantida pelo Parecer CNE/CES N^o. 269/2004, e pela Resolução CNE/CES N^o. 10/2004. (BRASIL, 2004)

O Quadro 02 apresenta a evolução cronológica da legislação sobre ensino de perícia contábil no Brasil e o texto legal correspondente a cada ocorrência.

Estágios	Ano	Texto Legal	Ocorrência
1º.	1905	Decreto n.1.339	Declara instituições de utilidade pública a “ <i>Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de caracter official; e dá outras providências</i> ”.
	1926	Decreto n. 17.329	Aprova o regulamento para os estabelecimentos de “ <i>ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal</i> ”.
	1931	Decreto n. 20.158	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências
	1939	Decreto Lei n.1.535	Altera a denominação do curso de perito contador e dá outras providências.
2º.	1945	Decreto Lei n. 7.988	Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e autarias
	1951	Lei n. 1.401	Inclui, no curso de ciências contábeis, a cadeira de história econômica geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais.
	1962	Parecer n. 397	Divide os cursos de Ciências Contábeis nos ciclos de formação básica e formação profissional.

	1963	Resolução CFE sn., de 08/2/1963	Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Ciências Contábeis, e ratifica o Parecer CFE. 397/1962
3º. ¹	1992	Resolução CFE n. 03	Institui o currículo pleno, fixa a duração mínima de quatro anos para os cursos diurnos e cinco anos para os cursos noturnos.
	2002	Parecer CES/CNE n. 0146	Define às diretrizes nacionais para os curso de Ciências Contábeis.
	2003	Parecer CNE/CES n. 67	Referencial para as diretrizes curriculares nacionais (DCN) dos cursos de graduação.
	2003	Parecer CNE/CES n. 289	Aprova as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis – bacharelado, a serem observadas pelas instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.
	2004	Resolução CNE/CES n. 6	Oficializa o Parecer CNE/CES n. 289.
	2004	Parecer CNE/CES n. 269	Remove do texto da Resolução n. 269, a pedido do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), o trecho que menciona a necessidade de inserção da profissão contábil nos domínios da atividade atuarial.
	2004	Resolução CNE/CES n. 10	Cancela o pedido do IBA, cancela e substitui a Resolução CNE/CES n. 6.

QUADRO 02 – Cronologia da legislação sobre o ensino de contabilidade

Fonte: Autor

A pesquisa realizada na legislação sobre o ensino de Contabilidade revela três marcos temporais, neste trabalho denominados de 1º, 2º e 3º Estágios, indicados no quadro 2 acima. O 1º estágio trata da perícia contábil no ensino comercial e técnico. O 2º demonstra a perícia contábil como uma disciplina de curso superior, no primeiro momento oferecida juntamente com o termo “revisão”, seguida de um período sem qualquer menção nos comandos legais. O 3º traz de volta a menção e a obrigatoriedade da oferta de conteúdos de perícia contábil.

Juntamente com a elaboração do Quadro 02 acima apresentado, foi possível delimitar o intervalo de tempo estudado, para fins de identificação, tabulação e posterior análise da frequência de publicação de livros sobre perícia contábil. Para orientar a delimitação dos intervalos necessários, tomou-se por base a Resolução CFE nº 03/92, que torna obrigatória a oferta de conteúdos de perícia contábil. Esses momentos são denominados de pré-03/92 e pós-03/92. O resultado da pesquisa está apresentado na Quadro 03², que aponta a publicação de 4 livros no período pré 03/92, e 11 obras no período pós 03/92. Observa-se também maior número de edições das obras após a Resolução 03/92.

Período	Autor	Livro	Edição	Editores	Ano
1928 a	MARTINS, W. C.	Contabilidade empresarial, auditoria e perícia.	3ed. São Paulo	Hemus	1970

¹ Marco inicial de diretrizes específicas relacionadas à perícia contábil.

² Pesquisa realizada na biblioteca da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Foram considerados os livros que continham a expressão “Perícia Contábil” em seu título.

1991	MARTINS, W. C.	Manual tecnico de contabilidade: 3o. volume: Elementos de revisão e perícia contábil	1ed. São Paulo	Atlas	1968
	SANTOS, J. L.	Perícia em contabilidade commercial	2ed. Rio De Janeiro:	Jornal do Brasil	1928
	D'ÁURIA, F.	Perícia contábil : parte aplicada	São Paulo	Cia. Editora Nacional	1952
	D'ÁURIA, F.	Perícia contábil : parte aplicada.	São Paulo	Cia. Editora Nacional	1955
	D'ÁURIA, F.	Revisão contábil : parte aplicada.	2ed. São Paulo	Cia. Editora Nacional	1962
1992 a 2008	ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil .	1. ed. São Paulo	Atlas	1996
	ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil	2. ed. São Paulo	Atlas	2000
	ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil	3. ed. São Paulo	Atlas	2002
	ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil	4. ed. São Paulo	Atlas	2007
	DALLA ZANNA, R.	Prática de perícia contábil	São Paulo	IOB Thomson	2005
	HOOG, W. A. Z.; PETRENCO, S. A.	Prova pericial contábil : aspectos práticos & fundamentais	Curitiba	Juruá Ed.	2001
	HOOG, W. A. Z.; PETRENCO, S. A.	Prova pericial contábil : aspectos práticos & fundamentais	Curitiba	Juruá Ed.	2006
	HOOG, W. A. Z.; PETRENCO, S. A.	Prova pericial contábil : aspectos práticos & fundamentais	Curitiba	Juruá Ed.	2007
	MAGALHÃES, A. D. F.	Perícia contábil : uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	São Paulo	Atlas	1995
	MAGALHÃES, A. D. F.	Perícia contábil : uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	2. ed. São Paulo	Atlas	1998
	MAGALHÃES, A. D. F.	Perícia contábil : uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	3. ed. São Paulo	Atlas	2001
	MAGALHÃES, A. D. F.	Perícia contábil : uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	4. ed. São Paulo	Atlas	2004
	MAGALHÃES, A. D. F.	Perícia contábil : uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	5. ed. São Paulo	Atlas	2008
	MOURA, R.	Perícia contábil : judicial e extrajudicial.	2. ed. Rio de Janeiro	Freitas Bastos	2007
	NEVES, A. G.	Curso básico de perícia contábil .	2. ed. São Paulo	LTr	2004
	OLIVEIRA NETO, C. E.; MERCANDALE, I.	Roteiro prático de perícia contábil judicial: legislação – modelos – índices oficiais.	São Paulo	Oliveira Mendes	1998
	ORNELAS, M. M. G.	Perícia contábil .	São Paulo	Atlas	1994
	ORNELAS, M. M. G.	Perícia contábil .	2. ed. São Paulo	Atlas	1995
	ORNELAS, M. M. G.	Perícia contábil .	3. ed. São Paulo	Atlas	2000

	ORNELAS, M. M. G.	Perícia contábil.	4. ed. São Paulo	Atlas	2007
	SÁ, A. L.	Perícia contábil.	São Paulo	Atlas	1994
	SÁ, A. L.	Perícia contábil.	3. ed. São Paulo	Atlas	1997
	SÁ, A. L.	Perícia contábil.	5. ed. São Paulo	Atlas	2002
	SÁ, A. L.	Perícia contábil.	7. ed. São Paulo	Atlas	2005
	SCHMIDT, P.; GOMES, J. M. M.	Fundamentos de perícia contábil.	São Paulo	Atlas	2006
	SILVA, M. A	Fundamentos de perícia contábil: teoria e prática	São Bernardo do Campo	UMESP	2005

QUADRO 03 – Livros produzidos sobre perícia contábil

Fonte: Autor

Outro ponto merecedor de atenção é o início da promulgação de normas brasileiras de contabilidade sobre perícia contábil, pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC, a partir de 1992. As referidas normas são divididas nas categorias “Profissional” e “Técnica”, identificadas e diferenciadas pelas letras “P” e “T”. O Quadro 4, a seguir apresentado, contém a relação de normas já promulgadas pelo CFC.

Tipo de norma	Nº. / ano	Assunto	Observações
Técnica T13	731/1992	Perícia Contábil	Revogada pela 858/1999
Técnica T13	858/1999	Perícia Contábil	Alterada pela 985/2003
Técnica T13 - IT 1	938/2002	Termo de Diligência	
Técnica T13 – IT 2	939/2002	Laudo e Parecer de Leigos	
Técnica T13 – IT 3	940/2002	Assinatura em Conjunto	
Técnica T13 – IT4	978/2003	Laudo Pericial Contábil	Revogada pela 1041/2005
Técnica T13.7	985/2003	Parecer Pericial Contábil	
Técnica T13.2	1021/2005	Planejamento da Perícia	
Técnica T13.6	1041/2005	Laudo Pericial Contábil	
Profissional 2	733/1992	Normas Profissionais do Perito Contábil	Revogada pela 857/1999
Profissional 2	857/1999	Normas Profissionais do Perito	
Profissional 2.3	1050/2005	Impedimento e Suspeição	
Profissional 2.6	1051/2005	Reponsabilidade e Zelo	
Profissional 2.1	1056/2005	Competência Profissional	
Profissional 2.4	1057/2005	Honorários	

QUADRO 04 – Normas brasileiras sobre perícia contábil promulgadas pelo CFC

Fonte: Autor

A análise conjunta dos Quadros 03 e 04 revela que houve um crescimento na elaboração e publicação de livros, seguida de uma maior preocupação com a edição de

normas aplicáveis à atividade pericial. Isso está de acordo com o que foi promulgado na Resolução CFE N^o 03/92, em relação ao ensino de perícia contábil em cursos de Ciências Contábeis.

2.3 Pesquisa sobre o ensino de perícia contábil

A Contabilidade vem passando por profundas transformações, causadas por avanços tecnológicos e constantes mudanças do mundo globalizado. Assim, cabe aos educadores, às entidades de classe e às universidades conduzir o ensino de Contabilidade para uma formação adequada a esse novo cenário em que os profissionais estão inseridos, buscando, dessa forma, um perfil de profissional apto ao mercado de trabalho. (HOFER, 2004).

Desse modo, Neves e Brito (2007, p. 05) destacam que:

As Instituições de Ensino Superior que ministram o curso de Ciências Contábeis devem estar atentas à qualificação do processo de ensino, disponibilizando recursos teóricos e práticos para o exercício da atividade pericial de seus discentes, lembrando que algumas disciplinas do referido curso, possuem maior relevância, pois estão ligadas diretamente a essa atividade.

A Resolução CNE/CES n. 10/2004 trata da organização curricular para os cursos de Ciências Contábeis através dos Projetos Pedagógicos, considerando o perfil profissional esperado para o formando, em termos de: competências e habilidades; componentes curriculares integrantes; sistemas de avaliação do estudante e do curso; estágio curricular supervisionado; atividades complementares; monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (NEVES; BRITO, 2007). Os autores (2007) apontam que as competências, habilidades e atitudes encontradas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis estão diretamente ligadas à profissão de perito contador.

O ensino de Perícia contábil vem sendo analisado por outros pesquisadores brasileiros. A presente pesquisa difere-se das demais na contribuição ao desenvolvimento de uma metodologia e a um instrumento de pesquisa que permita a outros interessados identificar e estudar as condições de oferta de conteúdos e/ou disciplinas em cursos de Graduação em Ciências Contábeis. Apresenta-se, a seguir, uma síntese dos trabalhos localizados e analisados até este momento.

2.3.1 Visão dos professores de Ciências Contábeis de Salvador sobre a perícia contábil

Conforme Matos (2004), ao cursar Perícia Contábil, o aluno já passou pela maioria das disciplinas básicas e profissionalizantes e, muitas vezes, os discentes não dispõem de livros ou periódicos que deveriam compor suas bibliotecas particulares. Para ele (2004), essa situação é um obstáculo para o professor, ao mesmo tempo em que reconhece, em certas circunstâncias, possibilidades mínimas para os alunos terem acesso às obras existentes, que contêm os tópicos tratados em aula, e a dificuldade de reverter esse quadro.

O autor (2004) procurou identificar, com os professores dos cursos de Ciências Contábeis de Salvador, quais tópicos deveriam constituir o conteúdo programático da Disciplina Perícia Contábil e quais são as obras recomendadas para o estudo de cada tópico. Os resultados obtidos relacionam-se à revisão de literatura e ao trabalho de campo.

Para a revisão da literatura, identificou a falta de consenso sobre o conceito de Perícia, ora tratada como “exame”, “instrumento”, “prova” ora como “meios de prova”. Aponta ainda a existência de duas concepções de perícia contábil como atividade profissional: atribuição profissional/campo de ação profissional e prova/meio de obter provas para determinado fim. Como elementos concordantes, identifica a importância da Contabilidade como garantia da prova pericial, e que os relatórios periciais (laudos e pareceres) devem ser revistos pelos profissionais após sua elaboração e antes da entrega em cartório, em função de sua importância.

O trabalho de campo com os professores aponta 28 tópicos a serem abordados na disciplina de Perícia Contábil, por ordem de importância, observando-se que a maioria está presente nos programas de Perícia Contábil existentes nos cursos de Ciências Contábeis de Salvador e nos sumários das três obras mais recomendadas pelos docentes pesquisados.

2.3.2 Uma contribuição para o ensino de perícia contábil

Buosi (1999) apresenta como principal justificativa de sua pesquisa a obrigatoriedade da inclusão da disciplina de Perícia Contábil nas grades curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis, a partir da Resolução nº 03/92 CFE. A edição desse texto legal e seus efeitos sobre

os cursos de Ciências Contábeis estimularam-no a estudar e conhecer o perfil dos peritos contadores e a realidade do ensino de Perícia Contábil por eles vivenciada.

Nesse contexto, o autor (1999, p. 03) afirma que:

[...] esse estudo será de grande importância aos professores das IES que em geral encontram dificuldades em elaborar os conteúdos da disciplina de Perícia Contábil, além de contribuir para o conhecimento do perfil do profissional de Perícia Contábil e sua opinião a respeito do que constitui matéria importante tanto para o professor como para o aluno. Mesmo os professores que já tenham elaborado o conteúdo programático, poderão compará-lo com os sugeridos pelos profissionais e outros professores, e fazer uma avaliação para ver se merece alguns ajustes. Também será importante para os contadores que não atuam nessa área, mas que pretendem atuar ou conhecer mais sobre o assunto.

O trabalho de Buosi (1999) teve dois objetivos: a) conhecer a realidade do ensino da disciplina de Perícia Contábil no Estado de São Paulo, e b) conhecer o perfil do profissional que atuava como Perito Contador à época da pesquisa.

Sobre o ensino da disciplina Perícia Contábil, as respostas relativas a 23 das 63 IES consultadas no trabalho do autor (1999), oferecidas por coordenadores de curso, chefes de departamento e professores da disciplina, indicam que:

- coordenadores: 22 sujeitos afirmam que seus cursos não ofereciam a disciplina antes da Resolução 03/92; que a disciplina passou a ser oferecida a partir do 5º. semestre, com grande concentração no 5º. semestre, e as demais nos semestres posteriores; que a obrigatoriedade da disciplina é importante para a formação do futuro contador (100% dos respondentes);
- chefes de departamento: 16 sujeitos afirmam que 11 IES pesquisadas (68,8%) tinham professores qualificados para a disciplina, e 5 (31,2%) que não tinham docentes com a qualificação requerida. Sobre a existência de professores qualificados em quantidade suficiente para assumir a disciplina, 12 sujeitos (75,0%) informam que não havia, na época, referidos profissionais; 9 sujeitos (56,3%) que ainda não havia programa elaborado para a disciplina; 10 sujeitos (62,5%) afirmam que não tiveram dificuldades para elaborar o programa e 12 sujeitos (75,0%) que conheciam a bibliografia existente. Nesse grupo, chamou a atenção a dispersão dos resultados em relação à suficiência da bibliografia existente, não havendo uma opinião dominante entre os sujeitos pesquisados.
- professores: o grupo com menos respondentes: 6 sujeitos. Desses, 4 eram professores há menos de 5 anos; 1 com mestrado em outra área e nenhum com doutorado; 4 não estudaram a disciplina Perícia Contábil na graduação, mas já tinham atuado como

assistentes técnicos, e 2 atuavam como peritos. Todos tinham graduação em Ciências Contábeis; 4 deles uma graduação e 2 uma segunda graduação em outra área. Um sujeito tinha especialização na área contábil, e 3 especialização em outras áreas. Nenhum pesquisado tinha título de mestre ou fazia parte de um programa de mestrado na área contábil naquela época. A maioria (4) considera os conteúdos programáticos por eles lecionados parcialmente adequados ao público alvo, ao mercado e características regionais, enquanto 2 consideram os conteúdos plenamente adequados.

A prática profissional dos que atuavam na função ocorreu em função de nomeação para atuar como perito do juízo, ou indicações para atuarem como assistentes técnicos nos processos.

Nesse sentido, Buosi (1999, p. 116) declara que:

Podemos afirmar que a perícia contábil está apenas engatinhando em nosso país: essa atividade ainda é pouca divulgada, são raros os peritos e professores que cursaram a disciplina de perícia contábil durante a sua formação, falta material didático sobre o assunto, as IES admitem que não há número suficiente de docentes na área e, embora esse dado não tenha sido obtido na presente pesquisa, acreditamos que a maioria dos atuais docentes da disciplina tenha pouca experiência profissional e/ou docente em perícia contábil.

Outra constatação relevante foi que “a maioria significativa dos entrevistados considerou importante, para a boa formação do futuro profissional de Ciências Contábeis, a disciplina de Perícia Contábil como obrigatória na graduação”. (BUOSI, 1999, p. 113).

2.3.3 Proposição ao ensino da perícia contábil no Distrito Federal

A pesquisa descrita a seguir foi norteadada pelo caráter técnico e legal da atividade pericial. Conforme Neves e Brito (2007), o graduando deve buscar a capacitação técnica, hábil e de conhecimento específico, para emitir laudos e pareceres contábeis com maior grau de confiabilidade, fidedignidade e qualidade, que irão auxiliar na instância decisória judicial ou extrajudicial. Assim, a busca dessa conquista começaria na IES, que deveria fornecer o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias, transformando o discente em um competente profissional. (NEVES; BRITO, 2007).

Com base nesse contexto, o objetivo principal do trabalho desses autores foi avaliar o ensino da Perícia contábil no Distrito Federal sob a ótica dos professores da disciplina nas IES da região, visando à construção de proposta de ensino de Perícia contábil para a capacitação do discente. O trabalho foi desenvolvido com as IES do Distrito Federal, com 11 professores como sujeitos de pesquisa. (NEVES; BRITO, 2007).

Os resultados encontrados pelos autores (2007) foram os seguintes:

- a) a disciplina de Perícia contábil é ministrada nas 11 IES pesquisadas;
- b) todos consideram importante o conhecimento empírico além do acadêmico para o ensino da disciplina de Perícia contábil;
- c) 81,9% concordam total ou parcialmente que o projeto pedagógico do curso contempla o perfil e as competências para a formação do peritor contador, e 18,1% discordam;
- d) 72,8% discordam total ou parcialmente que a carga horária de um semestre seja suficiente para formar o referido profissional, e 18,2% concordam total ou parcialmente;
- e) todos concordam total ou parcialmente sobre a importância de as IES terem um Núcleo de Práticas Periciais; de que as atividades extracurriculares para Perícia contábil devem ser incluídas no curso; de que deveriam participar de grupos de pesquisa sobre o tema; de que teriam interesse em ministrar palestras sobre o tema “perícia contábil”;
- f) 27,3% concordam que o graduando é capaz de utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem próprias na emissão de laudo e parecer contábil, 27,3% mostram-se indiferentes, 45,4 discordam total ou parcialmente;
- g) 45,5% discordam total ou parcialmente que o graduando é capaz de elaborar com a técnica/científica o laudo e parecer pericial contábil, e 36,4% mostram-se indiferentes a esse questionamento; e
- h) as técnicas pedagógicas utilizadas em sala de aula pelos docentes são: 45% aula tradicional, 5% painel simples, 15% painel integrado, 25% estudo de caso, 10% simulação.

Os professores deveriam atribuir uma nota para o ensino de perícia contábil no Distrito Federal. Os resultados obtidos permitem apurar a média 6.

Neves e Brito (2007) concluem ser necessária a educação continuada para a melhoria da qualificação profissional dos futuros peritos contadores, além da otimização das técnicas de ensino de Perícia contábil.

2.3.4 Perícia contábil: conteúdo programático e propostas metodológicas

O estado de maturidade do exercício da função pericial é parte de um processo de aperfeiçoamento constante, por meio da experiência, motivo pelo qual é importante uma metodologia de ensino de Perícia Contábil, que capacite os alunos ao exercício da função, antecipando o aperfeiçoamento que hoje ocorre através da experiência. (PEREIRA, 2006).

Em seu trabalho, Pereira (2006) fez uma pesquisa com Juizes de Direito dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, para obter opiniões sobre temas a serem incluídos nos conteúdos programáticos da disciplina. Na sequência, os temas indicados foram submetidos a Professores de Perícia Contabil do Estado de São Paulo, com vistas a ratificar os temas sugeridos e obter sugestões de metodologias de ensino. A questão de pesquisa versou sobre como promover o processo de ensino e aprendizagem de Perícia Contábil no curso de Ciências Contábeis, visando a agilizar o exercício da função pericial pelos então egressos.

Dessa maneira, o autor (2006, p. 167) constata que:

100% das IES pesquisadas ofereciam a Disciplina como obrigatória, atendendo ao disposto da Resolução CFE N° 03/92, e que a oferta ocorria no último ano e no 7º semestre, demonstrando a necessidade de os graduandos terem conhecimentos (técnicos e científicos) prévios para a iniciação na perícia contábil.

Com os resultados obtidos em seu trabalho, Pereira (2006) oferece a seguinte proposta do conteúdo programático, com base naquilo que foi sugerido pelos Juízes e ratificado pelos Professores pesquisados, conforme o Quadro 05.

Tema	Metodologia sugerida
Perícia e Perito – Conceitos	Aula Expositiva
Evolução Histórica da Perícia	Aula Expositiva
Perícia Contábil e Auditoria	Aula Expositiva
Prova Pericial e suas Interações com as Demais Provas	Seminário
Objetivos e Espécies de Perícia Contábil	Aula Expositiva

Perito: Exercício da Função Pericial Contábil	Aula Expositiva
Legislação – Perícia Contábil	Seminário
Responsabilidades Sociais, Cíveis e Criminais do Perito Contador	Aula Expositiva e/ou Seminário
Quesitos e Diligências	Aula Expositiva
Organização e Planejamento do Trabalho Pericial	Seminário
Perito do Juízo e Perito Assistente	Aula Expositiva
Relatórios Periciais – Laudo e Parecer	Aula Expositiva
Estrutura e Requisitos de um Laudo Pericial Contábil	Seminário
Remuneração do Trabalho Pericial	Aula Expositiva
Perícia na Área Cível e Perícia Trabalhista – Alguns Comentários	Aula Expositiva
Fase de Instrução do Processo	Palestra com Especialista
Liquidação de Sentença	Palestra com Especialista
Direito Comercial – Recuperação de Empresas e Falências	Seminário
Direito Civil – Das Obrigações – Execução SFH, Tabela Price e SAC	Seminário
Direito Societário – Liquidação ou Apuração de Haveres	Seminário
Danos Emergentes e/ou Lucros Cessantes	Seminário
Direito Tributário – Fato Gerador e Base de Cálculo do IRPJ	Estudo de Caso
Direito Tributário - Fato Gerador e Base de Cálculo do IPI	Estudo de Caso e/ou Seminário
Direito Tributário – Fato Gerador e Base de Cálculo do ICMS	Estudo de Caso
Direito Tributário – Fato Gerador e Base de Cálculo do ISS	Estudo de Caso
Direito Tributário – Fato Gerador e Base de Cálculo do CSL	Estudo de Caso
Direito Cível – Execução – Cheque Especial – Sistema de Cálculo de Juros	Estudo de Caso
Perícia Trabalhista – Liquidação de Sentença e Cálculos	Estudo de Caso
Arbitragem	Seminário
Desapropriações	Seminário
Falta de Entrega de Mercadorias	Estudo de Caso
Impugnações de Créditos Falimentares	Palestra com Especialista
Compensações de Créditos	Estudo de Caso

QUADRO 05 – Proposta de conteúdo para a disciplina perícia contábil

Fonte: Autor

A análise do Quadro 05 revela que os professores pesquisados por Pereira confundem a estratégia de pesquisa do “Estudo de Caso” com a estratégia de ensino denominada “Método do Caso” e também que o detalhamento do programa não permite que todo o conteúdo seja ministrado em um único semestre ou 80 horas da disciplina de perícia contábil.

Por fim, Pereira (2006, p. 167) conclui que:

Os professores pesquisados revelaram possuir flexibilidade em relação a disciplina, dependendo da carga horária adotada pela Instituição de Ensino Superior, sobre temas e metodologias, ficando a seu critério a utilização da que mais lhe convier ou de várias, sempre tendo como objetivo promover o ensino-aprendizagem para que os egressos tenham os conhecimentos necessários para a função de Perito Contador.

2.3.5 Perícia contábil judicial: o mapeamento do conhecimento no contexto brasileiro

Em seu trabalho, Stader (2005) aponta que as mudanças na grade curricular do curso de Ciências Contábeis sempre foram preocupações dos profissionais de ensino, para adequar as disciplinas lecionadas aos futuros contadores com as exigências do que ele denominou de atual mercado de trabalho. Assim, o desafio das IES foi englobar a disciplina Perícia Contábil e procurar professores habilitados para lecioná-la. Ademais, desenvolver o conteúdo programático e selecionar a bibliografia até observar que a maioria dos profissionais de ensino tinha um conhecimento restrito sobre a disciplina, e que quem realmente poderia suprir essas arestas estaria no mercado de trabalho de perícia. Os profissionais, por sua vez, não estariam muito interessados no magistério. (STADER, 2005)

O objetivo do autor (2005) foi mapear o que existia de mais relevante e consistente sobre perícia contábil judicial no panorama da produção científica e especializada no Brasil, a partir de um levantamento bibliográfico (fontes secundárias) das principais publicações, entre abril de 1973 a abril de 2003. A questão de pesquisa proposta foi identificar o que se produziu de conhecimento na área de Perícia Contábil Judicial. Stader (2005) reconhece como inevitável o crescimento da Perícia Contábil, a começar pelo currículo dos cursos de Ciências Contábeis, em que já existia uma disciplina específica e obrigatória, revelando o grau de importância conquistado.

Em seu trabalho, o autor estuda os dezessete congressos brasileiros de contabilidade realizados até 2005, constatando que se trata de: questões técnicas relativas à profissão, reconhecimento dos profissionais de destaque, por meio de comendas de mérito contábil; discussão de temas considerados relevantes para o profissional, tais como a sua valorização no mercado de trabalho, os símbolos da profissão, debates sobre todas as edições dos Códigos de Ética, as dificuldades encontradas – principalmente pela influência dos órgãos governamentais - e as normas a serem seguidas para a padronização de determinados procedimentos.

Sobre o desenvolvimento da atividade pericial Stader (2005, p. 100) constata que:

Finalmente, observo a grande transição na direção da profissionalização do perito contador nos últimos dez anos, uma atividade quase artesanal, frequentemente passada de pai para filho, que demandava a busca do conhecimento através da prática com um profissional já gabaritado, passando a ser objeto de pesquisa e

ensino, abrindo horizontes para que o estudante se interesse em militar nesta atividade como opção para seu futuro, e não, de uma maneira quase acidental, vir a atuar como perito contador.

2.4 O cenário internacional

No cenário internacional, foram localizados os termos *Pericia Contable* na língua espanhola, *Forensic Accounting* nos Estados Unidos e *Forensic and Investigative Accounting* no Canadá. A apresentação dos termos encontrados com a revisão da literatura inicia-se com a análise dos trabalhos em língua inglesa.

O primeiro destaque é o escopo de atuação do *Forensic Accountant*³, e a diferenciação entre a atuação desse e a dos auditores. Para Stimpson (2007, p. 18), a área de atuação do “*Forensic Accountant* é focada em alegações ou questões de circunscrição mais específica, quando comparada à dos auditores, os quais devem oferecer uma opinião sobre as demonstrações contábeis das organizações”. O autor (2007, p. 19) atesta que “o papel do “*Forensic Accountant*” é verificar, corroborar ou refutar alegações de natureza financeira”.

O mesmo autor (2007, p. 18) complementa que:

O termo é abrangente, pois o “*Forensic Accountant*” pode realizar trabalhos de investigação de fraudes, análise de livros e documentos contábeis em processos envolvendo sociedades empresariais, bem como trabalhos em processos de perdas e danos, além de servir como testemunha especializada (*expert witness*) junto a tribunais públicos, de arbitragem ou mediação.

Ainda de acordo com o autor (2007, p. 19), “o profissional deve entender as transações realizadas e identificar sua trilha de ocorrência, e saber como identificar fontes de informações financeiras e de outra natureza, para discernir sobre origens de informações conflitantes, o que revela a necessidade de capacidade investigativa e discernimento para analisar os elementos obtidos”, e destaca (2007, p. 20) que “em muitas circunstâncias o *Forensic Accountant* pode atuar como um assistente técnico com conhecimentos contábeis e financeiros, auxiliando advogados e outras pessoas envolvidas em processos judiciais, assim como os peritos brasileiros atuam na função de assistente técnico.”

³ Optou-se, na revisão da literatura, pela apresentação dos termos nas grafias originais de suas línguas.

A mesma abrangência é apontada nos trabalhos de Rezaee, Lander e Gavin (1992) e de Rosen (2006), a seguir analisados.

O trabalho de Rezaee, Lander e Gavin (1992) revela que a discussão sobre o ensino de *Forensic Accounting* nos Estados Unidos antecede os escândalos contábeis do início do século XXI. Conforme os autores (1992), *Forensic Accounting* é uma especialização contábil em rápido desenvolvimento, e procuram demonstrar por que e como a disciplina poderia e deveria ser integrada ao currículo de Contabilidade. Eles (1992) apresentam o escopo e a natureza de *Forensic Accounting*, os tópicos da disciplina a serem oferecidos no currículo, em cursos separados ou mesmo em módulos integrados aos cursos e disciplinas de auditoria, juntamente com técnicas e materiais de referência para o ensino da disciplina.

Ao longo do trabalho, os autores (1992) evidenciam a necessidade de melhorar o ensino de Contabilidade, por meio da inclusão da disciplina e dos tópicos de *Forensic Accounting* nos *curricula* dos cursos, pois essa área de atuação estaria se tornando uma atraente opção para os futuros contadores. Outro aspecto identificado por eles (1992, p. 3) “é o escopo de atuação do profissional, que se revelou mais abrangente, quando comparado ao indicado na revisão da literatura, como escopo de atuação dos peritos contábeis no Brasil”.

O trabalho de Rosen (2006) é parte de um fórum de discussões sobre *Forensic Accounting* no cenário pós-escândalo Enron, e analisa as condições de oferta da disciplina nos cursos de Contabilidade no Canadá, apresentando outros elementos relevantes relativos à atuação profissional do contador que optar por essa especialidade.

Sobre o ensino, o autor (2006) aponta que os cursos oferecidos no Canadá preparam os futuros contadores para os exames de certificação profissional, em especial em auditoria, negligenciando, dentre outros aspectos, o ensino de *Forensic Accounting*. Segundo ele (2006), a ênfase no ensino tecnicista produz profissionais que podem tornar-se obsoletos em pouco tempo, colocando os futuros contadores em desvantagem na atuação conjunta com outros profissionais do Direito, tais como juízes e advogados. Esses por serem, na opinião do autor, melhor formados e treinados, poderiam rapidamente perceber as deficiências que o tecnicismo teria nos futuros contadores, o que poderia comprometer a credibilidade do trabalho apresentado.

O autor (2006) destaca como elementos relevantes na atuação do contador que optar pela especialidade um amplo escopo de atuação profissional, maior do que o indicado no Brasil para o Perito Contábil. No cenário estudado, o profissional pode atuar como assistente

técnico (das partes) em processos judiciais, de forma distinta à atuação no Brasil, em que o Perito Contábil nomeado é um auxiliar especializado do magistrado, em determinada matéria técnica não conhecida por este. O Rosen (2006) ainda demonstra uma lista de atitudes e competências que o profissional deve ter para ser respeitado, e reitera que o *Forensic Accountant* não pode ser tecnicista, pois, ao longo de sua atuação profissional, trabalhará com leigos em matéria contábil. Além disso, a maioria das demandas judiciais é específica, o que requer habilidade para a rápida compreensão da matéria discutida, visando ao delineamento do plano de trabalho.

Em seu trabalho, Peterson (2003) aborda a necessidade de maior ensino sobre fraudes em cursos de Contabilidade nos Estados Unidos, e relata os esforços da *Association of Certified Fraud Examiners* (ACFE) e do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA) nesse sentido. Para a autora (2003, p. 263), “uma razão foram as pressões sofridas pela profissão contábil, em razão de escândalos contábeis recentes, como por exemplo Enron e WorldCom”. Segundo a autora (2003), outras razões constam do relatório *US News & World Report*, que lista a carreira de *Forensic Accountant* como uma das oito mais seguras naquele país, e o fato de aproximadamente 40% das principais firmas de contabilidade norte-americanas estarem expandindo a oferta de serviços de investigação de fraudes e apoio a processos judiciais.

Ainda de acordo com a autora (2003, p. 263-264), “devido à magnitude dos problemas causados pelas fraudes, e a frequência com a qual os auditores foram associados a tais casos, seria de se esperar que os *currícula* de cursos de Contabilidade incluíssem mais tópicos sobre fraudes”. Entretanto, não é o que ela apresenta após sua revisão da literatura, que revela limitada oferta dos referidos tópicos. Como razões para essa situação, ela aponta (2003, p. 264) “a dificuldade de entendimento sobre a extensão de uma fraude e suas consequências, e a falta de espaço nos *currícula* dos cursos de Contabilidade”.

Ao final do trabalho, a autora (2003, 265) oferece “uma proposta de curso sobre fraudes, no qual apresentou os conteúdos a serem ofertados, e quais materiais poderiam ser usados”. Em suas conclusões, a autora (2003, p. 265) “propugnou que uma melhor formação dos futuros contadores acerca das fraudes poderá capacitá-los à prestação de um melhor serviço às empresas, e à sociedade como um todo”.

Outro trabalho componente do fórum de discussões sobre *Forensic Accounting* no cenário pós-escândalo Enron é o de Brooks e Labelle (2006), em que os autores analisam e apontam evidências que poderiam contribuir para o ensino da disciplina no Canadá. Os

autores (2006) procuram oferecer *insights* sobre o tipo de serviço prestados por esses profissionais, além de pesquisarem e estudarem os conhecimentos, habilidades e atributos requeridos dos *Forensic Accountants*, juntamente com os desafios inerentes a programas de ensino e formação necessários à preparação desses profissionais. Assim como outros trabalhos já analisados sobre os cenários norte-americano e canadense, conforme os autores, os futuros contadores precisam conhecer melhor os negócios e como as fraudes ocorrem. Segundo Brooks e Labelle (2006), isso os habilitaria a prestar um melhor serviço. Ademais, a atuação desses profissionais, de acordo com os autores, revelou-se mais ampla do que a identificada na revisão da literatura sobre Perícia contábil no Brasil. Uma das justificativas para a assertiva de Brooks e Labelle é que os sistemas judiciais do Canadá e EUA revelam que são as partes que contratam o perito. No Brasil, o perito em função judicial é nomeado pelo juízo.

Como atestam os autores (2006), em função da predominância da dimensão investigativa na atividade desse profissional, parcialmente explicada pelo fato de que a justiça canadense incentiva menos disputas, quando comparada à americana, no Canadá, o profissional é designado de *Forensic and Investigative Accountant*, em vez de apenas *Forensic Accountant*, como ocorre nos Estados Unidos.

Os autores (2006) apresentam os resultados de suas pesquisas sobre quais conteúdos e estratégias de ensino deveriam ser usados no ensino de *Forensic and Investigative Accounting*, e oferecem uma proposta detalhada de como o curso poderia ser preparado e oferecido. Nas considerações finais, destacam a proposição de que os estudantes e profissionais graduados de Contabilidade precisam compreender que o *Forensic and Investigative Accountant* pode atuar de forma preventiva, além de atuar como investigador e um profissional que pode ajudar a resolver problemas de fraudes e outras disputas legais em potencial.

Sobre a interdisciplinaridade entre a Contabilidade e outras áreas de conhecimento, Ponemon (1998) identifica que a maior oferta de novos serviços por empresas de Contabilidade entre os anos 1980 e 1990 requereu um novo modelo de atuação para essas organizações. Conforme o autor (1998), em razão principalmente da oferta de serviços por ele denominados não tradicionais, dentre os quais *Forensic Investigations*, as empresas precisaram contratar especialistas de outras áreas, situação que requereu maior interação conceitual e prática com os contadores. Ainda para o autor (1998), essa situação tem reflexos diretos nos *curricula* dos cursos de Contabilidade e nos exames de certificação profissional, o

que permite deduzir que os conteúdos de *Forensic Accounting* deveriam ser oferecidos ao longo de tais cursos e cobrados nos referidos exames.

Os trabalhos de Perícia contábil localizados em língua espanhola são de natureza técnica, e não foram encontrados artigos relacionados ao ensino de perícia contábil.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 Motivação

As inquietações e indagações do autor em relação à docência no ensino superior de Ciências Contábeis motivaram o desenvolvimento deste trabalho. Paralelamente a esse aspecto subjetivo, a realização de pesquisa preliminar sobre temas relacionados à Perícia contábil revelou maior preocupação com os aspectos técnicos em detrimento dos aspectos relativos às condições de ensino da disciplina.

Este capítulo descreve a metodologia utilizada para elaborar a presente pesquisa. Em um primeiro momento, apresentam-se os conceitos de método e pesquisa, posteriormente, descreve-se a tipologia de pesquisa, a população ou o universo, o instrumento utilizado para coletar os dados e por último, a coleta e análise dos dados.

3.2 Métodos e procedimentos de coleta de dados

Para Malhotra (2001, p. 105), “a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem”.

Segundo Cooper e Schindler (2003, p. 131), “através da exploração, os pesquisadores desenvolvem conceitos de forma mais clara, estabelecem prioridades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o planejamento final da pesquisa”.

Quanto aos meios de investigação, Vergara (2003, p. 46) afirma que podem classificar-se em “pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental e estudo de caso”. A pesquisa de campo, conforme a autora, “é uma investigação empírica realizada no local onde ocorreu o fenômeno ou que dispõe de

elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicações de questionários, testes e observação participante ou não”. Ela (2003, p. 46) complementa que a “pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados como; livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é material acessível ao público em geral”.

Foram ainda consultadas fontes documentais, representadas por peças da legislação relativas à formação do perito/contador quanto à sua atuação profissional. Desse modo, para atingir os objetivos propostos, foram usadas, de forma combinada, pesquisa bibliográfica, documental e exploratória.

A pesquisa de campo foi realizada em duas partes, por meio de um questionário dirigido a coordenadores e professores do curso de Ciências Contábeis na grande de São Paulo, e pela análise dos programas da disciplina de perícia contábil oferecida pelas IES selecionadas. O objetivo foi colher os dados junto aos respondentes no 1º semestre de 2008, além de identificar e analisar como a disciplina é oferecida e desenvolvida.

3.3 População e amostra

Como aponta Malhotra (2001), uma população é o agregado, ou soma, de todos os elementos que compartilham algum conjunto de características comuns, conforme o universo para o problema de pesquisa proposto.

Nesse contexto, Hair Jr et al. (2005a, p. 237) atestam que:

O tamanho da amostra é uma importante consideração no planejamento da pesquisa. Com amostragem probabilística, a escolha do método de amostragem e o uso de uma amostra de tamanho apropriado são fundamentais para a generalização das descobertas a partir da amostra para a população.

Cooper e Schindler (2003, p. 80) indicam que um dos passos do planejamento da pesquisa é “identificar a população-alvo e selecionar a amostra”. Essa etapa consiste em “determinar quem e quantas pessoas entrevistar, quais e quantos eventos observar ou quais e quantos registros inspecionar”.

A população desta pesquisa é composta por professores e coordenadores de cursos de graduação em Ciências Contábeis da Grande São Paulo, e a amostra tem dois grupos de respondentes, conforme mostrado no Quadro 06: o 1º grupo apresenta sete dos melhores cursos da Região, segundo o ENADE⁴ de 2006; o 2º apresenta dez cursos escolhidos por acessibilidade. A amostra da pesquisa representa 21,79% dos 78 cursos cadastrados no INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, à época de realização da pesquisa. (BRASIL, 2008)

Classificação	N.	Instituições
Grupo 01	1.	Centro Universitário Álvares Penteado
	2.	Centro Universitário Ítalo Brasileiro
	3.	Faculdade São Luis
	4.	Faculdade Sumaré
	5.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
	6.	Universidade Paulista.
	7.	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Grupo 02	8.	Faculdade Famater
	9.	Faculdade Flamingo
	10.	Universidade Camilo Castelo Branco
	11.	Faculdade Sudoeste Paulistano
	12.	Universidade de Mogi das Cruzes
	13.	Universidade Nove de Julho
	14.	Universidade Cruzeiro do Sul
	15.	Centro Universitário Assunção
	16.	Faculdade Editora Nacional
	17.	Universidade de Santo Amaro

QUADRO 06 – Instituições pesquisadas

Fonte: Autor

3.4 Questionário aplicado nos professores e coordenadores

Neste tópico, apresentam-se os procedimentos metodológicos usados na realização da coleta de parte dos dados analisados. A apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais estão em parte fundamentadas nos dados obtidos com o instrumento de pesquisa, doravante denominado de questionário.

⁴ O exame do ENADE demonstra uma situação geral do curso e não específica da disciplina de perícia contábil.

Para Hill e Hill (2002), a construção de um questionário equivale a traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. A inserção das perguntas no questionário deve refletir pormenorizadamente o objetivo geral, ou seja, o tipo de informação buscada.

Quanto ao tipo de perguntas, Vieira (2007, p. 54) aponta que:

No que se refere à formulação das questões, essa exige uma linguagem simples e direta, para que o respondente compreenda bem o que está sendo perguntado. Tal objetividade na formulação das perguntas pressupõe a imparcialidade do entrevistador, para evitar sua tendenciosidade ou influência sobre o entrevistado.

Em relação ao tipo de perguntas, Malhotra (2001), recomenda classificá-las em não-estruturadas ou estruturadas. As primeiras correspondem a perguntas abertas, em que os entrevistados respondem com suas próprias palavras ou perguntas de resposta livre. As outras especificam o conjunto de respostas alternativas e o formato da resposta. São, por isso, perguntas fechadas. O autor (2002, p. 282-283) classifica as perguntas como:

- a) de múltipla escolha: o pesquisador oferece um elenco de respostas, e o entrevistado deve escolher uma ou mais das alternativas oferecidas.
- b) dicotômicas: questão com apenas duas alternativas; sim x não; falso x verdadeiro;
- c) escalonadas: a pergunta é feita atribuindo valores numéricos a cada alternativa.

De acordo com Cooper e Schindler (2003), o questionário, quando estruturado, precisa levar em consideração as seguintes vertentes: a ordem, o tipo, a redação das perguntas, a apresentação, as instruções, as transições e o encerramento de um questionário. Todos esses fatores devem, conforme os autores (2003, p. 280):

- a) estimular os respondentes no fornecimento de respostas precisas;
- b) encorajar os respondentes a fornecer uma quantidade adequada de informações;
- c) desencorajar cada entrevistado na recusa de respostas específicas;
- d) deixar uma impressão positiva na sua participação da pesquisa.

Na visão de Malhotra (2001, p. 274), qualquer questionário deve ter três objetivos específicos:

Em primeiro lugar, deve traduzir a informação desejada em um conjunto de questões específicas que os entrevistados tenham condições de responder. Em segundo lugar, um questionário precisa motivar e incentivar o entrevistado a se deixar envolver pelo assunto, cooperando e completando a entrevista. Em terceiro lugar, um questionário deve sempre minimizar o erro na resposta.

Como afirmam Hair Jr et al. (2005a, p. 219), depois de o pesquisador decidir os tipos de questão, uma estrutura preliminar do questionário deve ser definida, em uma seqüência de três grupos de perguntas, sendo: “As perguntas iniciais são de abertura. A seguir, há questões

sobre os tópicos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. A seção final inclui perguntas de classificação, que ajudam o pesquisador a entender os resultados”.

Malhotra (2001, p. 276) apresenta as etapas de elaboração do questionário seguidas neste trabalho:

- a) especificar a informação de que necessitamos;
- b) especificar o tipo do método da entrevista;
- c) determinar o conteúdo das perguntas individuais;
- d) planejar as questões de modo a superar a incapacidade e / ou má vontade do entrevistado
- e) decidir quanto à estrutura das questões;
- f) determinar o fraseado das questões;
- g) dispor as questões na ordem adequada;
- h) identificar a forma e o leiaute;
- i) reproduzir o questionário
- j) eliminar defeitos por meio de um pré-teste

O questionário desenvolvido e usado levou em consideração procedimentos citados por Cooper e Schindler (2003), Hair Jr et al. (2005b), Hill e Hill (2002), Malhotra (2001) e Vieira (2007):

1. iniciou-se com uma breve explicação sobre a pesquisa, as instruções de preenchimento e a importância da participação do entrevistado nos trabalhos;
2. a primeira parte procurou identificar o perfil dos respondentes, situação que contribuiu para a análise dos dados obtidos;
3. a segunda parte foi composta por assertivas em escala de Likert, e questões abertas, que buscaram obter as percepções e opiniões dos sujeitos em relação às condições de oferta de perícia contábil nos cursos pesquisados;
4. cuidou-se para adotar objetividade na redação das questões; e
5. no final do questionário, o autor expressou seus agradecimentos pelas respostas.

Nesse contexto, Martins e Pelissaro (2005, p. 83) apontam que:

Para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir sua assertiva genérica em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar um constructo e operacionalizá-lo.

Para tanto, foi preciso identificar as variáveis observáveis que poderiam representar as contrapartidas das variáveis teóricas. Tal identificação equivale ao constructo, que “possui significado construído intencionalmente a partir de um determinado marco teórico, devendo

ser definido de tal forma que permita ser delimitado, traduzido em proposições particulares observáveis e mensuráveis.” (MARTINS; PELISSARO, 2005, p. 83).

Cooper e Schindler (2003, p. 53), por sua vez, afirmam que:

Em pesquisa na área de ciências sociais, um constructo é uma imagem ou idéia inventada especificamente para uma determinada pesquisa e/ou criação de teoria. Construimos constructos ao combinar os conceitos mais simples, especialmente quando a idéia ou imagem que pretendemos transmitir não está diretamente sujeita a observação.

Martins e Pelissaro (2005, p. 83), certificam que:

Um constructo é uma variável – conjunto de termos, de conceitos e de variáveis -, isto é, uma definição operacional robusta que busca representar empiricamente um conceito dentro de um quadro teórico específico. Como se pode depreender, um constructo poderá ser um embrião de um modelo.

Foi preciso definir três grupos de constructos, para que fosse possível delinear as variáveis genéricas que compuseram o questionário. Os constructos que orientaram a elaboração do questionário foram:

a) Percepção dos Professores e Coordenadores sobre como a disciplina se integra ao curso;

- os conteúdos de Perícia contábil são importantes para o futuro contador;
- a disciplina deve ser obrigatória para o curso;
- a disciplina deve ser específica para o curso;
- a oferta da disciplina Perícia contábil revela uma alternativa de atuação profissional para o futuro contador;
- os conteúdos de Perícia contábil estão relacionados aos objetivos do curso;
- os conteúdos de Perícia contábil são discutidos com outros professores do curso;
- os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia contábil; e
- a carga horária destinada à disciplina é suficiente.

b) Percepção dos Professores e Coordenadores sobre as estratégias de ensino e a aprendizagem dos alunos;

- a disciplina Perícia contábil permite variar as estratégias de ensino;
- o método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia contábil;
- são solicitados trabalhos extra-sala na disciplina Perícia contábil;
- a aula expositiva é a estratégia de ensino mais usada na disciplina;
- durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com peritos atuantes; e
- durante a disciplina, os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito.

c) Percepção dos Professores e Coordenadores sobre as condições de ensino da disciplina:

- a biblioteca possui os livros indicados no Programa;
- são indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros;
- a disciplina desenvolvida em sala de aula está alinhada com as práticas forenses;
- os programas e conteúdos são atualizados anualmente;
- as obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas;
- a experiência profissional do professor contribui para a atualização da disciplina;
- as mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos;
- o Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia contábil.

O questionário foi elaborado de maneira padronizada, para que todos os respondentes tivessem acesso às mesmas questões, garantindo assim respostas uniformes.

A primeira parte do questionário tem 14 questões, que visaram a delinear o perfil profissional do respondente quanto aos seguintes aspectos: tipo de instituição de ensino, número de alunos por turma, funções e titulação, atuação na área de Perícia contábil, tempo de magistério e uma questão sobre a idade do respondente. A segunda parte seguiu um padrão escalonado, para mensurar os dados coletados e possibilitar a quantificação e o tratamento estatístico.

Para a classificação das assertivas foi utilizada a Escala de Likert, um recurso que busca levantar atitudes frente a um conjunto de assertivas, permitindo desde a concordância

forte até a discordância forte da afirmação. Para cada escolha é dada uma pontuação, que varia de 1 a 5, para que se possa tratá-las de forma quantitativa, segundo algum método estatístico. (MATTAR, 1997).

As 22 (vinte e duas) assertivas foram dispostas aleatoriamente. Para cada escala de Likert confiável, são necessárias entre 20 e 25 questões. (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Nesse sentido, Malhotra (2001, p. 255) atesta que:

A escala de Likert é uma escala de classificação amplamente utilizada, que exige que os entrevistados indiquem um grau de concordância ou discordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulo. Tipicamente, cada item da escala tem cinco categorias de resposta, que vão de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

Conforme Oliveira, T. M. V. (2001), a escala de Likert baseia-se na premissa de que a atitude geral remete-se às crenças sobre o objeto da atitude, à força que mantém essas crenças e aos valores ligados ao objeto.

Na elaboração do questionário, identificou-se a necessidade de “misturar” as questões, para que os respondentes não tivessem uma visão conjunta dos fatores a serem explanados. (DeVILLIS, 2003). A seqüência das questões ficou assim definida, conforme a Tabela 02:

TABELA 02 – Seqüência das questões

A	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
B	3	20	05	10	18	11	9	19	1	22	16	8	15	21	4	12	17	14	6	2	13	07

Fonte: Autor

Em que: A - Seqüência original das questões / B - Seqüência Aleatória

O questionário passou pela fase de validação teórica (PASQUALI, 2003), momento em que foi analisado por três especialistas, que ofereceram sugestões de melhorias, as quais foram incorporadas ao questionário. Depois de desenvolvido, o questionário passou por um pré-teste, ou validação semântica (PASQUALI, 2003) antes de sua utilização definitiva, com um grupo de professores e coordenadores, que não compuseram a amostra final. Esse grupo sugeriu alterações que foram incorporadas à versão final. O questionário usado, juntamente com os constructos, consta do Apêndice C.

Jacinto (2005, p. 68) realizou o mesmo procedimento em sua pesquisa, e assevera que “o Pré-teste serve para verificar, também, se qualquer pessoa que aplique o questionário

obterá o mesmo resultado, se os dados recolhidos são necessários à pesquisa, e se o vocabulário é acessível e possui significado claro”.

De acordo com Chagas (2000), possíveis falhas ou êxito são evidenciados no Pré-Teste, tais como:

- inconsistência ou complexidade das questões;
- perguntas supérfluas ou que causem embaraços ao informante;
- se há dúvida ou dificuldade no preenchimento; e
- se há necessidade de introdução de supressão de perguntas.

Constam da 2ª parte do questionário cinco questões abertas, em que os respondentes teriam a possibilidade de informar até cinco pontos que, em sua opinião, poderiam melhorar as condições de ensino de Perícia Contábil.

3.5 Análise dos dados obtidos com o questionário

Na análise dos dados obtidos, foram usados preliminarmente os procedimentos de análise exploratória e estatística descritiva. O uso de outras técnicas estatísticas ocorreu condicionado à quantidade de respondentes e qualidade dos dados a serem obtidos.

3.6 Aplicação do questionário

O questionário foi aplicado aos coordenadores dos Cursos de Ciências Contábeis e professores da disciplina de Perícia contábil das IES que aceitaram participar da pesquisa, com o tempo estimado de dez minutos. Os questionários foram entregues em mãos para os respondentes mediante visita às referidas IES.

3.7 Procedimentos de coleta e análise dos programas da disciplina perícia contábil

Ao assumir uma disciplina, o professor precisa tomar várias decisões. Precisa decidir, por exemplo, o que pretende que seus alunos aprendam até o término do período letivo; que conteúdos tratará em classe, quais deixará de lado, por não serem essenciais; que recursos usará para facilitar a aprendizagem dos alunos e torná-la mais significativa. (ABREU; MASSETO, 1990). Esse conjunto de decisões leva o docente a planejar e preparar o programa ou plano de ensino para a disciplina.

Nesse sentido, Queiróz e Palma (2006, 196) asseveram que:

O programa é o direcionador das ações dos professores, pois procura facilitar o processo de ensino aprendizagem, formaliza o compromisso do professor com o projeto pedagógico do curso superior, e evidencia aos alunos o que será estudado durante o período letivo, e de que forma. O programa das disciplinas deve guardar estreita relação com as diretrizes definidas no projeto pedagógico, o que contribuirá para o sucesso do curso superior.

O professor precisa dedicar-se à elaboração do programa ou plano de ensino. Essa ação oferecerá ao docente informações sobre a eficácia de seu trabalho, permitindo que seja aperfeiçoado e renovado. Permite também que o professor comunique-se com objetividade com seus alunos e a comunidade universitária. (ABREU; MASSETO, 1990). A seguir, estão apresentados os entendimentos de alguns autores sobre quais tópicos devem constar de um programa ou plano de ensino.

Para Abreu e Masseto (1990, p. 19) o programa deve conter:

- I-Identificação;
- II-Objetivos e sua Relação com os Objetivos do Plano de Curso;
- III-Tema (conteúdo Programático). Bibliografia;
- IV-Estratégias; e
- V-Avaliação do Desempenho do aluno.

Conforme Queiróz e Palma (2006, p. 197), além de considerar as diretrizes curriculares e o projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis, um programa ou plano de ensino deve conter:

- Objetivo da disciplina;
- Conteúdo ou programa da disciplina;
- Estratégias de ensino a serem utilizadas;
- Critérios de avaliação;
- Referências bibliográficas;
- Cronograma.

Ainda de acordo com os autores (2006, p. 198), a elaboração do programa é um momento especial do curso superior. É a oportunidade que o docente tem para oferecer aos discentes os melhores conteúdos possíveis, o que se segue por meio de :

Uso de boas obras como referências bibliográficas;
 Seleção dos conteúdos a serem ministrados;
 Identificação e combinação adequada de estratégias de ensino e estímulos para aprendizagem;
 Inclusão do resultado de pesquisas apresentadas em revistas especializadas e eventos científicos;
 Observação de aspectos da realidade relativos ao desenvolvimento da profissão.

A literatura especializada em educação e didática do ensino superior contém modelos para elaboração de um programa. Como forma de enriquecer a explanação sobre programas, a seguir, no Quadro 07, estão apresentados elementos considerados essenciais a um plano de ensino (QUEIRÓZ; PALMA, 2006, p. 198):

Elementos	Descrição
Objetivos de Ensino	o que se pretende alcançar com o ensino, devendo definir com clareza o que o estudante deverá ser capaz de realizar ao final do aprendizado;
Conteúdo programático	É a descrição analítica dos temas que serão abordados em uma disciplina;
Estratégias de ensino	As técnicas, os métodos e recursos que podem ser usados para alcançar os objetivos estabelecidos;
Avaliação de aprendizagem	Descrição dos critérios e meios usados para avaliar se os conteúdos foram absorvidos
Bibliografia	Desdobrada em principal e complementar, será a base para a preparação prévia dos alunos e discussão dos conteúdos em sala de aula.

QUADRO 07 – Elementos essenciais de um plano de ensino

Fonte: Autor

A Lei n. 9.394/1996, em seu artigo 47, inciso 1, e o parecer CNE/CES n. 289, no item relativo ao acompanhamento e à avaliação, determina que os planos de ensino sejam fornecidos aos alunos antes do início do período letivo. (BRASIL, 2003)

As proposições de Abreu e Masetto (1990) e de Queiróz e Palma (2006) podem ser ampliadas e aplicadas a esta etapa da pesquisa. Assim, foram selecionados os elementos constantes do Quadro 08, para analisar os programas coletados.

Elementos	Descrição
Ementa	É um resumo expositivo dos conteúdos que serão tratados pela disciplina
Objetivo	Evidenciar o alvo a ser alcançado, a finalidade específica da disciplina, que precisa estar inserida no contexto do projeto pedagógico adotado pela IES.
Conteúdo Programático	Contem o detalhamento dos conteúdos, temas ou matérias a serem tratados no desenvolvimentno da disciplina. Caracteriza os compromissos da disciplina e do professor

	com o projeto pedagógico do curso.
Estratégias de ensino	As estratégias de ensino são os meios usado pelo professor para transmitir os conteúdos aos alunos. Juntamente com os estímulos, poderão fazer com que o processo de ensino aprendizagem se materialize e alcance os objetivos estabelecidos.
Crítérios de avaliação	O professor define as formas que usará para avaliar o desempenho dos alunos ao longo da disciplina, em função dos resultados por eles apresentados.
Cronograma	É uma representação gráfica para a execução das atividades previstas, e define os prazos esperados para a realização das atividades.
Referencias bibliográficas	As referências bibliográficas devem abranger a literatura disponível e atualizada, previamente avaliada e selecionada pelo professor, composta por livros, artigos, revistas especializadas, dissertações e teses, e a indicação de outras fontes de consulta, por exemplo, alguns sites da internet.

QUADRO 08 – Elementos que a perícia contábil deve possuir no programa

Fonte: Adaptado de Queiroz e Palma (2006, p. 198-201)

A esses elementos, foi adicionado o cabeçalho com a identificação da IES, e as referências bibliográficas foram desdobradas em básicas e complementares.

Os programas ou planos de ensino foram coletados através de contato telefônico, e-mail e pessoalmente com as instituições de ensino da grande São Paulo, com vistas à formação dos dois grupos de análise. Os programas coletados foram analisados conforme as proposições de Abreu e Masetto (1990) e Queiróz e Palma (2006), em relação aos elementos essenciais de um plano de ensino, sendo finalizada a análise com a categorização de Bardin (2004).

3.8 Considerações éticas

Não foram divulgadas as identificações das pessoas e instituições participantes, pois o trabalho realizado procurou preservar a confidencialidade das respostas e a privacidade dos sujeitos da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como primeiro comentário, é preciso mencionar que esta pesquisa foi realizada para analisar dois grupos de IES, procurando identificar suas diferenças, de forma distinta à adotada pelos demais autores nacionais consultados (BUOSI, 1999; MATOS, 2004; NEVES; BRITO, 2007; PEREIRA, 2006; STADER, 2005), os quais analisaram amostras únicas. Optou-se por iniciar a apresentação com os programas das disciplinas. Na seqüência, apresenta-se o resultado do trabalho de campo, com início na apresentação do perfil dos respondentes, seguido do uso da técnica de Escalonamento Multidimensional para a análise das percepções dos sujeitos respondentes dos questionários: os coordenadores e professores dos dois grupos de IES.

4.1 Análise dos programas da disciplina

Os dois grupos de IES em análise que oferecem a disciplina Perícia Contábil no curso de Ciências Contábeis constam do Quadro 06, e serão novamente apresentados para auxiliar na interpretação do conteúdo dos Quadros 09 e 10.

O grupo 01 é composto pelas IES: 1 – Faculdade São Luiz; 2 – Faculdade Sumaré; 3 – UNIP – Universidade Paulista; 4 – Universidade Presbiteriana Mackenzie; 5 – PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 6 – Centro Universitário FECAP; 7 – Centro Universitário Ítalo-Brasileiro.

O grupo 02 é composto por: 1 – Faculdade Famater; 2 – Faculdade Flamingo; 3 – Universidade Camilo Castelo Branco; 4 – Faculdade Sudoeste Paulistano; 5 – Universidade de Mogi das Cruzes; 6 - FAENAC – Faculdade Editora Nacional; 7 – UNIFAI – Centro Universitário Assunção; 8 – UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul; 9 – UNINOVE – Universidade Nove de Julho; 10 – UNISA – Universidade SantoAmaro.

Identificados e considerados os elementos que o programa ou plano de ensino da disciplina deveria ter, o Quadro 09 condensa o resultado da análise dos itens componentes dos programas da disciplina para o grupo 01.

N.	Item	1	2	3	4	5	6	7
1	Cabeçalho e Identificação da Instituição	S	S	N	S	S	S	S
2	Ementa	S	S	S	N	S	N	S
3	Objetivos	S	S	S	N	S	N	S
4	Conteúdo Programático	S	S	S	S	S	S	S
5	Estratégias de Ensino	S	S	S	N	S	N	S
6	Avaliação de Aprendizagem	S	N	S	N	S	N	S
7	Cronograma de Atividades	S	N	N	N	S	N	S
8	Bibliográfica Básica	S	S	S	S	S	N	S
9	Bibliografia Complementar	S	S	S	S	S	N	S

QUADRO 09 – Análise da estrutura dos programas de perícia contábil do grupo 01

Fonte: Autor

O Quadro 09 revela que apenas três IES contemplam todos os itens listados para o programa: Faculdade São Luis, PUC-SP e Centro Universitário Ítalo Brasileiro. A IES do grupo 01 que apresenta o menor número de itens contemplados na análise da estrutura dos programas é o Centro Universitário FECAP.

O Quadro 10 contém o resultado da análise dos programas da disciplina para o grupo 02.

N.	Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Cabeçalho e Identificação da Instituição	S	N	S	S	S	N	N	S	N	S
2	Ementa	S	S	S	N	S	S	N	S	N	N
3	Objetivos	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S
4	Conteúdo Programático	S	N	S	S	S	S	S	S	S	S
5	Estratégias de Ensino	N	N	N	N	S	S	N	S	S	S
6	Avaliação de Aprendizagem	N	N	N	N	S	S	N	S	S	S
7	Cronograma de Atividades	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
8	Bibliográfica Básica	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S
9	Bibliografia Complementar	S	S	S	S	S	S	N	S	S	S

QUADRO 10 – Análise da estrutura dos programas de perícia contábil do grupo 02

Fonte: Autor

Observa-se que nenhuma IES desse grupo contempla todos os itens desejados em um programa. A IES do grupo 02 que apresenta o menor número de itens contemplados na análise da estrutura dos programas é a Unifai, e a que apresenta o maior número de itens é a Unicsul.

4.1.1 Análise de conteúdo dos programas da disciplina

Na análise dos planos de ensino, foi utilizada uma técnica denominada Análise de Conteúdo, de acordo com as proposições de Bardin (2004). Conforme a autora, a Análise de Conteúdo (2004, p. 40), “é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, que permite dar forma conveniente e representar de outro modo a informação por intermédio de procedimentos de transformação”. É a manipulação do conteúdo para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. Para sua operacionalização, Bardin (2004, p. 89) propõe como etapas a pré-análise, o plano de análise e a categorização, o que foi realizado para esta pesquisa, cujos resultados são apresentados a seguir.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. É um período de intuições, e tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as idéias iniciais, para conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, em um plano de análise. (BARDIN, 2004).

Identificado e localizado o universo demarcado (documentos sobre os quais se pode realizar a análise), muitas vezes, é necessária a constituição de um corpus. (BARDIN, 2004).

Nesse sentido, Bardin (2004, p. 90) afirma que:

O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras. Eis as principais regras: a) regra da exaustividade: uma vez definido o campo do corpus, é preciso ter-se em conta todos os elementos desse corpus; b) regra da representatividade: a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial; c) regra da homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha.

A autora (2004, p. 95) lembra que “se as diferentes operações da pré-análise forem convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas”.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (por analogia), com os critérios previamente definidos. (BARDIN, 2004).

“As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.” (BARDIN, 2004, p. 111).

A autora (2004, p. 112) complementa que:

Os critérios de categorização podem ser semântico (categorias temáticas), sintético (os verbos, os adjetivos), lexical (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinónimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem).

Buscou-se, com a análise documental dos Planos de Ensino, identificar a realidade das IES pesquisadas, em relação ao ensino dos conteúdos de Perícia contábil. Nessa análise, foram observados os elementos essenciais aos documentos. Os itens abaixo foram analisados nos planos de ensino coletados:

- a) conteúdos aplicados na disciplina;
- b) bibliografia básica e complementar;
- c) carga Horária da Disciplina;
- d) estratégias de ensino;
- e) critérios de avaliação;

Para os dois grupos de IES, foram enviados e-mails pedindo colaboração na realização da pesquisa, seguidos de ligações telefônicas e/ou contatos pessoais, visando à obtenção dos planos de ensino e auxílio na resposta aos questionários. Parte dos sujeitos passíveis de participarem da pesquisa respondeu alegando dificuldades em colaborar, em função do volume de atividades, e também por estarem próximos do final do semestre letivo, o que, segundo as respostas obtidas, indicou maior volume de trabalho nas IES.

Foram obtidos oito planos de ensino para o grupo 01 e dez para o grupo 02. A UNIP – Universidade Paulista usa dois programas para a disciplina: um para Perícia Contábil I e outro para Normas Profissionais de Perícia Contábil. A apresentação dos dados constantes dos planos de ensino realizou-se por meio de quadros e tabelas, em que os itens analisados foram descritos de forma resumida. A quantidade de planos de ensino analisados foi fator relevante na escolha desse tipo de apresentação dos dados, pois foram analisados 19 (dezenove) planos de ensino, elaborados por 17 (dezesete) instituições distintas.

4.1.2 Conteúdos aplicados na disciplina de perícia contábil

Na análise dos conteúdos aplicados na disciplina, foram usadas as técnicas de categorização sobre os temas abordados nos programas ou planos de ensinos. (BARDIN, 2004). Foram criados cinco grupos semânticos: pessoa do perito, função pericial, relatórios periciais, honorários, importância e utilidade da prova técnica. A denominação dos grandes grupos foi baseada nas cinco categorias criadas para a classificação dos artigos encontrados nos periódicos de órgão de classes.

Para a descrição dos conteúdos programáticos ministrados na disciplina de perícia contábil relacionados aos grupos 01 e 02, foram elaboradas as Tabelas 03 e 04, que contêm todos os itens descritos nos planos de ensino analisados.

TABELA 03 – Conteúdos aplicados na disciplina de perícia contábil - grupo 01

Grupos de Assuntos	Tópicos do Programa	Cursos/Programas Quantidade	Codificação	Importância
Pessoa do Perito	Aspectos profissionais do perito	5	1	4
	Cidadania e perícia contábil: responsabilidades sociais, civis e criminais	3	2	
	Responsabilidades compartilhadas	2	3	
Função Pericial	Aspecto Técnicos, doutrinários, processual e operacional	6	4	2
	Procedimentos periciais	3	5	
	Introdução a Perícia: Conceituação, objetivos e história	8	6	
	Estratégias de trabalho	4	7	
Relatórios Periciais	Relatórios periciais: laudo e parecer	7	8	3
	Papéis de trabalho	1	9	
Honorários	Remuneração do trabalho pericial	1	10	5
Importância e Utilidade da Prova Técnica	Prova pericial: judicial, arbitral e extrajudicial	9	11	1

Fonte: Autor

TABELA 04 – Conteúdos aplicados na disciplina de perícia contábil - grupo 02

Grupos de Assuntos	Tópicos do Programa	Cursos/Programas Quantidade	Codificação	Importância
Pessoa do Perito	Perfil profissional	3	1	1
	Cidadania e perícia: responsabilidade sociais, civis e criminais	3	2	

	Perito e o assistente técnico	1	3	
Função Pericial	Normas sobre perícia	3	4	2
	Objetivos e espécie de perícia contábil	1	5	
	Técnicas de trabalho pericial contábil	2	6	
Relatórios Periciais	Laudo e parecer pericial	1	7	3
	Os relatórios periciais	1	8	
Honorários	Estimativa de honorários	1	9	
Importância e Utilidade da Prova Técnica	Perícia contábil como prova	1	10	3
	Meios de prova	1	11	

Fonte: Autor

A análise da Tabela 03 revela que as IES do grupo 01 têm opinião mais estratificada em relação aos grupos de assuntos, indicando, na ordem de precedência: importância e utilidade da prova técnica, função pericial, relatórios periciais, pessoa do perito e honorários. As IES do grupo 02 têm opinião menos estratificada, com a seguinte ordem de precedência: a pessoa do perito, função pericial (de forma semelhante ao grupo 01), e no mesmo nível de importância, os relatórios periciais, honorários e importância e utilidade da prova técnica. Esses resultados são mais homogêneos do que os obtidos por Matos (2004) e Pereira (2006). Esses autores identificam e/ou sugerem vários temas, revelando grande dispersão para o estudo da disciplina.

4.2 Bibliografia utilizada na disciplina

A Tabela 05 resume a bibliografia usada para a disciplina no grupo 01. Destaca-se o autor Ornelas, que está presente em 55,56% das IES, com sua obra – “Perícia contábil”. Os autores Alberto, Magalhães e Sá apresentam frequência de 33,33%, com suas obras nas indicações de bibliografia básica. Em 2 casos (20,0%), a obra indicada não era a última edição.

Na bibliografia complementar usada para a disciplina, destaca-se o autor Magalhães, que está presente em 33,33% das IES, com sua obra – “Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional”. O Conselho Federal de Contabilidade, com a NBCP2, tem frequência de 33,33%, com a “Resolução 857/99” (BRASIL, 1999). Em três

casos, as obras indicadas não estavam referenciadas com todos os elementos de identificação, como: edição, ano e editora.

As constatações da não indicação da última edição para algumas obras e da ausência de determinados elementos para outras requer maior atenção dos docentes e coordenadores dos cursos, pois a indicação completa e atualizada de obras pode contribuir para a atualização dos acervos das bibliotecas e permitir que os discentes consultem obras atualizadas. Esse problema também foi apontado por Hofer, Peleias e Weffort (2005) e Sinatora (2004).

Foi constatado que a bibliografia indicada nos planos de ensino da disciplina contém apenas livros, não constando revistas técnicas de contabilidade, trabalhos, dissertações e artigos apresentados em congressos ou outros eventos de natureza científica. Essas publicações servem para apresentar os resultados de estudos e pesquisas recentes e para atualização profissional, e poderiam ser usadas para despertar o interesse pela iniciação científica nos docentes, pela participação em eventos e congressos ou mesmo pela elaboração e publicação de artigos.

Ott (2008, p. 178) comenta as proposições de pesquisadores sobre a necessidade de maior integração entre a teoria e a prática contábil, ao atestar que:

É no mundo acadêmico que há a produção de saberes, considerados como conhecimento científico ao serem corroborados pela academia. Esse processo deve alimentar, evidentemente, um círculo virtuoso, com a devolução das conquistas, em forma de inferências, constatações, dados, modelos, estudos e análises, alimentando a perspectiva de promoção e aperfeiçoamento da sociedade.

Confirma-se que alguns livros são usados como bibliografia básica em algumas instituições, e em outras IES, a mesma obra é utilizada como bibliografia complementar.

TABELA 05 – Bibliografia adotada em perícia contábil do grupo 01 – por frequência

Autor	Obra	Edição	Ano	Editora	F	B/C⁵
ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil	1 ^a .	1996	Atlas	3	B
ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil	3 ^a .	2002	Atlas	1	C
ALBERTO, V. L. P.	Perícia contábil	2 ^a .	2000	Atlas	1	C
BRASIL	Código de Processo Civil	11 ^a .	2005	Saraiva	2	C
BRASIL	Novo Código Civil				1	C
BRASIL.	Código de Processo Civil	31 ^a .	2000	Saraiva	1	B
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	NBCP2 – Resolução 857/99		2005	CFC	3	C
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	NBCT13 – Resolução 858/99		2005	CFC	2	C

⁵ B- Bibliografia básica e C- Bibliográfica complementar

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade Auditoria e Perícia		2005	CFC	2	B
FIPECAFI/Arthur Andersen	Normas e Práticas Contábeis no Brasil	2ª.	1994	Atlas	1	C
FRANCO, H. ,MARRA, E.	Auditoria Contábil	2ª.	1997	Atlas	1	C
IUDÍCIBUS, S., MARTINS, E., GELBCKE, E. R.	Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações	5ª.	2000	Atlas	1	C
JESUS, F.	Perícia e Investigação de Fraude	2ª.	2000	AB	1	C
MAGALHÃES, A. D. F. et al	Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	4ª.	2003	Atlas	3	C
MAGALHÃES, A. D. F. et al.	Perícia contábil – uma abordagem teórica, ética, legal, processual operacional.	2ª.	1998	Atlas	2	B
MAGALHÃES, A. D. F. et al	Perícia contábil – uma abordagem teórica, ética, legal, processual operacional.	1ª.	1995	Atlas	1	B
MONTEIRO, S.	Perícia contábil e Fiscal	1ª.	1973	Juriscrédi	1	B
MORAIS, A. C.	Perícia Judicial e Extrajudicial	1ª.	2000	Intertexto	1	C
ORNELAS, M. M. G.	Avaliações de sociedade: apuração de haveres em processos judiciais	2ª.	2003	Atlas	1	C
ORNELAS, M. M. G.	Perícia contábil	4ª.	2003	Atlas	7	B/C
QUEIROZ, J.	Código Civil e CPC			Saraiva	1	C
SÁ, A. L.	A Perícia contábil	3ª.	1997	Atlas	1	C
SÁ, A. L.	A Perícia contábil	6ª.	2003	Atlas	2	C
SÁ, A. L.	Perícia contábil	7ª.	2005	Atlas	2	B
SÁ, A. L.	Perícia contábil	5ª.	2002	Atlas	1	B
VAZ. A.	Perícias Contábeis Judiciais. Manual Prático	1ª.	1996	Thomson	1	B
ZARZUELA, J. L.; MATUNAGA, M.; THOMAZ, P. L.	Laudo Pericial	1ª.	2000	Revistas dos Tribunais	1	C

Fonte: Autor

A Tabela 06 resume a bibliografia usada para a disciplina no grupo 02. Novamente, destaca-se o autor Ornelas, que está presente em 60% das IES, com sua obra – “Perícia contábil”. As resoluções do CFC relacionadas à prova pericial também apresentam frequência de 50% de indicação na bibliografia básica.

Neste trabalho, também foi constatado que alguns livros são usados como bibliografia básica em algumas IES, e que em outras, a mesma obra é indicada como bibliografia complementar.

TABELA 06 – Bibliografia adotada em perícia contábil do grupo 02 – por frequência

Autor	Obra	Edição	Ano	Editores	F	B/C ⁶
Alberto, V. L. P.	Perícia Contábil	3 ed.	2002		3	B
ALBERTO, V. L. P.	Perícia Contábil: Normas Brasileiras de Pericia Contabil Comentadas	3 ed	2005	Atlas	2	C
BRASIL	Código de Processo Civil		2005		1	C

⁶ B- Bibliografia básica e C- Bibliográfica complementar

BRASIL	Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC 857/99	CFC	2005		5	C
BRASIL	Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC 858/99	CFC	2005		4	C
Brasil.	Código de Processo Civil	31 ed.	2000	Saraiva	1	B
MAGALHÃES, A. D. F. et alli	Perícia Contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	7 ed.		Atlas	1	C
MAGALHÃES, A. D. F. et alli	Perícia Contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional		2005	Atlas	1	C
MAGALHÃES, A. D. F. et alli	Perícia Contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	3 ed.	2001	Atlas	1	C
MAGALHÃES, A. D. F. et alli	Perícia Contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional	5 ed.		Atlas	1	C
MAGALHÃES, A. D. F. et alli	Perícia Contábil - uma abordagem teórica, ética, legal, processual operacional.	5 ed		Atlas	1	B
MAGALHÃES, A. D. F. et alli	Perícia Contábil - uma abordagem teórica, ética, legal, processual operacional.	2 ed	1998	Atlas	1	B
MAGALHÃES, A. J. F. et alli	Perícia Contábil - uma abordagem teórica, ética, legal, processual operacional.	4 ed	2004	Atlas	1	B
NEGRÃO, T.; GOUVEIA, J.R.F.	Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor	38 ed	2005	Saraiva	1	C
ORNELAS, M. M. G.	Perícia Contábil		2007	Atlas	2	C
ORNELAS, M. M. G.	Perícia Contábil	4 ed	2003	Atlas	6	B
SÁ, A. L.	A Perícia Contábil	7 ed	2007	Atlas	2	C
SÁ, A. L.	Perícia Contábil	4 ed.	2000	Atlas	1	B
SÁ, A. L.	Perícia Contábil	7 ed.	2005	Atlas	1	B
SÁ, A. L.	Perícia Contábil	3 ed.	1997	Atlas	1	B
SÁ, A. L.	Perícia Contábil	5 ed.	2002	Atlas	1	B
SILVA, M. A.	Fundamentos de Perícia Contábil - teoria e prática	2 ed.	2006	Umesp	2	B
ZANNA, R. D.	Prática de Perícia Contábil	2 ed	2006	Atlas	2	C

Fonte: Autor

4.3 Carga horária das disciplinas

O regime usado na disciplina pelas IES dos dois grupos é semestral, para um curso de duração de 4 anos. A denominação de maior frequência nos dois grupos é “Perícia Contábil”, e a expressão “Arbitragem” consta de duas disciplinas do grupo 01 e uma do grupo 02.

Para o grupo 01, destaca-se que 42,86% (3 IES) têm uma carga horária de 80 horas semestrais, e 28,57% (2 IES) 60 horas. A Tabela 07 contém o quanto constatado para o grupo 01.

TABELA 07 – Carga horária para a disciplina de perícia contábil grupo 01

Disciplinas	Horas		Nº de Disciplinas
	I	II	
Semestre			
1 – Perícia contábil	80	-	2
2 – Normas Profissionais de Perícia contábil	-	40	1
3 - Perícia contábil	40	-	1
4 - Perícia contábil	60	-	2
5 – Perícia contábil	72	-	1
6 – Perícia contábil e Arbitragem	60	-	1
Total			8

Fonte: Autor

Para o grupo 2, destaca-se que 50,0% (5 IES) têm uma carga horária de 40 horas semestrais, e 20,0% (2 IES) 80 horas. A Tabela 08 resume a disciplina de Perícia contábil:

TABELA 08 – Carga horária para a disciplina de perícia contábil grupo 02

Disciplinas	Horas		Nº de Disciplinas
	I	II	
Semestre			
1 – Perícia contábil	80	-	2
2 – Perícia e Arbitragem	60	-	1
3 - Perícia contábil	68	-	1
4 - Perícia contábil II	-	40	1
5 – Perícia contábil I	40	-	1
6 – Perícia contábil	40	-	5
Total			11

Fonte: Autor

A análise da quantidade de horas aula semestrais oferecidas revela uma carga horária maior ou igual a 60 horas em 6 de 8 ocorrências no grupo 01, e em 4 de 11 para o grupo 02. Esse dado mostra que as IES do grupo 01 designam maior número de horas aula por semestre para a disciplina.

4.4 Estratégias de ensino

A Tabela 09 resume as estratégias de ensino usadas na disciplina pelas IES do grupo 01. Destaca-se a menção ao estudo de caso, que está presente em oito programas de sete das

IES pesquisadas. Em seguida, destaca-se a estratégia de aula expositiva, que está presente em seis IES.

TABELA 09 – Estratégia de ensino grupo 01

Estratégia de Ensino	Frequência
Aulas em Laboratório	1
Aulas Expositivas	6
Discussão por parte dos Alunos; Preleção dos temas pelos alunos	2
Estudo de Casos; Trabalhos Extras; Exercícios de Fixação Individuais e em grupo; Exercícios em classe; Resolução de casos práticos sobre perícia contábil	8
Palestra com perito contador	2
Pesquisas Extra-classe	1
Trabalhos Extras	2
Visita e entrevista com peritos contadores	2
Leitura de artigos	1

Fonte: Autor

A Tabela 10 resume as estratégias de ensino usadas na disciplina pelas IES do grupo 02. Destaca-se a estratégia de Aula expositiva, usada em cinco das IES pesquisadas. Em seguida, aparece estudo de casos, presente em 03 (três).

TABELA 10 – Estratégia de ensino grupo 02

Estratégia de Ensino	Frequência
Aulas em Laboratório	1
Aulas Expositivas	5
Discussão por parte dos Alunos; Preleção dos temas pelos alunos	1
Estudo de Casos; Trabalhos Extras; Exercícios de Fixação Individuais e em grupo; Exercícios em classe e extra-classe; Resolução de casos práticos sobre perícia contábil	3
Palestra com perito contador	1
Leitura de artigos	1

Fonte: Autor

Observa-se, nos dois grupos, que os professores confundem a estratégia de pesquisa denominada “estudo de caso” com a estratégia de ensino do “método do caso”, e que os docentes procuram variar as estratégias de ensino. Esses resultados são semelhantes aos relatados por Pereira (2006) e por Neves e Brito (2007) para a confusão entre “estudo de caso” e “método do caso”. Seria oportuno e necessário que os coordenadores esclarecessem os docentes sobre essa diferença. Relativamente ao uso das estratégias de ensino, nota-se

maior variedade nos dois grupos de IES pesquisadas, em relação ao trabalho de Pereira (2006).

4.5 Critérios de avaliação

A Tabela 11 resume os critérios de avaliação usados pelas IES do grupo 01. Destaca-se o critério de aplicação de avaliação/prova, em 100% dos casos. Na seqüência, foram identificadas ocorrências para questionamentos, debates, trabalhos e exercícios desenvolvidos em classe e extra-classe, com 28,57%, e trabalhos em grupo, com 14,29%.

TABELA 11 – Critérios de avaliação grupo 01

Critérios de avaliação	Frequência	%
Participações em questionamentos e debates	2	28,57
Provas	8	100,0
Trabalhos em Grupo	1	14,29
Trabalhos e Exercícios desenvolvidos em classe e extra classe	2	28,57

Fonte: Autor

A Tabela 12 condensa os critérios de avaliação usados pelas IES do grupo 02. Destaca-se o critério tradicional de aplicação de avaliação/prova, em 100% dos casos. Na seqüência, identificam-se ocorrências para trabalhos e exercícios desenvolvidos em classe e extra-classe, com 50%.

TABELA 12 – Critérios de avaliação grupo 02

Critérios de avaliação	Frequência	%
Participações em questionamentos e debates	2	20,0
Provas	10	100,0
Seminários	1	10,0
Trabalhos e Exercícios desenvolvidos em classe e extra classe	5	50,0

Fonte: Autor

Os resultados obtidos revelam que as IES do grupo 01 usam uma maior variedade de critérios de avaliação.

4.6 Análise de percepção dos sujeitos

Inicialmente, foi realizada uma análise descritiva, para a caracterização da amostra, comparando os perfis dos coordenadores e professores das melhores faculdades, segundo o ENADE, com as demais. Em seguida, houve a comparação do grupo das melhores faculdades com as demais nas variáveis da escala Likert. Para isso, foi usado o teste de Mann-Whitney (LEVIN; FOX, 2004).

Após essa comparação, foi necessário o uso do Escalonamento Multidimensional – EMD. (HAIR JR et al., 2005b). Dessa forma, por meio de um mapa perceptual, foi possível identificar e posteriormente comparar o posicionamento de algumas das melhores faculdades com algumas do grupo das demais, visando a verificar se, em um modelo multivariado, as opiniões dos professores e coordenadores das melhores diferem das dos professores e coordenadores das demais.

Com o objetivo de relacionar as dimensões do EMD às assertivas da escala Likert, foi realizada uma análise de clusters (HAIR JR et al., 2005b), com vistas a agrupar as variáveis em dois grupos. Em seguida, duas análises fatoriais (HAIR JR et al., 2005b), a fim de criar escores para cada conjunto de assertivas, relacionando-as às dimensões do escalonamento.

Ao final, foi necessário realizar um novo EMD, seguido de uma análise de clusters, separando-se as respostas obtidas de professores e de coordenadores.

4.6.1 Análise descritiva

Foram pesquisadas as opiniões de 9 professores e 7 coordenadores das melhores faculdades (2 Centros Universitários, 2 Faculdades e 3 Universidades) e 10 professores e 10 coordenadores das demais faculdades (4 Faculdades e 6 Universidades). Desse modo, teve-se a opinião de 16 sujeitos das melhores faculdades e 20 sujeitos das demais.

Nesta seção, foram comparados o perfil dos sujeitos das “melhores” faculdades com os das “demais”, com base nas respostas às questões categóricas (1 a 15) do questionário,

comparando as opiniões de professores e coordenadores. Para isso, usou-se a correlação V de Cramer, uma vez que essas questões foram mensuradas ao nível nominal. (LEVIN; FOX, 2004). A Tabela 13, a seguir, revela os valores obtidos para essas correlações.

TABELA 13 – Correlação V de Cramer

Questões	Correlação	Sig.
01 – A instituição em que você leciona é de qual tipo:	,289	,222
02 – Número de alunos por turma:	,192	,514
03 - Você já exerceu a função de coordenação?	,076	,650
04 – Tempo na função de coordenador no Curso de Ciências Contábeis, em anos:	,648	,028
05 – Titulação do coordenador no Curso de Ciências Contábeis:	,336	,194
05 ^a	,502	,098
06 – Titulação do professor no Curso de Ciências Contábeis:	,211	,513
06 ^a	,371	,096
07 – Denominação da disciplina no curso de Ciências Contábeis:	,179	,572
07A –Período (semestre) de oferta da disciplina:	,351	,219
08 – Carga horária da disciplina, em horas aula por semestre	,502	,127
09 – Tempo de magistério no ensino superior, em anos:	,392	,147
10- Tempo de atuação profissional Extra-docência do professor / Coordenador	,119	,787
11 – Atualmente exerce outra atividade profissional além da docência	,072	,678
12 – Atuou ou atua como PERITO CONTADOR	,323	,052
12A- Caso o professor / coordenador atue como PERITO CONTADOR, informe os tipos de atividades realizadas:	,472	,529
13 - Se atua ou atuou como PERITO CONTADOR, há quantos anos:	,230	,762
13A- Caso atue como PERITO, indique as ações em que atua	,258	,627
13B- Caso seja PERITO na esfera judicial, atua em qual esfera:	,508	,356
14 – Idade do respondente, em anos:	,306	,363
15 - De maneira geral, as condições de oferta da disciplina Perícia Contábil são:	,417	,108

Pela Tabela 13, observa-se que a significância da correlação V de Cramer apresenta valor inferior a 0,05 apenas para a questão 4 (Tempo na função de coordenador no Curso de Ciências Contábeis, em anos). A correlação entre os grupos (melhores e demais) para essa questão pode ser considerada alta (está acima de 0,640). A diferença entre os grupos nessa questão é apresentada na Tabela 14.

TABELA 14 – Comparação entre grupos na questão 4

		Melhores	Demais
04 - Tempo na função de coordenador no Curso de Ciências Contábeis, em anos	Até 3	0	7
	3 a 5	3	1
	mais de 5	3	3
Total		6	11

Pela Tabela 14, constata-se que todos os sujeitos das “melhores” faculdades afirmam que o coordenador do Curso de Ciências Contábeis está na função há mais de 3 anos. No grupo das “demais”, observa-se que a maioria está na função há menos de 3 anos. Esse resultado é um indicativo de que a rotatividade dos coordenadores no grupo 02 é superior à do grupo 01. A maior rotatividade na função pode ser um impeditivo para que o coordenador tenha melhor conhecimento sobre a realidade do curso, e também para a implementação de ações de médio e longo prazo visando à melhoria do curso, além de impedir que seus resultados sejam acompanhados e ajustados quando necessário.

Em relação ao número de alunos por turma, 15 sujeitos apontam que têm até 40, 10 entre 40 e 60 e 11 mais de 60 alunos por turma, e 28 afirmam que a disciplina é denominada Perícia Contábil. Segundo 16 pesquisados, essa disciplina é ofertada no 7º semestre, e para 11 sujeitos, no 8º semestre. Essa constatação está de acordo com o que foi apontado na contextualização, com a determinação legal e com o que vem sendo historicamente praticado em relação ao momento de oferta da disciplina perícia contábil. Relativamente à carga horária, ela não foi informada por dois sujeitos.

Dos sujeitos pesquisados, 23 atestam que o coordenador tem mestrado e 2 doutorado. A titulação do coordenador foi mencionada por 25 sujeitos. Em relação à titulação dos professores, 14 afirmam ser especialistas, 18 mestres e 2 doutores, com graduação, em sua maioria (26), em Ciências Contábeis. Do total de professores, apenas 3 já haviam exercido a função de coordenador. Esses resultados apontam uma melhoria em relação ao que foi relatado por Buosi (1999), e era de se esperar que tal fato ocorresse, uma vez que a Região Metropolitana tem quatro programas *stricto sensu* em Ciências Contábeis, conjugada com as exigências das IES para a contratação de docentes.

Os 31 respondentes relatam ter atuação extra-docência há mais de 11 anos, e 27 têm outra atividade profissional além da docência atualmente. Desses, 23 informam atuar como perito contador (9 em ações cíveis), e a maioria (11) já foi nomeada pelo juízo, contratada por empresas e pessoas. Além disso, 10 informam atuar como perito há menos de 5 anos, 6 há mais de 15 anos, sendo 7 na esfera federal e 7 na estadual. Esses resultados mostram uma evolução em relação ao que foi apontado por Stader (2005) sobre a experiência profissional dos docentes com Perícia Contábil.

A distribuição por idade dos respondentes é apresentada na Tabela 15.

TABELA 15 – Distribuição por idade

Idade (em anos)	Freqüência
até 30	5
de 31 a 40	8
de 41 a 50	9
Mais que 50	12
Não respondeu	2

Pela tabela 15, observa-se que a maioria dos sujeitos pesquisados (21) tem mais de 41 anos. Nesse contexto, seria oportuno investigar se, além de atuarem como professores, os sujeitos pesquisados iniciaram o exercício da atividade pericial após certo tempo de atuação profissional. O tempo de magistério no ensino superior é apresentado na Tabela 16.

TABELA 16 – Tempo de magistério no ensino superior

Tempo de magistério no ensino superior (em anos)	Freqüência
Até 3	6
3 a 5	10
6 a 10	8
Mais de 10	11
Não respondeu	1

A Tabela 16 revela um equilíbrio entre os respondentes. Dezesesseis sujeitos têm até cinco anos de experiência no magistério, e 19 mais de cinco anos como docentes.

A maioria dos pesquisados (23) considera que as condições de oferta da disciplina de Perícia Contábil são boas ou muito boas.

4.6.2 Comparação entre as IES

Esta seção apresenta o resultado da comparação dos indicadores do grupo das melhores faculdades com os das demais, na visão dos professores e coordenadores em conjunto. Para isso, foi usado o teste de Mann-Whitney (LEVIN; FOX, 2004), uma vez que, nas assertivas, os resultados foram mensurados em escala ordinal. Os resultados são mostrados na Tabela 17.

TABELA 17 – Teste de Mann-Whitney - IES

Assertivas	U de Mann-Whitney	Z	Sig.
01 - A disciplina deve ser específica para o curso.	145,000	-,795	,426
02 - A experiência profissional do professor contribui para a atualização da disciplina.	132,500	-1,211	,226
03 - Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso.	104,000	-2,142	,032
04 - O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil.	160,000	,000	1,000
05 - Os programas e conteúdos são atualizados anualmente.	123,500	-1,055	,291
06 - São solicitados trabalhos extra-sala na disciplina de Perícia Contábil.	154,000	-,208	,835
07 - A disciplina Perícia Contábil permite variar as estratégias de ensino.	156,500	-,126	,900
08 - As obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas.	141,000	-,679	,497
09 - Os conteúdos de Perícia Contábil são importantes para o futuro contador.	131,000	-1,274	,203
10 - O Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil.	149,000	-,540	,589
11 - São indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros.	135,000	-1,227	,220
12 - A carga horária destinada à disciplina é suficiente.	127,500	-1,101	,271
13 - A biblioteca possui os livros indicados no Programa.	128,500	-1,068	,286
14 - As mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos.	150,000	-,359	,719
15 - A oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional para o futuro contador.	115,500	-1,950	,051
16 - A aula expositiva é estratégia de ensino mais usada na disciplina.	104,500	-1,722	,085
17 - A disciplina desenvolvida em sala de aula está alinhada com as práticas forenses.	156,000	-,139	,889
18 - Durante a disciplina, os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito.	159,000	-,033	,974
19 - Os conteúdos de Perícia Contábil são discutidos com outros professores do curso.	153,000	-,230	,818
20 - A disciplina deve ser obrigatória para o curso.	144,000	-,848	,397
21 - Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com peritos atuantes.	138,000	-,716	,474
22 - Os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil.	128,000	-1,081	,280

Pela Tabela 17, constata-se que a significância do teste apresenta valor superior a 0,05 para todas as variáveis, exceto a 3 (Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso). Assim, pode-se afirmar que, ao se comparar separadamente os indicadores das “melhores” faculdades com os das “demais”, há diferenças estatisticamente significantes apenas no item 3.

Essas diferenças são apresentadas na Tabela 18.

TABELA 18 – Comparação entre as melhores e as demais faculdade

		Melhores	Demais
03 - Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso.	Discordo	1	0
	Nem concordo nem discordo	3	0
	Concordo	4	4
	Concordo totalmente	8	16

Pela Tabela 18, observa-se que os sujeitos das “demais” faculdades tendem a concordar que os conteúdos de perícia contábil estão relacionados aos objetivos do curso, o que não acontece para 4 das “melhores” faculdades. A discordância ou indiferença apontadas ensejam a oportunidade de uma investigação mais profunda sobre suas possíveis causas.

4.6.2.1 Escalonamento multidimensional

O escalonamento multidimensional (EMD) é uma categoria de procedimentos para representar espacialmente, por meio de apresentação visual, o posicionamento dos sujeitos das faculdades (HAIR JR et al., 2005b; MALHOTRA, 2006). Nesta pesquisa, foram usados dados de percepção em uma abordagem derivada, com o auxílio de uma escala de Likert, visando a avaliar a percepção dos profissionais em relação às condições de ensino da disciplina de Perícia contábil em cursos de Ciências Contábeis na grande São Paulo.

O objetivo do EMD é obter um mapa perceptual espacial que melhor se adapte aos dados de entrada no menor número de dimensões. O ajuste da solução é normalmente avaliado pela medida de estresse, indicativa da falta de aderência: maiores valores indicam ajustes mais pobres. Segundo Malhotra (2006), valores inferiores a 0,05 são considerados bons. Caso isso ocorra, pode-se dizer que o modelo obtido tem um bom ajuste. O índice de estresse para este modelo foi de 0,01956, ou seja, apenas 1,956 % da variância dos dados escalonados otimamente não é ocasionada pelo modelo obtido pelo EMD. Dessa maneira, pode-se dizer que o modelo tem um bom ajuste.

Desse modo, por meio do mapa perceptual, buscou-se comparar o posicionamento dos sujeitos das melhores faculdades com o das demais nos indicadores avaliados (assertivas

da escala Likert). A Tabela 19 apresenta a codificação usada no tratamento estatístico com os grupos de respondentes pertencentes à pesquisa.

TABELA 19 – Codificação realizada no tratamento estatístico

Sujeitos	IES	Professor	Coordenador
Professor Fecap	F1	P1	
Coordenador Fecap	F2		C1
Professor Mackenzie	F3	P2	
Coordenador Mackenzie	F4		C2
Professor São Luis	F5	P3	
Coordenador São Luis	F6		C3
Professor UNIP	F7	P4	
Coordenador UNIP	F8		C4
Professor PUC	F9	P5	
Coordenador PUC	F10		C5
Professor PUC	F11	P6	
Professor PUC	F12	P7	
Professor Sumaré	F13	P8	
Coordenador Sumaré	F14		C6
Professor Ítalo	F15	P9	
Coordenador Ítalo	F16		C7
Coordenador Unifai	F17		C8
Professor Unifai	F18	P10	
Coordenador UMC	F19		C9
Professor UMC	F20	P11	
Professor Famater	F21	P12	
Coordenador Famater	F22		C10
Professor Faenac	F23	P13	
Coordenador Faenac	F24		C11
Professor Fasup	F25	P14	
Coordenador Fasup	F26		C12
Coordenador Flamingo	F27		C13
Professor Flamingo	F28	P15	
Coordenador Unicastelo	F29		C14
Professor Unicastelo	F30	P16	
Professor Unisa	F31	P17	
Coordenador Unisa	F32		C15
Professor Unicsul	F33	P18	
Coordenador Unicsul	F34		C16
Professor Uninove	F35	P19	
Coordenador Uninove	F36		C17

Não foi possível adotar codificação única para cada IES em função da quantidade de sujeitos. Então, optou-se por codificá-las com a letra “F” seguida da numeração sequencial, iniciando em 1 e terminando em 36. Esse procedimento não alterou a qualidade dos dados obtidos da análise resultante.

O modelo usado neste escalonamento foi não-métrico (ordinal), com distância euclidiana, e o número de dimensões retidas foi 2. As “melhores” faculdades foram

numeradas de F1 a F16, e as “demais”, de F17 a F36. O mapa perceptual é apresentado na Figura 01.

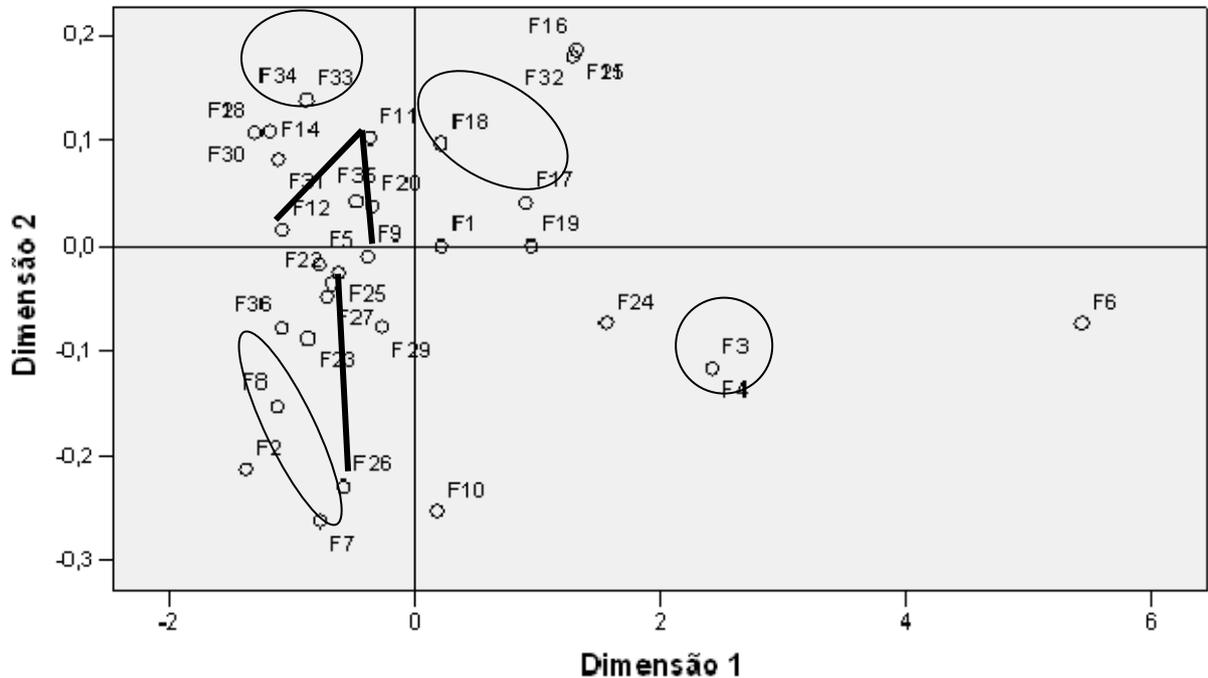


FIGURA 01 – Mapa perceptual - IES

A análise da figura 01 revela que os sujeitos de algumas IES têm opiniões semelhantes ao nível das suas IES; entretanto, há divergências entre os sujeitos, se considerado o grupo das melhores IES em comparação ao das demais. Os sujeitos da UNIFAI (F17 e F18) e do Mackenzie (F3 e F4) estão mais próximos à dimensão 1. Os sujeitos dessas duas IES, consideradas as opiniões das IES, têm opiniões distintas em relação a essa dimensão. Em relação à dimensão 2, os sujeitos da UNICSUL (F33 e F34) e 3 dos 4 sujeitos da PUC-SP (F9, F11 e F12) estão mais próximos entre si; também os sujeitos da UNIP (F7 e F8) e da FASUSP (F25 e F26) apresentam proximidade. Esses dois grupos de IES, consideradas as opiniões das IES, têm opiniões distintas em relação à dimensão 2.

A Tabela 20 resume o posicionamento das IES cujos sujeitos apresentam as opiniões semelhantes acima analisadas. Verifica-se que há mais opiniões semelhantes ao nível das IES do que em relação aos grupos em que elas foram classificadas para a pesquisa. Esse resultado é um indicativo de maior homogeneidade ao nível das IES do que em relação aos referidos grupos de análise.

TABELA 20 – Relação de homogeneidade

IES	Grupo	Dimensão	
UNIFAI	D	1	#
Mackenzie	M	1	
UNICSUL	D	2	=
PUC	M	2	
FASUSP	D	2	#
UNIP	M	2	

Pela Figura 01, verifica-se que um sujeito da IES F6 tem um grande distanciamento dos demais, quando se analisa a dimensão 1. Além disso, não parece haver uma distinção entre as “melhores” faculdades e as “demais”, seja em relação à dimensão 1, seja em relação à dimensão 2.

Para verificar a relação entre as dimensões encontradas e as assertivas da escala Likert, foi necessário, primeiramente, separar as assertivas em 2 grupos. Para isso, foi realizada a análise de clusters. Em seguida, foi preciso criar um escore para cada um dos conjuntos de variáveis, de forma a relacioná-las com as dimensões obtidas no escalonamento multidimensional. Esse escore foi criado através dos escores de regressão da análise fatorial.

Dessa forma, apresenta-se a seguir a análise de cluster.

4.6.2.2 Análise de cluster e escores

A análise de cluster é uma técnica multivariada utilizada para detectar grupos homogêneos nos dados (neste trabalho, grupo homogêneos de variáveis). Os objetos em cada cluster tendem a ser semelhantes entre si e diferentes de objetos de outros clusters. (HAIR et al., 2005a; PESTANA; GAGEIRO, 2000).

O primeiro passo para realizar a análise de cluster é escolher uma medida para avaliar quão semelhante ou diferente são os casos analisados, que é uma maneira de medir a distância entre pares de casos usando os valores observados nas variáveis. Assim, escolhe-se

como medida de semelhança a distância euclidiana quadrática, uma das mais utilizadas nesse tipo de análise. (MALHOTRA, 2006; PESTANA; GAGEIRO, 2000).

O número de clusters a ser retido deve ser 2, pois, nesta pesquisa, há duas dimensões no escalonamento multidimensional. Foram testados sete métodos de aglomeração hierárquicos (Ward, centróide, *average linkage between groups*, *average linkage within groups*, *complete linkage furthest neighbor*, *single linkage nearest neighbor* e *median method*). O método que mostrou boa separação entre os clusters foi o de Ward, que minimiza o quadrado da distância euclidiana às médias dos aglomerados, combinando clusters com um pequeno número de observações. (HAIR JR et al., 2005a). Apresenta-se a seguir os resultados obtidos com a análise de clusters por esse método.

O dendrograma obtido, apresentado na Figura 02, a seguir, permite visualizar os 2 clusters distintos, com a conseqüente separação de variáveis, para posterior análise.

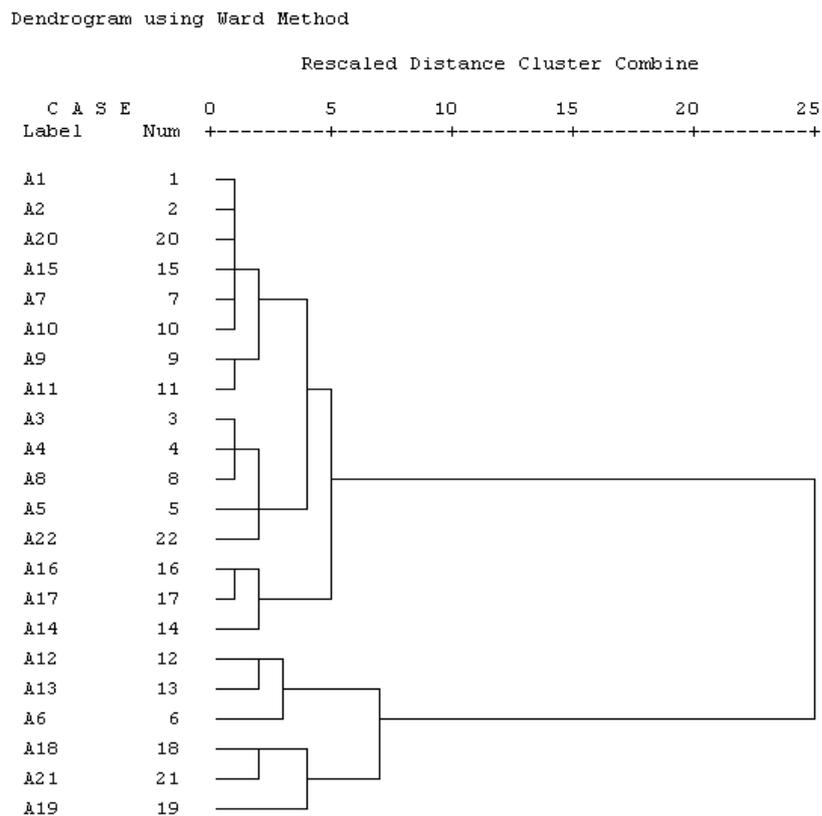


FIGURA 02 – Dendrograma - professores

Constata-se que as 22 assertivas do instrumento de pesquisa podem ser agrupadas em 2 clusters distintos. O primeiro é formado por 16 variáveis (1, 2, 20, 15, 7, 10, 9, 11, 3, 4, 8, 5, 22, 16, 17 e 14) e o segundo por 6 assertivas (12, 13, 6, 18, 21 e 19). A análise dos resultados obtidos com o dendrograma requereu a denominação dos clusters, para sua melhor compreensão, o que ocorreu por julgamento do pesquisador. A análise de cada cluster após sua denominação é apresentada a seguir.

O cluster 1 foi denominado “aspectos gerais da disciplina”, uma vez que a disciplina deve ser específica (assertiva 1) e obrigatória para o curso (assertiva 20), e a oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional (assertiva 15), pois seus conteúdos são importantes para o futuro contador (assertiva 9).

Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso (assertiva 3) e são atualizados anualmente (assertiva 5), já que as mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos (assertiva 14). Além disso, o Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil (assertiva 10), são indicadas outras fontes bibliográficas e livros (assertiva 11), e as obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas (assertiva 8). A experiência profissional do professor também contribui para a atualização da disciplina (assertiva 2).

O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil (assertiva 4), apesar de a aula expositiva ser a estratégia de ensino mais usada (assertiva 16). A disciplina Perícia Contábil permite ainda variar as estratégias de ensino (assertiva 7) e está alinhada com as práticas forenses (assertiva 17). Desse modo, os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil (assertiva 22).

O cluster 2 foi denominado como “atividades complementares”, posto que os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito (assertiva 18), assistem a palestras e seminários com peritos atuantes (assertiva 21), são solicitados trabalhos extra-sala e os conteúdos discutidos com outros professores do curso (assertiva 19). Mesmo com todas essas atividades extras, a carga horária destinada à disciplina é suficiente (assertiva 12), e a biblioteca tem os livros indicados no Programa (assertiva 13).

Para que fosse possível relacionar esses dois grupos às dimensões do escalonamento multidimensional, foi necessário obter um indicador que representasse cada um dos conjuntos de variáveis. Dessa forma, foram realizadas duas análises fatoriais de componentes principais: a primeira englobando as variáveis do cluster 1, e a segunda com as variáveis do cluster 2. Em

cada uma das análises, foram criados escores de regressão para cada faculdade, e o critério para a escolha do número de fatores foi 1 (um), ou seja, agrupar todas as variáveis em um único fator.

Calculados esses escores, foi feita a correlação de Pearson entre as dimensões obtidas no escalonamento e esses escores. Os valores das correlações variam de -1 a 1 , e -1 indica uma forte correlação negativa, 0 (zero) que não existe correlação e 1 indica uma forte correlação positiva. Essa matriz de similaridades é apresentada na Tabela 21, abaixo.

TABELA 21 – Matriz de similaridades - IES

	Correlações	
	Dimensão 1	Dimensão 2
Escore do cluster 1	,389 ⁷	,448 ⁸
Escore do cluster 2	,723 ⁹	-,137

Pela Tabela 21, constata-se que a dimensão 1 tem uma forte correlação positiva com os escores do cluster 2, e a dimensão 2 forte correlação positiva com os escores do cluster 1. Dessa maneira, pode-se dizer que a dimensão 1 refere-se às “atividades complementares” e a dimensão 2 aos “aspectos gerais da disciplina”.

Desse modo, analisando o mapa perceptual (Fig. 01), é possível verificar que os sujeitos das faculdades 1, 3, 4, 6, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 24 e 32 tendem a concordar com as assertivas relacionadas às atividades complementares. Os sujeitos das faculdades 11 a 18, 20, 21, 28 e 30 a 35, por sua vez, tendem a concordar com as assertivas relacionadas aos aspectos gerais da disciplina. Os sujeitos das faculdades 2, 7, 8 e 26 são os que mais discordam em relação aos aspectos abordados, seja do cluster 1, seja do cluster 2.

Esses resultados permitem concluir que, após a identificação das IES cujos sujeitos têm opiniões semelhantes ao nível das IES, mas distintas em relação aos grupos de análise e dimensões obtidas, não é possível dizer que os sujeitos das “melhores” faculdades têm uma opinião distinta dos sujeitos das “demais”, mesmo quando se considera um modelo multivariado. Dessa forma, para que fosse possível compreender com maior profundidade as respostas de coordenadores e professores, foi realizada nova análise, a seguir apresentada, separando as respostas dos dois grupos de sujeitos.

⁷ Correlações significantes ao nível de 0,05.

⁸ Correlações significantes ao nível de 0,01.

4.6.3 Comparação entre professores

Nesta seção, foram comparados os indicadores do grupo das “melhores” faculdades com o grupo das “demais” na visão dos professores. Para isso, foi novamente usado o teste de Mann-Whitney, cujos resultados são mostrados na Tabela 22.

TABELA 22 – Teste de Mann-Whitney - professores

Assertivas	U de Mann-Whitney	Z	Sig.
01 - A disciplina deve ser específica para o curso.	44,500	-,077	,939
02 – A experiência profissional do professor contribui para a atualização da disciplina.	40,000	-1,054	,292
03 - Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso.	32,000	-1,219	,223
04 - O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil.	39,500	-,523	,601
05 - Os programas e conteúdos são atualizados anualmente.	37,000	-,771	,441
06 - São solicitados trabalhos extra-sala na disciplina de Perícia Contábil.	34,000	-1,004	,315
07 - A disciplina Perícia Contábil permite variar as estratégias de ensino.	40,500	-,416	,678
08 - As obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas.	32,500	-1,220	,223
09 - Os conteúdos de Perícia Contábil são importantes para o futuro contador.	30,000	-1,930	,054
10 - O Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil.	44,500	-,077	,939
11 - São indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros.	39,000	-,772	,440
12 - A carga horária destinada à disciplina é suficiente.	34,000	-,964	,335
13 - A biblioteca possui os livros indicados no Programa.	39,000	-,532	,595
14 - As mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos.	39,000	-,634	,526
15 - A oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional para o futuro contador.	35,000	-1,149	,251
16 - A aula expositiva é estratégia de ensino mais usada na disciplina.	23,500	-1,624	,104
17 - A disciplina desenvolvida em sala de aula está alinhada com as práticas forenses.	40,500	-,416	,678
18 – Durante a disciplina, os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito.	44,000	-,084	,933
19 - Os conteúdos de Perícia Contábil são discutidos com outros professores do curso.	36,000	-,756	,449
20 - A disciplina deve ser obrigatória para o curso.	44,000	-,153	,878
21 – Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com peritos atuantes.	32,000	-1,085	,278
22 - Os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil.	34,500	-,900	,368

Pela Tabela 22, constata-se que a significância do teste apresenta valor superior a 0,05 para todas as variáveis. Assim, pode-se afirmar que, quando se comparam separadamente

⁹ Correlações significantes ao nível de 0,001.

os indicadores das “melhores” faculdades com os das “demais” na opinião dos professores, não são encontradas diferenças estatisticamente significantes.

4.6.3.1 Escalonamento multidimensional

O modelo usado neste escalonamento foi não-métrico (ordinal), com distância euclidiana, e o número de dimensões retidas foi 2. Os professores das “melhores” faculdades foram numerados de P1 a P9, e os das “demais” de P10 a P19. O mapa perceptual é apresentado na Figura 03.

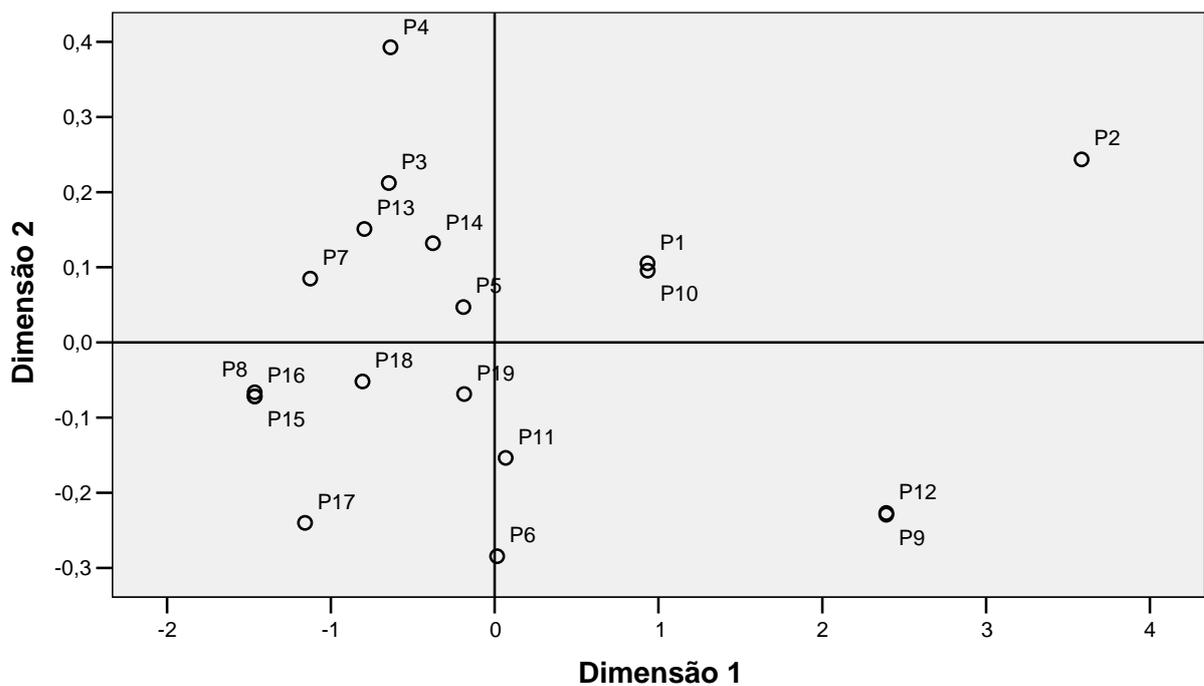


FIGURA 03 – Mapa perceptual – professores

Pela Figura 03, verifica-se que os professores das “melhores” faculdades tendem a estar acima do eixo na dimensão 2 (P1 a P5 e P7), e os das “demais” faculdades tendem a estar abaixo do eixo (P11, P12 e P15 a P19).

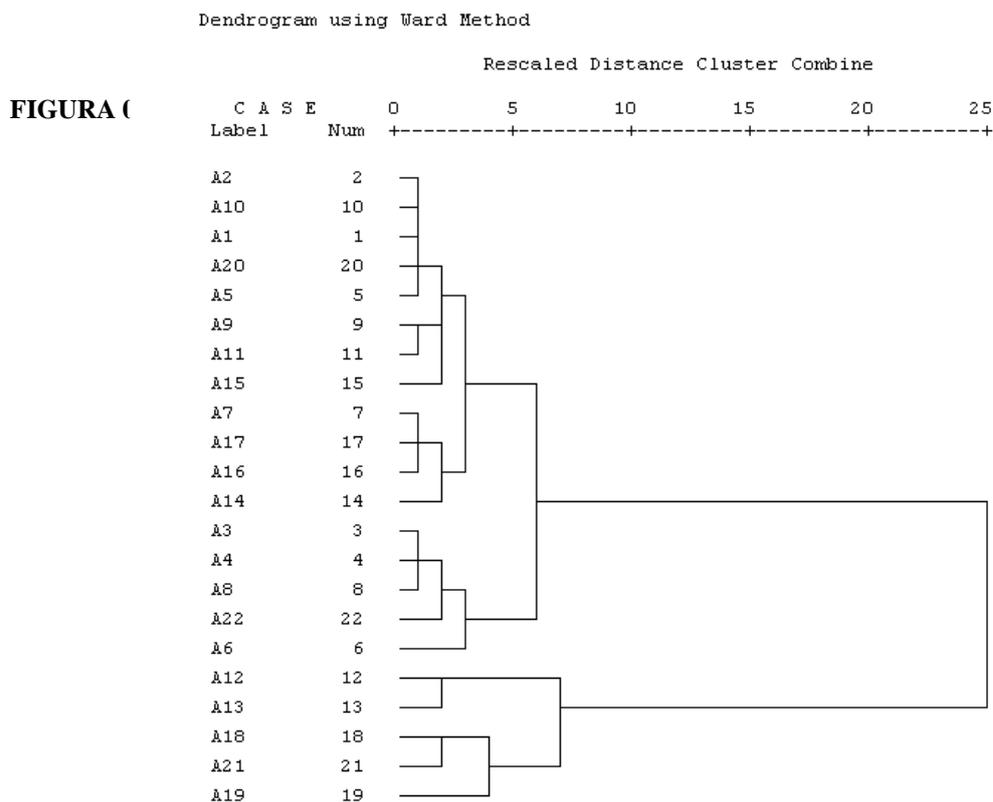
O ajuste da solução pode ser avaliado pela medida de estresse. O índice de estresse para esse modelo foi de 0,02403, ou seja, apenas 2,403 % da variância dos dados escalonados otimamente não é ocasionada pelo modelo obtido através do escalonamento multidimensional. Dessa maneira, pode-se dizer que o modelo tem um bom ajuste.

Para verificar a relação entre as dimensões encontradas e as assertivas da escala Likert, foi feita novamente uma análise de cluster. Em seguida, foi criado um escore (através dos escores de regressão da análise fatorial) para cada um dos conjuntos de variáveis, de forma a relacioná-las com as dimensões obtidas no escalonamento multidimensional. Apresenta-se a seguir a análise de cluster.

4.6.3.2 Análise de cluster e escores

Foi escolhida como medida de semelhança a distância euclidiana quadrática, e foram testados os sete métodos de aglomeração hierárquicos. O método que mostrou boa separação entre os clusters foi o método Ward, cujos resultados são mostrados a seguir.

A partir do dendrograma abaixo (Fig. 04), é possível visualizar 2 clusters distintos.



Percebe-se assim que as 22 assertivas do instrumento de pesquisa podem ser agrupadas em 2 clusters distintos. O primeiro é formado por 17 variáveis (2, 10, 1, 20, 5, 9, 11, 15, 7, 17, 16, 14, 3, 4, 8, 22 e 6), e o segundo por 5 assertivas (12, 13, 18, 21 e 19).

Desse modo, o cluster 1 pode ser descrito como “aspectos gerais da disciplina”, uma vez que a disciplina deve ser específica (assertiva 1) e obrigatória para o curso (assertiva 20), e a oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional (assertiva 15), pois seus conteúdos são importantes para o futuro contador (assertiva 9).

Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso (assertiva 3) e são atualizados anualmente (assertiva 5), visto que as mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos (assertiva 14). Além disso, o Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil (assertiva 10), são indicadas outras fontes bibliográficas e livros (assertiva 11) e as obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas (assertiva 8). A experiência profissional do professor também contribui para a atualização da disciplina (assertiva 2).

O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil (assertiva 4) e são solicitados trabalhos extra-sala (assertiva 6), apesar de a aula expositiva ser a estratégia de ensino mais usada (assertiva 16). A disciplina Perícia Contábil permite ainda variar as estratégias de ensino (assertiva 7) e está alinhada com as práticas forenses (assertiva 17). Dessa maneira, os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil (assertiva 22).

Por outro lado, o cluster 2 pode ser denominado “atividades complementares”, posto que os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito (assertiva 18), assistem a palestras e seminários com peritos atuantes (assertiva 21) e os conteúdos são discutidos com outros professores do curso (assertiva 19). Mesmo com todas essas atividades extras, a carga horária destinada à disciplina é suficiente (assertiva 12), e a biblioteca tem os livros indicados no Programa (assertiva 13).

Dessa forma, as variáveis foram separadas em 2 grupos distintos, para os quais se manteve a denominação original: “aspectos gerais da disciplina” e “atividades complementares”.

Para que fosse possível relacionar esses dois grupos às dimensões do escalonamento multidimensional, foram realizadas duas análises fatoriais de componentes principais: a primeira englobando somente as variáveis do cluster 1, e a segunda com as variáveis do

cluster 2. Em cada uma das análises, foram criados escores de regressão para cada faculdade, e o critério para a escolha do número de fatores foi 1, ou seja, agrupar todas as variáveis em um único fator.

Calculados os escores, procedeu-se à correlação de Pearson entre as dimensões obtidas no escalonamento e esses escores. A matriz de similaridades está na Tabela 23, abaixo.

TABELA 23 – Matriz de similaridades - professores

	Correlações	
	Dimensão 1	Dimensão 2
Escore do cluster 1	-,189	-,565 ¹⁰
Escore do cluster 2	,772** ¹¹	,178

Pela Tabela 23, constata-se que a dimensão 1 tem uma forte correlação positiva com os escores do cluster 2, e a dimensão 2 uma moderada correlação negativa com os escores do cluster 1. Desse modo, pode-se dizer que a dimensão 1 refere-se às “atividades complementares” e a dimensão 2 aos “aspectos gerais da disciplina”. Vale lembrar que a dimensão 2 tem correlação negativa com os escores. Dessa forma, a direção do eixo deve ser interpretada ao contrário, isto é, para abaixo.

Assim, analisando o mapa perceptual (Fig. 03), pode-se verificar que os professores das melhores faculdades tendem a discordar das assertivas referentes aos aspectos gerais da disciplina, enquanto os professores das demais faculdades tendem a concordar.

É possível dizer que os sujeitos das “melhores” faculdades têm uma opinião distinta dos sujeitos das “demais” faculdades, quando se considera um modelo multivariado.

4.6.4 Comparação entre os coordenadores

¹⁰ Correlações significantes ao nível de 0,05

¹¹ Correlações significantes ao nível de 0,001.

Nesta seção, foram comparados os indicadores do grupo das “melhores” faculdades com o grupo das “demais” na opinião dos coordenadores. Para isso, foi utilizado novamente o teste de Mann-Whitney, cujos resultados são mostrados na Tabela 24.

TABELA 24 – Teste de Mann-Whitney - coordenadores

Assertivas	U de Mann-Whitney	Z	Sig.
01 - A disciplina deve ser específica para o curso.	28,000	-1,028	,304
02 - A experiência profissional do professor contribui para a atualização da disciplina.	24,000	-1,236	,217
03 - Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso.	22,000	-1,706	,088
04 - O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil.	30,500	-,496	,620
05 - Os programas e conteúdos são atualizados anualmente.	25,000	-,740	,459
06 – São solicitados trabalhos extra-sala na disciplina de Perícia Contábil.	27,500	-,784	,433
07 – A disciplina Perícia Contábil permite variar as estratégias de ensino.	33,000	-,222	,824
08 - As obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas.	31,000	-,421	,674
09 – Os conteúdos de Perícia Contábil são importantes para o futuro contador.	34,000	-,122	,903
10 – O Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil.	31,000	-,524	,600
11 - São indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros.	28,500	-,954	,340
12 - A carga horária destinada à disciplina é suficiente.	30,000	-,518	,604
13 - A biblioteca possui os livros indicados no Programa.	24,500	-1,077	,281
14 - As mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos.	33,500	-,155	,876
15 - A oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional para o futuro contador.	23,000	-1,580	,114
16 - A aula expositiva é estratégia de ensino mais usada na disciplina.	27,500	-,832	,405
17 – A disciplina desenvolvida em sala de aula está alinhada com as práticas forenses.	32,500	-,262	,793
18 – Durante a disciplina, os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito.	33,500	-,152	,879
19 – Os conteúdos de Perícia Contábil são discutidos com outros professores do curso.	33,000	-,208	,835
20 - A disciplina deve ser obrigatória para o curso.	28,000	-1,028	,304
21 – Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com peritos atuantes.	34,000	-,101	,920
22 - Os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil.	28,000	-,751	,453

Pela Tabela 24, observa-se que a significância do teste apresenta valor superior a 0,05 para todas as variáveis. Assim, pode-se afirmar que, quando comparados separadamente os indicadores das “melhores” faculdades com as “demais” na opinião dos coordenadores, não são encontradas diferenças estatisticamente significantes.

4.6.4.1 Escalonamento multidimensional

O modelo usado neste escalonamento foi não-métrico (ordinal), com distância euclidiana, e o número de dimensões retidas foi 2. Os coordenadores das “melhores” faculdades foram numerados de C1 a C7, e os das “demais” faculdades de C8 a C17. O mapa perceptual é apresentado na Figura 05.

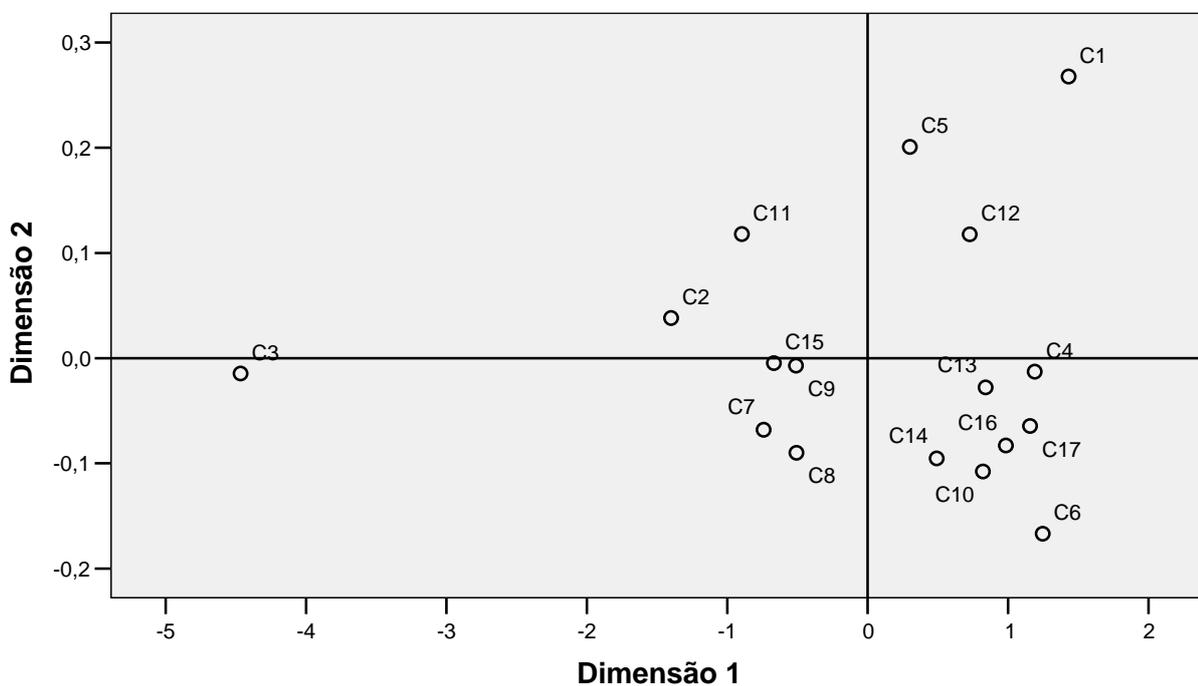


FIGURA 05 – Mapa perceptual – coordenadores

Pela Figura 05, verifica-se que os coordenadores das “demais” faculdades tendem a ficar abaixo do eixo na dimensão 2 (C8 a C10 e C13 a C17). Os coordenadores das “melhores” faculdades, por sua vez, estão dispersos pelo mapa. Além disso, o coordenador C3 encontra-se distante dos demais quando se analisa a dimensão 1.

O índice de estresse para este modelo foi de 0,00980, ou seja, apenas 0,98 % da variância dos dados escalonados otimamente não é ocasionada pelo modelo obtido através do escalonamento multidimensional. Dessa forma, pode-se dizer que o modelo tem um bom ajuste.

Novamente, para verificar a relação entre as dimensões encontradas e as assertivas da escala Likert, foram separadas as assertivas em 2 grupos, e procedeu-se à análise de cluster. Em seguida, foi criado um escore (através dos escores de regressão da análise fatorial) para cada um dos conjuntos de variáveis, de forma a relacioná-las com as dimensões obtidas no escalonamento multidimensional. Os resultados estão apresentados a seguir.

4.6.4.2 Análise de cluster e escores

Foi escolhida como medida de semelhança a distância euclidiana quadrática, e testados os sete métodos de aglomeração hierárquicos já mencionados. O método que mostrou boa separação entre os clusters foi o de Ward, cujos resultados apresenta-se a seguir.

O dendrograma apresentado na Figura 06, a seguir, permite visualizar 2 clusters distintos.

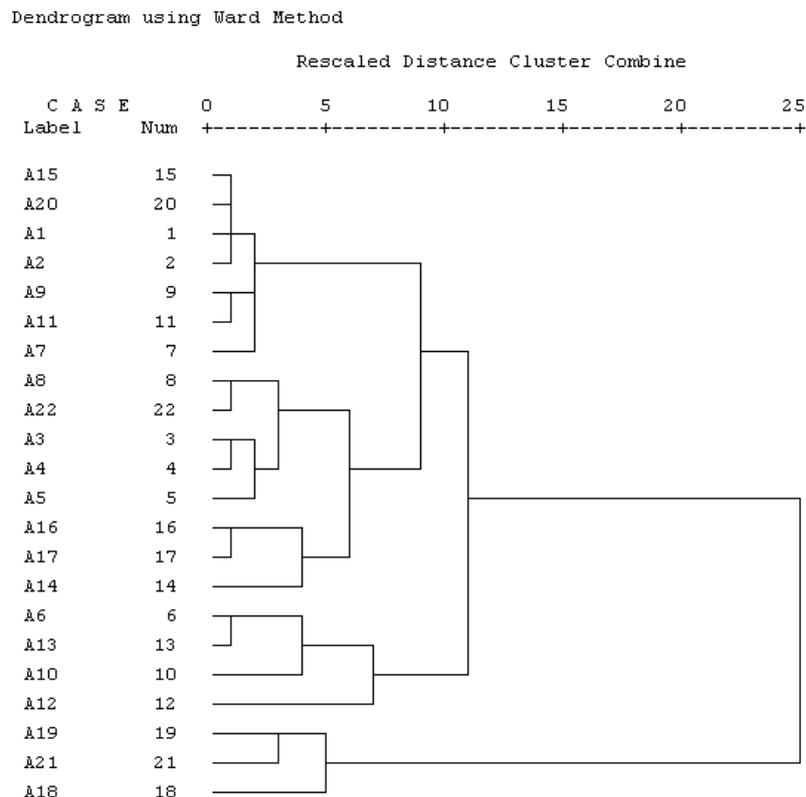


FIGURA 06 – Dendrograma coordenadores

Percebe-se assim que as 22 assertivas do instrumento de pesquisa podem ser agrupadas em 2 clusters distintos. O primeiro é formado por 19 variáveis (15, 20, 1, 2, 9, 11, 7, 8, 22, 3, 4, 5, 16, 17, 14, 6, 13, 10 e 12), e o segundo por 3 assertivas (19, 21 e 18).

Dessa maneira, o cluster 1 pode ser descrito como “aspectos gerais da disciplina”, uma vez que a disciplina deve ser específica (assertiva 1) e obrigatória para o curso (assertiva 20), e a oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional (assertiva 15), pois seus conteúdos são importantes para o futuro contador (assertiva 9).

Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso (assertiva 3) e são atualizados anualmente (assertiva 5), visto que as mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos (assertiva 14). Ademais, o Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil (assertiva 10), são indicadas outras fontes bibliográficas e livros (assertiva 11), as obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas (assertiva 8), e a biblioteca tem os livros indicados no Programa (assertiva 13). A experiência profissional do professor também contribui para a atualização da disciplina (assertiva 2).

O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil (assertiva 4), apesar de a aula expositiva ser a estratégia de ensino mais usada (assertiva 16). A disciplina Perícia Contábil permite ainda variar as estratégias de ensino (assertiva 7) e está alinhada com as práticas forenses (assertiva 17). Desse modo, os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil (assertiva 22), e a carga horária destinada à disciplina é suficiente (assertiva 12).

Por outro lado, o cluster 2 pode ser denominado “atividades complementares”, uma vez que os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito (assertiva 18), assistem a palestras e seminários com peritos atuantes (assertiva 21), são solicitados trabalhos extra-sala e os conteúdos são discutidos com outros professores do curso (assertiva 19).

Para que fosse possível relacionar esses dois grupos às dimensões do escalonamento multidimensional, foram novamente realizadas duas análises fatoriais de componentes principais: a primeira englobando somente as variáveis do cluster 1, e a segunda com as variáveis do cluster 2. Em cada uma das análises, foram criados escores de regressão para cada coordenador, e o critério para a escolha do número de fatores foi 1, ou seja, agrupar todas as variáveis em um único fator.

Calculados esses escores, procedeu-se à correlação de Pearson entre as dimensões obtidas no escalonamento e esses escores. A matriz de similaridades é apresentada na Tabela 25.

TABELA 25 – Matriz de similaridades - coordenadores

	Correlações	
	Dimensão 1	Dimensão 2
Escore do cluster 1	-,534* ¹²	-,468* ¹³
Escore do cluster 2	-,722**	,394

Pela Tabela 25, constata-se que a dimensão 1 tem uma forte correlação negativa com os escores do cluster 2, e a dimensão 2 uma correlação moderada negativa com os escores do cluster 1. Dessa forma, é possível dizer que a dimensão 1 refere-se às “atividades complementares” e a dimensão 2 aos “aspectos gerais da disciplina”¹⁴.

Assim, analisando o mapa perceptual (Fig. 05), pode-se verificar que os coordenadores das “demais” faculdades tendem a concordar com as assertivas relacionadas aos aspectos gerais da disciplina, enquanto os coordenadores das “melhores” faculdades não têm um consenso acerca das assertivas analisadas. Além disso, o coordenador C3 tende a concordar mais fortemente com as assertivas relacionadas às “atividades complementares”.

Desse modo, é possível dizer que os sujeitos das “demais” faculdades têm algum consenso em relação aos aspectos gerais da disciplina (o que não ocorre entre os coordenadores das “melhores” faculdades).

¹² Correlações significantes ao nível de 0,05

¹³ Correlações significantes ao nível de 0,001

¹⁴ Vale lembrar que as dimensões 1 e 2 possuem correlação negativa com os escores. Desta forma, a direção dos eixos deve ser interpretada ao contrário, isto é, para a baixo e para a direita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Grande São Paulo, quando oferecida, a disciplina de Perícia contábil é ministrada normalmente em um único semestre letivo. Dos conteúdos ministrados no grupo 01, destaca-se a importância e utilidade da prova técnica, seguida pela função pericial contábil. O grupo 02 destaca a pessoa do perito e função pericial contábil. Observa-se que ambos os grupos apresentam em seus programas da disciplina de perícia contábil os cinco grandes tópicos definidos no decorrer da pesquisa: pessoa do perito, função pericial, relatórios periciais, honorários e importância e utilidade da prova técnica.

Quanto à carga horária, constata-se que 6 das 8 IES do grupo 01 destinam entre 60 e 80 horas para a disciplina, e no grupo 2, 4 entre 11 ficam na mesma condição de carga horária. As bibliografias básica e complementar são similares para ambos os grupos, merecendo destaque as obras de Ornelas, com 16 indicações, seguido pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, com 14 indicações. Percebe-se ainda que nenhum plano de ensino menciona a utilização de artigos científicos como material complementar.

Com relação às estratégias de ensino utilizadas na disciplina de perícia contábil no grupo 01, destaca-se a estratégia de método de caso, presente em 07 (sete) das IES pesquisadas. Em seguida, aparece a estratégia de aula expositiva, presente em 06 (seis). O grupo 02 evidencia as aulas expositivas com 05 (cinco) das IES. Logo após, aparece a estratégia de método de caso, presente em 03 (três).

Os critérios de avaliações apresentados por ambos os grupos destacam a aplicação de provas, presentes em 17 (dezessete) das IES pesquisadas.

A qualificação dos professores que lecionam a disciplina de perícia contábil está entre especialista e mestre. Dentre os coordenadores, 02 (dois) têm o título de doutor.

As IES do grupo 2 concordam que os conteúdos de perícia contábil estão relacionados aos objetivos do curso, o que não acontece com o grupo 1, em que 4 (quatro) IES discordam.

As condições de oferta da disciplina de perícia contábil nos cursos são consideradas boas ou muito boas para 23 (vinte e três) dos professores e coordenadores do curso de ciências contábeis.

A análise dos programas revela que o grupo dos 7 (sete) melhores cursos tende a contemplar quase todos os itens de um programa de ensino, o que não acontece com o outro grupo dos 10 cursos escolhidos por acessibilidade.

Os dados obtidos com a pesquisa de campo revelam que, na percepção dos professores das “melhores” faculdades, eles tendem a discordar das assertivas referentes aos aspectos gerais da disciplina, enquanto os professores das “demais” faculdades tendem a concordar. É possível ainda dizer que os docentes das “melhores” faculdades têm uma opinião distinta dos docentes das “demais” faculdades, quando se considera um modelo multivariado. Os coordenadores das “demais” faculdades tendem a concordar com as assertivas relacionadas aos aspectos gerais da disciplina, enquanto os coordenadores das “melhores” faculdades não têm um consenso acerca das assertivas analisadas.

Para finalizar, sugerem-se as seguintes ações de pesquisa:

- replicar a pesquisa, tendo por parâmetro a metodologia e o questionário desenvolvidos, para analisar as condições de ensino de outras disciplinas, na Grande São Paulo ou em outras regiões do País;
- replicar a pesquisa para analisar as condições de ensino de Perícia Contábil em outras regiões do País, o que permitirá a comparação com os resultados aqui obtidos e apresentados.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. 8. ed. São Paulo: Ed. Associados, 1990.

ASTI VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Tradução Maria Helena Guedes Grespo e Beatriz Marques Magalhães. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL, **Decreto 1.339, de 09 de jan 1905**. Declara instituições de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de character official; e dá outras providencias. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=DEC&secao=NJUILEGBRAS&n>>. Acesso em: 05 Set. 2007.

_____. **Decreto 20.158, de 30 de jun de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Senado Federal. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=DEC&secao=N.../nph-brs.exe&seq=00>>. Acesso em: 09 Set. 2004.

_____. **Decreto 17.329, de 28 de mai de 1926**. Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Senado Federal. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/servtets/NJUR.Filtro?tipo=DEC&secao=N.../nph-brs.exe&seq=00>>. Acesso em: 09 Jul. 2007.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Cadastro das instituições de educação superior - curso de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo**. Brasília: 2008. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp>. Acesso em: 21 Maio 2008.

_____. **Lei 5.869, de 11 de jan 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 05 set. 2007.

_____. **Lei 1.401, de 31 de Jul de 1951**. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Senado Federal. Disponível em:

<<http://wwwt.senado.gov.br/serviets/NJUR.filtro?tipo=LEI&secao=NJj.../npr-brs.exe&seq=00>>. Acesso em: 05 Set. 2007.

_____. **Lei 7.988, de 22 set de 1945.** Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Senado Federal. Disponível em: <wwwt.senado.gov.br/servlets/NJUR.Filtro?tipo=DEL&secao=NJUILEGBRAS&n...>. Acesso em: 05 Set. 2007.

_____. **Lei 1.535, de 23 de ago de 1939.** Altera a denominação do Curso de Perito Contador e dá outras providências. Senado Federal. Disponível em: <<http://wwwt.senado.gov.br/serviets/NJUR.Filtro?tipo=DEL&secao=NJ.../npr-brs.exe&seq=00>>. Acesso em: 05 Set. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 06/2004.** Brasília: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_04.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 10/2004.** Brasília: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 67/2003.** Brasília: 2004. Disponível em: <<http://www.mec.gov.cne/diretrizes.shtm#cienciascontabeis>>. Acesso em: 08 Ago. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 146/2002.** Brasília: 2002. Disponível em: <<http://www.mec.gov.cne/diretrizes.shtm#cienciascontabeis>>. Acesso em: 08 Ago. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 269/2004.** Brasília: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces269_04.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES 0289/2003.** Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.cne/diretrizes.shtm#cienciascontabeis>>. Acesso em: 08 Ago. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacionais.** Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 Ago. 2007.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Súmula 03, de 14 de out de 1992**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Conselho Federal de Educação.

BROOKS, L. J.; LABELLE, L. J. CAP Forum on forensic accounting in the post-Enron world: education for investigative and forensic accounting. **Canadian Accounting Perspectives**, Toronto, v. 5, n. 2, p. 287-306. 2006.

BUOSI, V. **Uma Contribuição para o ensino de perícia contábil**. 1999, 163 p. Dissertação. (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. **Revista de Administração On Line – FECAP**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan.-mar. 2000. Disponível em: <www.fecap.br/adm_online>. Acesso em: 11 Nov. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Decreto Lei n. 9.295/1946**, de 27 de mai 1946. Atribuições do contador e guarda livros. Disponível em: <http://www.crcgo.org.br/fiscalizacao/download/resolucoes/Decreto%20Lei%20-%20%209.295%20-%201946.pdf>. Acesso em: 10 Mai. 2007

_____. **Resolução n. 560/1983**, de 28 dez 1983. prerrogativas de atuação do contabilista. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc>. Acesso em: 12 Set. 2007.

_____. **Resolução 733/1992 Normas Profissionais do Perito Contábil**. São Paulo. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1992/000733>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 731/1992 Perícia Contábil**. São Paulo. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1992/000731>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 857/1999 Normas Profissionais do Perito**. São Paulo. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1999/000857>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 858/1999 Perícia Contábil**. São Paulo. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1999/000858>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 938/2002 Termo de Diligência.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2002/000938>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 939/2002 Laudo e parecer de leigos.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2002/000939>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 940/2002 Assinatura em conjunto.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2002/000940>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 978/2003 Laudo Pericial Contábil.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000978>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 985/2003 Parecer Pericial Contábil.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000985>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 1021/2005 Planejamento da Perícia.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001021>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 1041/2005 Laudo Pericial Contábil.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001041>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 1050/2005 Impedimentos e Suspeição.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001050>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 1051/2005 Responsabilidade e Zelo.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001051>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 1056/2005 Competência Profissional.** São Paulo. Disponível em:
<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001056>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

_____. **Resolução 1057/2005 Honorários**. São Paulo. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001057>. Acesso em: 25 Jun. 2008.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução Luciana de Oliveira Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DeVILLIS, R. F. **Scale development: theory and applications**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2003.

FAVERO, H. L. **O ensino superior de ciências contábeis no estado do Paraná: um estudo de caso**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Instituto Superior de Estudos Contábeis – ISEC da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

FERNANDES, W. **A proposta da nova lei de falências e os efeitos na atividade pericial contábil**. 2004, 142 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2004.

FOX, J. C.; LEVIN, J. **Estatística aplicada às ciências humanas**. São Paulo: Pearson Education, 2004.

FRANCO, H. **A contabilidade na era da globalização: temas discutidos no congresso mundial de contadores**, Paris, de 26 a 29-10-1997. São Paulo: Atlas, 1999.

HAIR, JR., J. F. et al. **Fundamentos dos métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre. Bookman, 2005a.

_____. **Análise multivariada de dados**. Tradução: Adonai Schlup Sant’Anna e Anselmo Chaves Neto. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005b.

HILL, M. M.; Hill, A. **Investigação por questionário**. Lisboa: Edições Silabo, 2002.

HOFER, E. **Ensino de contabilidade introdutória nos cursos de Ciências Contábeis das universidades estaduais do Paraná: um estudo exploratório**. 2004, 172 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2004.

HOFER, H.; PELEIAS, I. R.; WEFFORT, E. F. J. **Análise das Condições de Oferta da Disciplina de Contabilidade Introdutória: Pesquisa junto às Universidades Estaduais do**

Paraná. **Revista e Finanças**. São Paulo, nº 39, p. 118-135, 2005. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad39/dtrabalho_elza_ivam_elionor_pg118a135.pdf>. Acesso em: 25 Set. 2007.

JACINTO, A. M. D. **Estudo da percepção dos alunos sobre disciplinas contábeis oferecidas no curso de Administração de Empresas das cidades de São João da Boa Vista e Mogi Mirim**. 2005. 153 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2005.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Pucsp, 2007.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. e Alfredo Alves de Farias. Porto Alegre: Bookman, 2001.

_____. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4º ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARION, J. C. **O Ensino da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, G. A.; PELISSARO, J. Sobre conceitos, definições e constructos nas ciências contábeis. **BASE**, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 78-84, Maio-Ago. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=4410>. Acesso em: 22 Ago. 2007.

MATOS, A. S. **A visão dos professores dos cursos de Ciências Contábeis de Salvador sobre o conteúdo da disciplina perícia contábil**. 2004, 169 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2004.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise**. São Paulo: Atlas, 1997.

MOITINHO, A.P. O ensino da economia política. **Revista Paulista de Contabilidade**, São Paulo, n.247, p.1, Abr-1947.

NASCIMENTO, R. S.; NASCIMENTO, J. H. P. O perito como auxiliar na justiça, suas atribuições e prerrogativas no processo pericial contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 151, n. 143, p. 63-73, 2003.

NEVES JUNIOR, I. J.; BRITO, C. P. **Proposições ao ensino da perícia contábil no Distrito Federal**. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – USP, 4., 2007. São Paulo, p.

01-15. 2007. Disponível em:

<<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos72007/53.pdf>>. Acesso em: 27 Ago. 2008.

NOSSA, V. **Ensino da contabilidade no Brasil:** uma análise crítica da formação do corpo docente. 1999. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Contabilidade Atuária, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Revista de Administração On Line – FECAP**, São Paulo, v. 2, n. 2, Abr.-Jun. 2001. Disponível em: < http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm> Acesso em : 10 Fev. 2008.

ORNELAS, M. M. G. **Perícia contábil:** algumas observações de sala de aula. [1996]. Mimeografado.

_____. **Perícia contábil.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OTT, E. Reflexões sobre a pesquisa em contabilidade no Brasil. In: LOPES, J.; FILHO, J.F.R.; PEDERNEIRAS, M. **Educação contábil:** tópicos de ensino e pesquisa. São Paulo: Atlas. 2008. p. 176-187.

PASQUALI, L. **Psicometria:** teoria dos testes na Psicologia e na Educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

PELEIAS, I. R. **Didática do ensino da contabilidade:** aplicáveis a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. et al. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças.** São Paulo, Edição de 30 anos de Doutorado, p. 19-32, 2007. Disponível em:

<<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/30anos/ivam_glauco_joao_amanda_pg19a32.pdf>>. Acesso em: 25 Set. 2007.

_____. et al. Análise das condições de oferta da disciplina sistemas de informação: pesquisa com cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo. In: LOPES, J.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEDERNEIRAS, M. (org.) **Educação contábil: tópicos de ensino e pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Identificação e análise dos pontos de integração entre os temas tratados na disciplina de BAS – 100.** Metodologia da pesquisa. Apontamentos para ministrar aulas nos cursos de mestrado do Centro Universitário Álvares Penteado. São Paulo: UNIFECAP, 2006.

PEREIRA, A. C. **Perícia contábil:** conteúdo programático e propostas metodológicas. 2006. 221 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais:** a complementariedade do SPSS. 2. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2000.

PETERSON, B. K. Fraud education for accounting students. **Journal of education for business**, Montana, v. 78, n. 5, p. 263-267, May-June 2003.

PONEMON, L.A. **Arguments against the CPA Exam to gauge Accounting program success.** New York, v. 13, n.2, p. 421-424, May 1998.

QUEIROZ, D.A; PALMA, M.R.B. A gestão do currículo do curso superior de Ciências Contábeis. In: PELEIAS, I. R. **Didática do ensino da contabilidade:** aplicáveis a outros cursos superiores. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 179-224.

REZAEI, Z.; LANDER, G. H.; GAVIN, T. A. **Integrating forensic accounting into the accounting curriculum**, Tennessee, p. 25-29, 1992.

ROSELLA, M. H. et al. O ensino superior no Brasil e o ensino da Contabilidade. In: PELEIAS, I. R. **Didática do ensino da contabilidade:** aplicáveis a outros cursos superiores. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-60.

ROSEN, L. S.. Forensic accounting: where and when headed?. **Canadian Accounting Perspectives**, Toronto, v. 5, n. 2, p. 257-264, 2006.

SÁ, A. L. **Perícia contábil.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTANA, C. M. S. **A perícia contábil e sua contribuição na sentença judicial:** um estudo exploratório. 1999. 164 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Contabilidade Atuária, São Paulo, 1999.

SANTOS, C. M.; MELLO, O. M. Breve discussão sobre a atualidade total em serviços periciais. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 146, p. 83-93, Mar.-Abr., 2004.

SANTOS, J. D.; SCHMIDT, P.; GOMES, J. M. M. **Fundamentos de perícia contábil**. Coleção Resumos. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, L. G. C. A perícia contábil no Brasil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 90, p. 20-29, 1994.

SINATORA, J. R. P. **Estudo exploratório sobre o ensino dos conteúdos de sistemas de informação nos cursos de Ciências Contábeis da cidade de São Paulo**. 2004. 136 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2004.

STADER, O. M.. **Perícia contábil judicial: o mapeamento do conhecimento no contexto brasileiro**. 2005. 166 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

STIMPSON, J. Forensic accounting: exponential growth. **Practical Accountant**, New York. 40, n. 2, p. 18-24, Feb. 2007.

VASCONCELOS, Y. L. A atitude científica como necessidade profissional e o emprego das práticas de campo no ambiente acadêmico. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 147, n. 135, p. 45-55, Maio-Jun., 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, A. B. **Pesquisa da percepção de professores e coordenadores sobre a oferta de conteúdos de finanças em cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo**. 2007. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2007.

APÊNDICE A – Artigos de Perícia Contábil – Revista Paulista de Contabilidade

Grupo de Assuntos	N.	Ano	Título	Autores	Páginas
Pessoa do Perito	416	1966	Faltam Peritos	Theobaldo Freitas Leitão	43 à 44
	419	1967	Atributos do Perito Contador	José Fiorita	07 à 08
	421	1967	Perícia e Perito	José Fiorita	09 à 10
Função Pericial	360	1954	Das Funções Especiais do Contador	Raphael Rea	09 à 10
	414	1966	Noções de Perícias Contábeis	José Rojo Alonso	25 à 28
	417	1967	Noções de Perícias Contábeis	José Rojo Alonso	13 à 14
	475	1998	Perícia contábil	Martinho Maurício G Ornelas e Sílvia L Carvalho	04 à 05
Relatórios Periciais	435	1971	Processamento Pericial	José Fiorita	24 à 34
	470	1989	Laudo de Avaliação	José Rojo Alonso	66 à 71
Honorários	410	1964	Da Cobrança Executória de Despesas Judiciais, no Direito Processual do Trabalho, em se Tratando de Honorários do Perito	Ivo Tolezano	35 à 36
	414	1966	Perícia Forense e Honorários do Perito	José Fiorita	33
Importância e Utilidade da Prova Técnica	423	1968	A Perícia como Meio Probatório	José Eduardo Pinto Vaz	07 à 09
	424	1968	Considerações Gerais sobre Perícias Judiciais	Oscar Paoletti	09 à 12
	424	1968	O Exame Contábil como meio de Prova	Celso Neves	1
	425	1968	Os Livros do Comerciante e a Prova de fatos contra o Proprietário deles	Francisco Pereira	06 à 10

Fonte: Revista Paulista de Contabilidade

APÊNDICE B – Artigos de Perícia Contábil – Revista Brasileira de Contabilidade

Grupo de Assuntos	N.	Ano	Título	Autores	Páginas
Pessoa do Perito	103	Jan/fev – 1997	Perícia contábil : Só Contador pode Realizá-la	Sentença Judicial	82
	106	jul/ago – 1997	Perito Judicial - Impedimentos, Suspeição, Escusa e Recusa	Antônio Carlos Morais da Silva	21 à 23
	115	Jan/fev – 1999	Aos Peritos Contábeis	Ynel Alves de Camargo	47
	142	Julho/agosto 2003	A Perícia contábil e a Competência Profissional	Sandoval Nunes Figueiredo	41 à 47
	143	2003	O Perito Como Auxiliar na Justiça, suas atribuições e prerrogativas no processo pericial contábil	Roberto Sérgio do Nascimento e José Herisberto Pedrosa do Nascimento	63 à 73
Função Pericial	16	1976	Normas e Procedimentos de Perícia Judicial	José Rojo Alonso	05 à 08
	22	1977	Perícia em Matéria Contábil	José Rojo Alonso	06 à 12
	119	Set/out – 1999	Arbitragem e Perícia	Achiles Yamaguchi	71 à 75
	123	mai/jun – 2000	A Perícia contábil	Alice Aparecida da Silva Fonseca, Elio Cardoso da Cruz, Magna Lenise Flores da Mota Ayres e Maria Aparecida Mota Nascimento	36 à 43
	162	nov/dez – 2006	O Contador na Função Pericial e as Fraudes Contábeis	Sandoval Nunes Figueiredo	45 à 55
Relatórios Periciais	104	mar/abril – 1997	Perícia contábil em Concordatas e Falências	Mário Martins de Almeida	72 à 78
	146	mar/abril – 2004	Breve Discussão sobre a qualidade total em serviços periciais	Creusa Maria Alves dos Santos e Onice Maria de Mello	83 à 93
	159	mai/jun – 2006	A Qualidade do Laudo Pericial Elaborado pelo Perito Contador na Visão de Magistrados do Rio de Janeiro e Brasília	Thais Alves Medeiros e Idalberto José das Neves Júnior	45 à 57
Honorários	117	mai/jun – 1999	Honorários Periciais	Antônio Carlos Morais da Silva	56 à 63
Importância e Utilidade da Prova Técnica	17	1976	Prevenções e Descobertas de Fraudes - Auditorias e Perícias Contábeis	José Rojo Alonso	22 à 27
	113	Set/out – 1998	A Prova Pericial	Antônio Carlos Morais da Silva	07 à 11
	114	nov/dez – 1998	A Prova Pericial	Antônio Carlos Morais da Silva	32 à 37
	131	Set/out – 2001	A Perícia contábil no Processo de Falências e Concordatas	Rosilene Eller	93 à 101
	104	mar/abril – 1997	Perícia contábil em Concordatas e Falências	Mário Martins de Almeida	72 à 78

Fonte: Revista Brasileira de Contabilidade

APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa

Este questionário foi elaborado para obter informações sobre a análise das condições de ensino de perícia contábil em cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo, e é parte de minha dissertação no Programa de Mestrado em Ciências Contábeis do Centro Universitário FECAP. Em meu nome, e do meu orientador, Prof. Dr. Ivam Ricardo Peleias, solicito sua colaboração para o preenchimento, pelo que agradecemos.

PARTE A – CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES										
01 - A instituição em que você leciona é de qual tipo:		<input type="checkbox"/> Centro Universitário <input type="checkbox"/> Faculdade <input type="checkbox"/> Universidade <input type="checkbox"/> Outro								
02 - Número de alunos por turma:		<input type="checkbox"/> Até 40 <input type="checkbox"/> 40 a 60 <input type="checkbox"/> + 60								
03 - Você já exerceu a função de coordenação?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não								
04 - Tempo na função de coordenador no Curso de Ciências Contábeis, em anos:		<input type="checkbox"/> Até 3 <input type="checkbox"/> 3 a 5 <input type="checkbox"/> mais de 5								
05 - Titulação do coordenador no Curso de Ciências Contábeis: Área: <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis <input type="checkbox"/> Outra, informe qual:		<input type="checkbox"/> Graduado <input type="checkbox"/> Especialista <input type="checkbox"/> Mestre <input type="checkbox"/> Doutor								
06 - Titulação do professor no Curso de Ciências Contábeis: Área: <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis <input type="checkbox"/> Outra, informe qual:		<input type="checkbox"/> Graduado <input type="checkbox"/> Especialista <input type="checkbox"/> Mestre <input type="checkbox"/> Doutor								
07 - Denominação da disciplina no curso de Ciências Contábeis: <input checked="" type="checkbox"/> PERÍCIA CONTÁBIL <input type="checkbox"/> Outra, informe qual:		Período (semestre) de oferta da disciplina: <input type="checkbox"/> 6°. <input type="checkbox"/> 7°. <input type="checkbox"/> 8°. <input type="checkbox"/> Outro: _____								
08 - Carga horária da disciplina, em horas aula por semestre: <input type="checkbox"/> 40 <input type="checkbox"/> 50 <input type="checkbox"/> 60 <input type="checkbox"/> 70 <input type="checkbox"/> 80 <input type="checkbox"/> Outra: _____										
09 – Tempo de magistério no ensino superior, em anos: <input type="checkbox"/> Até 3 <input type="checkbox"/> 3 a 5 <input type="checkbox"/> 6 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10										
10- Tempo de atuação profissional Extra-docência do professor / Coordenador: <input type="checkbox"/> 05 a 10 anos <input type="checkbox"/> 11 a 15 anos <input type="checkbox"/> mais de 15 anos										
11 – Atualmente exerce outra atividade profissional além da docência: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não										
12 – Atuou ou atua como PERITO CONTADOR: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Caso o professor / coordenador atue como PERITO CONTADOR, informe os tipos de atividades realizadas: <input type="checkbox"/> nomeado pelo juízo <input type="checkbox"/> contratado por empresas e pessoas <input type="checkbox"/> assistente técnico <input type="checkbox"/> perito em tribunal arbitral								
13 - Se atua ou atuou como PERITO CONTADOR, há quantos anos: <input type="checkbox"/> até 5 <input type="checkbox"/> 05 a 10 <input type="checkbox"/> 11 a 15 <input type="checkbox"/> mais de 15		Caso atue como PERITO, indique as ações em que atua: <input type="checkbox"/> cível <input type="checkbox"/> trabalhista Caso seja PERITO na esfera judicial, atua em qual esfera: <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal								
14 - Idade do respondente, em anos: <input type="checkbox"/> até 30 <input type="checkbox"/> de 31 a 40 <input type="checkbox"/> de 41 a 50 <input type="checkbox"/> Mais que 50										
15 - De maneira geral, as condições de oferta da disciplina Perícia Contábil são: <input type="checkbox"/> ruins <input type="checkbox"/> razoáveis <input type="checkbox"/> boas <input type="checkbox"/> muito boas										
PARTE B – ASSERTIVAS										
Para as questões de 01 a 22 a seguir apresentadas, por favor, escolha a resposta que melhor expressa sua percepção, de acordo com a escala abaixo apresentada										
Concordo Totalmente		Concordo Parcialmente		Discordo Parcialmente		Discordo totalmente				
1		2		3		4		5		
Assertivas						1	2	3	4	5
01 - A disciplina deve ser específica para o curso.										
02 - A experiência profissional do professor contribui para a atualização da disciplina.										
03 - Os conteúdos de Perícia Contábil estão relacionados aos objetivos do curso.										
04 - O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia Contábil.										
05 - Os programas e conteúdos são atualizados anualmente.										
06 - São solicitados trabalhos extra-sala na disciplina de Perícia Contábil.										
07 - A disciplina Perícia Contábil permite variar as estratégias de ensino.										
08 - As obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas.										
09 - Os conteúdos de Perícia Contábil são importantes para o futuro contador.										
10 - O Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia Contábil.										
11 – São indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros.										

12 - A carga horária destinada à disciplina é suficiente.					
13 - A biblioteca possui os livros indicados no Programa.					
14 - As mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos.					
15 - A oferta da disciplina de Perícia Contábil revela uma alternativa de atuação profissional para o futuro contador.					
16 - A aula expositiva é estratégia de ensino mais usada na disciplina.					
17 - A disciplina desenvolvida em sala de aula está alinhada com as práticas forenses.					
18 - Durante a disciplina, os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito.					
19 - Os conteúdos de Perícia Contábil são discutidos com outros professores do curso.					
20 - A disciplina deve ser obrigatória para o curso.					
21 - Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com peritos atuantes.					
22 - Os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia Contábil.					

Por favor, informe até 5 pontos que podem melhorar as condições de ensino de Perícia Contábil.

- 1- _____
- 2- _____
- 3- _____
- 4- _____
- 5- _____

CONSTRUCTOS ORIENTADORES DAS ASSERTIVAS

1. PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E COORDENADORES SOBRE COMO A DISCIPLINA SE INTEGRA AO CURSO:

1. Os conteúdos de Perícia contábil são importantes para o futuro contador
2. A disciplina deve ser obrigatória para o curso
3. A disciplina deve ser específica para o curso
4. A oferta da disciplina Perícia contábil revela uma alternativa de atuação profissional para o futuro contador
5. Os conteúdos de Perícia contábil estão relacionados aos objetivos do curso
6. Os conteúdos de Perícia contábil são discutidos com outros professores do curso
7. Os alunos identificam a integração de outras disciplinas do curso com Perícia contábil
8. A carga horária destinada à disciplina é suficiente

2. PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E COORDENADORES SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO E A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS:

9. A disciplina Perícia contábil permite variar as estratégias de ensino
10. O método do caso é usado na aplicação prática dos conteúdos de Perícia contábil
11. São solicitados trabalhos extra-sala na disciplina Perícia contábil
12. A aula expositiva é a estratégia de ensino mais usada na disciplina
13. Durante a disciplina, os alunos assistem palestras e seminários com peritos atuantes
14. Durante a disciplina, os alunos têm contato com os ambientes de trabalho do perito

3. PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E COORDENADORES SOBRE AS CONDIÇÕES DE OFERTA DA DISCIPLINA:

15. A biblioteca possui os livros indicados no Programa
16. São indicadas outras fontes bibliográficas, além de livros
17. A disciplina desenvolvida em sala de aula está alinhada com as práticas forenses
18. Os programas e conteúdos são atualizados anualmente
19. As obras mais recentes são consideradas na atualização dos Programas
20. A experiência profissional do professor contribui para a atualização da disciplina
21. As mudanças na legislação brasileira afetam a atualização dos Programas e Conteúdos
22. O Programa da disciplina considera as normas brasileiras de Perícia contábil